UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ERIC RODRIGUES DE LIMA

COMADRE SÃO:
MEMÓRIAS FAMILIARES E ORALIDADE

Curitiba
2024

ERIC RODRIGUES DE LIMA

COMADRE SÃO:
MEMÓRIAS FAMILIARES E ORALIDADE

Projeto de produto e documento teórico apresentado como requisito parcial à obtenção de bacharel no curso de Jornalismo, no Setor de Artes, Comunicação e Design, da Universidade Federal do Paraná (Sacod UFPR).

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Fernandes.
Coorientador: Prof. Dr. Kevin Kossar Furtado.

Curitiba
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Rua Bom Jesus, 650, - - Bairro Juvevê, Curitiba/PR, CEP 80035-010
Telefone: 3360-5000 - http://www.ufpr.br/

ATA DE REUNIÃO

ATA DA BANCA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE JORNALISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

No dia 12/12/2024, às 18:30 horas, os membros da banca de avaliação reuniram-se no Departamento de Comunicação Social da UFPR, com a finalidade de avaliar o aluno **ERIC RODRIGUES DE LIMA** que apresentou o trabalho de conclusão de curso em jornalismo intitulado: **Comadre São: memória familiar e oralidade.** Após informar as normas do exame de avaliação, o orientador passou a palavra para que o aluno realizasse a apresentação. Finalizada a exposição, o aluno foi arguido pelos membros da banca que atribuíram as seguintes notas:

Professora	Nota	Assinatura
JOSÉ CARLOS FERNANDES	100	
KEVIN WILLIAN KOSSAR FURTADO	100	
MARLETH SILVA	100	
VALQUÍRIA MICHELA JOHN	100	

Sendo assim, a média aritmética atribuída ao aluno na defesa de seu Trabalho de Conclusão de Curso, foi Aprovado, nota que será lançada no SIGA pelo Professor Orientador somente após realizadas as considerações sugeridas pela banca. O aluno foi considerado aprovado na disciplina e deverá entregar o trabalho com alterações sugeridas pela banca em até 10 dias.

COORDENAÇÃO DO CURSO DE JORNALISMO UFPR

JOSÉ CARLOS FERNANDES
Professor Orientador

A rainha do mundo, que nunca me deixou só.

AGRADECIMENTOS

Dezembro de 2024. Este trabalho marca a minha despedida da graduação em Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná. Nestas mesmas páginas, expresso minha gratidão àqueles que tornaram este sonho possível. Primeiramente, aos meus pais, Maria da Conceição Rodrigues Barreiro e Edilson de Lima. Serei eternamente grato por todo o carinho, pelos ensinamentos, conselhos, sermões e, principalmente, pelo amor genuíno que sempre me deram. Sem vocês, nada disso seria possível. Guardo vocês no meu coração.

À minha irmã Milene Rodrigues, minha parceira de vida. Nossa cumplicidade é o que nos fortalece, especialmente nos momentos difíceis. Somos os melhores filhos que podemos ser. Desejo toda a felicidade para você e seu marido, Valmir.

À minha companheira Júlia Roos Leite, minha maior aliada. Agradeço por estar sempre ao meu lado, pelas palavras de conforto, pelo carinho, pela paciência em revisar meus trabalhos e por me ensinar a encontrar o equilíbrio entre o “sim” e o “não”. Sem você, eu seria um homem perdido.

Ao Paulo Roberto, meu segundo pai. Sou imensamente grato pelas conversas profundas, enriquecedoras e construtivas sobre tudo. Jamais esquecerei o seu apoio contínuo. Sou um genro feliz por ter você em minha vida.

Ao José Carlos Fernandes, o melhor professor que eu poderia ter encontrado. Se hoje sou o profissional que sou, muito disso se deve ao que aprendi com você. Vou levar comigo as lições das suas aulas — as introduções à redação jornalística, os filmes de Eduardo Coutinho, as obras de Eliane Brum e os debates sobre o jornalismo e o cotidiano. Guardo com carinho as primeiras edições impressas da Revista Piauí que recebi das suas mãos.

À Valquíria Michela John, minha eterna gratidão. Por ser uma grande professora e mentora, e por seu apoio fundamental durante todo o processo desta pesquisa. Ter você ao meu lado foi essencial para a construção deste projeto e para que eu chegasse até aqui.

Ao Kevin Kossar Furtado, meu sincero agradecimento pela coorientação, pelas

valiosas revisões e pelo suporte constante, especialmente nas questões burocráticas do pré-projeto. Sua colaboração foi crucial para a realização deste trabalho.

À Marleth Silva, uma grande jornalista, minha sincera gratidão por aceitar ler, analisar, elogiar e pontuar este trabalho. Satisfação em dividir essa experiência contigo. Muito obrigado!

Aos personagens que encontrei ao longo das viagens. Não vou citar nomes para não me arriscar a esquecer de pessoas importantes. A todos vocês, meu forte abraço e minha gratidão.

Por fim, agradeço aos meus amigos e amigas do Decom. Após tantos perrengues, noites em claro, encontros e festas, resta dizer: nós vencemos!

“Eu sou da América do Sul. Eu sei, vocês não vão saber.
Mas agora sou cowboy, sou do ouro, eu sou vocês.
Sou o mundo, sou Minas Gerais.”
— Fernando Brant, Lô Borges e Márcio Borges.

RESUMO

O documento teórico deste trabalho de conclusão de curso em Jornalismo permitiu a formação da base para a produção do livro-reportagem sobre as memórias familiares revisitadas pela oralidade. A família em questão é a minha família materna. Uma família que, nos anos 1970, deixou para trás a seca e a fome do nordeste de Minas Gerais em busca de uma vida tranquila no Paraná. A tranquilidade, em parte, foi encontrada; já as lembranças do sertão se perderam pelo caminho. Diante desses enormes vácuos na memória, fui até a terra natal para ver como as coisas são e tentar compreender como eram. Este livro-reportagem é o registro de uma viagem até Mato Grande, uma área rural de Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha. Um lugar que não aparece nos mapas, mas que, como a localização sugere, está no coração de Minas Gerais. Além do relato da estrada, este livro transita pelas relações entre mães e filhos, vida e morte, pertencimento e deslocamento, desigualdades e trabalho. A obra, *Comadre São: memória familiar e oralidade* é, sobretudo, uma amostra de que a micro-história invade o macro e vice-versa. Para fundamentar a pesquisa, foram incorporados estudos a respeito do Jornalismo humanizado e subjetivo com as áreas da História Social e da Antropologia. Essa tríade contribuiu na imersão do cotidiano de "pessoas comuns" e suas representações na construção das memórias coletivas. Além disso, este trabalho se debruça nos aspectos da oralidade para compreender e reproduzir a complexa construção narrativa, feita com vocabulários próprios que retratam o sentimento, o passado e a memória como uma cena filmada.

Palavras-chave: Memória Coletiva. Oralidade. Micro-História. Subjetividade Jornalística. Cotidiano. Livro-Reportagem.

RESUMEN

El marco teórico de este trabajo de fin de grado en Periodismo sentó las bases para la creación del libro-reportaje sobre las memorias familiares revisadas a través de la oralidad. La familia en cuestión es mi familia materna, que en la década de 1970 dejó atrás la sequía y el hambre del noreste de Minas Gerais en busca de una vida más tranquila en Paraná. Aunque se alcanzó cierta tranquilidad, los recuerdos del 'sertão' se perdieron en el camino. Ante estas grandes lagunas en la memoria, viajé al lugar de origen de mi familia para ver cómo son las cosas y tratar de comprender cómo eran. Este libro-reportaje documenta un viaje a Mato Grande, una zona rural de Minas Novas, en el Valle de Jequitinhonha. Es un lugar ausente en los mapas, pero que, como sugiere su ubicación, está en el corazón de Minas Gerais. Más allá del relato del viaje, este libro aborda temas como las relaciones entre madres e hijos, la vida y la muerte, el sentido de pertenencia y el desplazamiento, la desigualdad y el trabajo. La obra, *Comadre São: Memoria Familiar y Oralidad,* es, sobre todo, un ejemplo de cómo la microhistoria influye en la macrohistoria y viceversa. Para sustentar la investigación, se integraron estudios sobre el periodismo humanizado y subjetivo con las áreas de la Historia Social y la Antropología. Esta tríada permitió una inmersión en la vida cotidiana de las "personas comunes" y sus representaciones en la construcción de memorias colectivas. Además, este trabajo explora aspectos de la oralidad para comprender y reproducir la compleja estructura narrativa, caracterizada por vocabularios únicos que transmiten emociones, el pasado y la memoria, como si fueran escenas cinematográficas.

Palabras clave: Memoria Colectiva. Oralidad. Microhistoria. Subjetividad Periodística. Cotidiano. Libro-Reportaje.

ABSTRACT

The theoretical framework of this Journalism undergraduate thesis laid the foundation for the creation of the reportage book on family memories revisited through oral history. The family in question is my maternal family, who, in the 1970s, left behind the drought and hunger of northeastern Minas Gerais, searching for a more tranquil life in Paraná. While some tranquility was achieved, the memories of the 'sertão' were lost along the way. Faced with these significant memory gaps, I traveled to my family's birthplace to see how things are and try to understand how they were. This reportage book documents a journey to Mato Grande, a rural area in Minas Novas, in the Jequitinhonha Valley. It is a place absent from maps but, as its location suggests, it sits in the heart of Minas Gerais. Beyond the travel narrative, this book delves into themes such as relationships between mothers and children, life and death, belonging and displacement, inequality, and labor. The work, *Comadre São: Family Memory and Oral History,* is, above all, an example of how microhistory influences macrohistory and vice versa. To support the research, studies on humanized and subjective journalism were integrated with the fields of Social History and Anthropology. This triad enabled an immersion into the daily lives of "ordinary people" and their representations in the construction of collective memories. Furthermore, this work explores aspects of oral history to understand and reproduce the complex narrative structure, characterized by unique vocabularies that convey emotion, the past, and memory as if they were cinematic scenes.

1. **Keywords:** Collective Memory. Orality. Micro-History. Journalistic Subjectivity. Daily Life. Reportage Book.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO……..……..... 7

2. MEMÓRIA, VIDA PRIVADA E IDENTIDADE……...12

2.1. MEMÓRIA E IDENTIDADE, CONCEITOS E MARCOS TEÓRICOS…….....16

2.2 A ALVORADA DAS MICRO-HISTÓRIAS FAMILIARES…….……...19

3. DESENVOLVIMENTO, TEORIAS E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS……21

3.1. COTIDIANO E JORNALISMO HUMANIZADO……...22

3.2. SUBJETIVIDADE E REPRESENTAÇÃO……...24

4. MARCOS HISTÓRICOS DE UMA OCUPAÇÃO NOS CAMPOS GERAIS……..27

4.1 PARANISMO E REPRESENTAÇÃO RACIAL……30

5. FRAGMENTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS NO VALE DO JEQUITINHONHA……..……33

5.1 MATO GRANDE: A VIDA ALÉM DOS ESTIGMAS..……..……36

6. LIVRO-REPORTAGEM E JORNALISMO LITERÁRIO……...38

6.1.UM LIVRO-REPORTAGEM SOBRE A MEMÓRIA, A ESTRADA E OS DILEMAS PESSOAIS……...……41

6.2 PERSONAGENS ENTREVISTADOS..…….42

6.3 ESTRUTURA DO LIVRO……..43

6.4 CAPA E IMAGENS……..44

6.5 ÁRVORE GENEALÓGICA.…….51

6.6 MAPAS, ROTAS E DESTINOS.…….52

CONSIDERAÇÕES FINAIS…….54

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS……..57

INTRODUÇÃO

As memórias familiares são fragmentos de um quebra-cabeça espalhado pelo tempo, em cada peça repousando histórias vividas, muitas vezes modificadas pelas lembranças ou simplesmente esquecidas. O ponto de partida desta pesquisa foi o silêncio, a falta de respostas e as lacunas na história da mulher que chamo de mãe. Uma mulher cujo destino foi transformado pela diáspora e cujo passado distante parecia um livro sem capa, um filme sem imagens, um passado que já não lhe pertence mais.

Em busca de respostas, segui o trajeto que conecta o sertão de Minas Gerais aos Campos Gerais do Paraná, caminho percorrido pela minha família materna. Nessas viagens, atravessei estradas poeirentas, passei pelas grotas da roça, senti o calor dos fogões a lenha e ouvi as palavras com seus genuínos sotaques.

O tema deste projeto surgiu das conversas que tive com minha mãe sobre nossos antepassados. Ao nos envolvermos com esses temas, percebemos que pouco sabíamos sobre o lugar de origem da família materna, no nordeste de Minas Gerais, e sobre a família que permaneceu na terra natal.

A partir dessas discussões e das pesquisas prévias, surgiu este livro, uma obra que resgata a memória familiar por meio da oralidade, conectando memórias pessoais às questões socioculturais do Brasil. Trata-se de um livro-reportagem que documenta a migração de retirantes mineiros para os Campos Gerais do Paraná nos anos 1970 e aborda os modos de vida no Grande Sertão de Minas Gerais.

O livro mostra como as micro-histórias se conectam com os contextos históricos nacionais, como o êxodo rural e o impacto das políticas públicas no interior do Brasil, incluindo as monoculturas e os incentivos ao agronegócio. Além disso, revisita raízes e valoriza as memórias que, muitas vezes, são esquecidas ou ofuscadas nos registros da história com H maiúsculo.

O nome, *Comadre São,* é como os familiares conhecem minha mãe. É, também, um lado desta mulher que eu não conhecia — nem ela. A narrativa então encontra um sentido: ir até o sertão e retratar tudo o que vi, ouvi e senti sobre a terra que lhe recebeu no mundo. O título escolhido indica que este projeto é um presente para minha

mãe. O subtitulo, *Memória familiar e oralidade*, dialoga com os campos teóricos e práticos que nortearam o planejamento e produção desta obra.

Este Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado em formato de livro-reportagem, é mais do que uma simples narrativa: é um resgate da memória. A pesquisa aborda a teoria da oralidade, a subjetividade jornalística e, especialmente, os princípios da história vista de baixo, conforme proposto por Jim Sharpe (2011), ao dar protagonismo a pessoas comuns[1] em amplos contextos históricos. Essas perspectivas concedem protagonismo aos personagens e suas rotinas cotidianas, tal como Eduardo Coutinho fez em seus documentários, como *Santo Forte* (1999), *Edifício Master* (2002) e *Peões* (2004). A adaptação dessas narrativas para a literatura resultou em um livro-reportagem que mistura registros de viagens, contextos históricos, descrições de cenários, fotografias e a oralidade tal como ela é dita.

A escolha deste tema nasceu da necessidade de recuperar histórias e registros perdidos nos processos migratórios dos retirantes mineiros. Ao longo da leitura, o livro revela a terra natal como um lugar de saudade daqueles que nunca mais retornaram, e como um símbolo de pertencimento para os que ali permanecem. A vida no Sul do Brasil, para muitos migrantes, carece de significado, como evidenciam as experiências dos mineiros que se fixaram no Paraná.

Candau (2018) defende que a identidade de um grupo é formada através da relação com a memória coletiva. No Paraná, houve e ainda há uma gestão da memória que, por meio do "paranismo", visa criar uma identidade regional baseada nos colonos europeus. No entanto, essa gestão da memória, muitas vezes apoiada por políticas públicas e uma literatura historiográfica institucionalizada, negligencia a presença não europeia na historiografia local (Felipe, 2018). Como resultado, parte dos mineiros se sente, de alguma forma, invisível nas memórias coletivas estabelecidas. Para repensar essa normatização, é essencial olhar para as histórias de outras culturas paranaenses, incentivando políticas de lembrança mais inclusivas. Lembrar não é apenas uma escolha, é a única forma de garantir que o passado não se perca.

[1] Abordagem histórica que privilegia os indivíduos anônimos e do cotidiano, destacando suas vivências, resistências e contribuições para processos históricos mais amplos. Essa perspectiva cogita valorizar as vozes marginalizadas ou invisibilizadas nas narrativas tradicionais.

A proposta também é relevante por sua contribuição à construção da identidade pessoal e à preservação dos legados familiares. Em um mundo globalizado, onde as interações sociais podem ser rasas e superficiais, resgatar e valorizar as memórias torna-se uma tarefa imprescindível. Em contraponto, observa-se uma série de apagamentos nos campos de produção e gestão dos registros do cotidiano, onde as memórias se tornam seletivas e excluem experiências fundamentais.

Além disso, houve uma necessidade pessoal de registrar as memórias familiares antes que elas se dissipassem no tempo. A oralidade, portanto, emergiu como a principal ferramenta para a recuperação dessas histórias, possibilitando entrevistas com familiares para entender as raízes e influências que moldaram identidade e trajetória. A partir desses relatos orais, o trabalho tem em vista resgatar a subjetividade e as emoções que os documentos históricos tradicionais não capturam, oferecendo uma visão mais intimista e humana de micro-histórias que muitas vezes se perdem no macrocosmo histórico.

Pesquisando a memória de minha família, tive a oportunidade de dar voz às histórias que, embora marcadas pelo silêncio e pela ausência de registros visuais, estão repletas de experiências e sentimentos. Ao aprofundar essa pesquisa, percebi que, apesar das narrativas extraordinárias que povoam os livros de história, as histórias das “pessoas comuns”, como as de meus antepassados, são frequentemente ignoradas. Essas histórias — de sacrifícios, lutas e pequenas vitórias — ajudaram a formar o tecido social do Brasil, mas continuam marginalizadas, sem o reconhecimento que merecem.

Para embasar a pesquisa, foram integrados estudos sobre jornalismo humanizado e subjetivo (Medina, 2003; Moraes, 2019; Ijuim, 2017), com abordagens das áreas da História Social (Halbwachs (2006); Le Goff, 2003; Burke, 2011). Essa composição teórica contribuiu para a imersão nas práticas cotidianas da comunidade, nas relações de poder, culturais e econômicas e nas representações da memória. A pesquisa não se limita à análise de grandes eventos históricos, mas examina como esses fenômenos se manifestam nas experiências de indivíduos comuns. A mistura das práticas jornalísticas, historiográficas e antropológicas resultou em uma pesquisa que

explora os valores-notícias, os contextos e as vivências sociais de maneira profunda e significativa.

No aspecto antropológico da memória, busquei referências nas publicações de Sarlo (2007), Candau (2018) e Hall (2001), além de incluir cenas e narrativas dos filmes produzidos pelo documentarista Eduardo Coutinho. As escolhas apresentam convergências que norteiam o projeto de pesquisa: representação, subjetividade e cotidiano. As teorias de identidade e representação dialogam com a memória na construção social dos indivíduos, sendo caracterizadas no livro pelas estruturas familiares e pelos modos de vida. Estes estudos, alinhados com as observações de campo, resultaram nas reflexões comportamentais sobre a concepção do ser sertanejo e sertaneja, na conexão com a terra e nas hierarquias de gênero que se mantêm intactas no tempo.

Entre os objetivos gerais e específicos, destaco os planos de esmiuçar, organizar e registrar as memórias familiares por meio de relatos e observações antropológicas. Este projeto tem em vista narrar as histórias das pessoas que vivem ou viveram no sertão mineiro, especialmente na região de Mato Grande, coletando imagens por meio de descrições e fotografias. Com todos esses tijolos, tentei construir um material sensível dessa história em forma de literatura. Realizei-o como presente para minha mãe.

Neste documento, a pesquisa está dividida em cinco partes. O capítulo dois trata das teorias da história social e suas perspectivas de análise dos processos históricos baseados na oralidade de comunidades desconsideradas pela historiografia tradicional. Além disso, aborda a construção representativa de indivíduos e comunidades nos lugares de memória.

Em seguida, no capítulo três, são pautadas as teorias e práticas jornalísticas que guiaram o desenvolvimento de pesquisa e de campo. O jornalismo humanizado, que se concentra nas histórias e vivências das pessoas comuns, visa transmitir empatia e compreensão por meio da humanização das notícias, destacando rostos e vozes reais, enfatizando o personagem e suas complexidades. A subjetividade jornalística está intimamente ligada a esse princípio e oferece alternativas ao jornalismo ancorado em estereótipos, estigmas e manuais de redações. Além disso, o capítulo trava uma

discussão acerca das representatividades que nós, jornalistas, reproduzimos ou deixamos de reproduzir.

O quarto capítulo aborda a ocupação dos Campos Gerais nos séculos XX, os processos migratórios e a construção identitária do Paraná através do Paranismo. A pesquisa se concentra nas mudanças econômicas e sociais que ocorreram neste período, enfatizando o papel do meio ruralista e paranista na construção de uma identidade regional, embora existam controvérsias em relação à questão racial para a população negra.

No quinto capítulo, trato dos aspectos históricos, geográficos e culturais do Vale do Jequitinhonha, mais precisamente no município de Minas Novas, no distrito de Ribeirão da Folha e nas glebas do Mato Grande — sertão mineiro. Nestes tópicos, descrevo as observações de campo, imagens, costumes e diálogos que tive em minha experiência de cinco dias de convívio com sertanejos. Discorro também sobre a relação entre as pessoas e as terras na região.

O sexto e último capítulo apresenta abordagens sobre o livro-reportagem e o jornalismo literário. O tópico derradeiro contempla as características de obras consagradas e suas respectivas estruturas e narrativas. É, também, debatido como esses textos combinam rigor jornalístico com técnicas literárias para sustentar narrativas envolventes, reais, profundas e coerentes, com dialogicidade intermídia. Encerro o documento com minhas análises dos processos de produção e me direciono para as considerações finais.

2. MEMÓRIA, VIDA PRIVADA E IDENTIDADE

A história privada está conectada com a história pública e dialoga com as memórias coletivas. Um grupo de historiadores, influenciados pela *Escola dos Annales*, fundada em 1929, recuperou o campo de estudo da história privada para associá-la ao surgimento de uma história social e antropológica, na segunda metade do século XX. Segundo Burke (2011), o estudo da vida privada está relacionado a outras abordagens da "nova história", caracterizadas pelo interesse em todas as atividades humanas, considerando que tudo tem uma história e um passado que podem ser reconstruídos e relacionados ao restante do passado.

Nesse método, passaram-se a considerar os elementos sociais para compreender a ligação da intimidade familiar — estrutura da residência, comportamentos, culinária, sotaque e outros — e dos indivíduos na participação dos eventos históricos e socioculturais. Ao contrário da história tradicional, na nova história, "o que antes era considerado imutável, agora (com a ascensão da história das ideias), é entendido como uma construção cultural, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço" (Burke, 2011, p.11).

Além de uma mera lembrança, Mary Del Priore (1997) indica que a história da vida privada se trata de uma análise do cotidiano e o estudo da intimidade como uma maneira de abordar a história econômica e social. Perpassando as estruturas residenciais e a organização urbana, a história da privada coloca o indivíduo comum submerso no cotidiano no protagonismo das transformações sociais e questiona os limites entre o público e o privado. No século XVIII, a vida privada foi compreendida nas classes burguesas como um espaço familiar e doméstico, sendo representada através dos imóveis nos centros urbanos, em que:

> […] aparece uma nova arquitetura de interiores nas casas, tornadas exclusivamente então lugares de moradia e não mais de produção e de venda; mudança que acabou por transformar, igualmente, as relações familiares. Uma dupla reorganização estava em curso: um novo agenciamento espacial separa as peças de recepção daquelas utilizadas cotidianamente, conferindo a cada uma sua principal função (Del Priore, 1997, p. 378).

É possível enquadrar a privacidade como um privilégio socioeconômico que, apesar de não gerar registros escritos, apresenta estruturas que identificam a materialidade. Para os burgueses, transformou-se numa reconfiguração dos espaços de trabalho e de reprodução social. A partir deste princípio, é possível notar uma sub exclusão de populações marginalizadas nas narrativas históricas, uma vez que não havia espaços reservados para as classes subalternas da época nos ambientes familiares, restando-lhes a comunhão cotidiana e das tradições através da oralidade — método renegado pela história tradicional.

A história tradicional é padronizada em procedimentos técnicos para chegar à evidência que reconheça e legitime os fatos no campo científico. O método rankeano, ou método histórico, um dos mais populares, surgiu no artigo *O Conceito de História Universal* (1831), escrito por Leopold von Ranke (1795–1886), considerado o pai da história científica. Neves (2014, p. 150) aponta que os historiadores que utilizavam esse método se amparam em "princípios e regras relativas à heurística, à crítica e à síntese históricas." Neste mecanismo de pesquisa, que tem como foco a objetividade, é enfatizado o uso primário dos registros escritos, complementado com a observação e os relatos orais. Os documentos tinham papel fundamental no método para legitimação do discurso histórico, pois todo discurso histórico, leia-se, todo texto histórico, deveria ser portador de certeza (Neves, ibidem).

Compreende-se que a história tradicional não aborda as relações cotidianas e exclui uma grande parcela da sociedade, devido ao método que utiliza. Acaba "oferecendo uma visão de cima", no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou eclesiásticos. E ao resto da humanidade, destina-se um "papel secundário" (Burke, 2011, p. 12).

Peter Burke (ibidem) defende o uso do relativismo cultural para unir os campos da história social e antropologia como contraste ao dualismo sobre o que é central ou periférico nos estudos da história. Com base nisso, a nova história surge como um "movimento" da história vista de baixo, considerando as opiniões das pessoas comuns sobre o seu passado e experiências diante das transformações sociais. Abre precedentes para a oralidade, dando espaço para memórias advindas das tradições

transmitidas entre gerações, especialmente em sociedades que não dispõem de acervos, registros, monumentos ou lugares de memória.

A partir das influências dos *Annales*, propaga-se nos anos 1960 e 1970 o que Beatriz Sarlo (2007, p. 16) irá nomear como uma "guinada subjetiva", em que "se acentuou o interesse pelos sujeitos 'normais', quando se reconheceu que não só eles seguiam itinerários sociais traçados, como protagonizaram negociações, transgressões e variantes". A autora reitera que os testemunhos orais se tornaram um mecanismo confiável para a conservação da lembrança ou reparar identidades fraturadas.

É comum que, em grandes acontecimentos, os historiadores utilizem a oralidade como um complemento na transcrição dos registros. Nos últimos tempos, o Holocausto e as ditaduras sul-americanas — principalmente na Argentina — resguardaram espaços para o testemunho oral e individual como fonte primária no método científico. As duas situações foram marcadas pela censura documental, elas reformulam o modo de se produzir a historiografia, no qual os relatos carregam a legitimidade de indivíduos vivos e mortos na mesma narrativa da história.

No aspecto do cotidiano, a prática da oralidade e a narração da experiência se tornaram elementos cruciais para o posicionamento do sujeito no meio social. Sarlo (2007, p. 24–25) descreve que este processo está unido "ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado" e que "a linguagem liberta o aspecto do mundo da experiência, redime-a de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum". É importante considerar que a oralidade é um mecanismo essencial para reconstruir o passado de uma sociedade oral. Compreende-se que esta tradição vem se tornando cada vez menos expressiva à medida que a cultura tende à alfabetização maciça. Mas, mesmo assim, algumas tradições orais permanecem e se perpetuam em ambientes ligados aos registros documentados (Prins, 2011).

Para destacar o elo intrínseco entre memória e oralidade, recorro aos filmes produzidos por Eduardo Coutinho (1933–2015), um dos maiores documentaristas do Brasil. A seguir, veremos que, nas produções cinematográficas de Coutinho, os relatos orais em primeira pessoa formam, hoje, um poderoso acervo de vários "Brasis" mais próximos das realidades populares.

Na década de 1990, Coutinho experimentou uma nova forma de fazer cinema, focando no documentário e nas histórias de pessoas comuns e na potência do relato. Foi neste período em que Coutinho migrou de fase narrativa e passou a produzir documentário de personagens e atuações, sendo a assinatura artística que lhe projetou e o acompanhou até os últimos trabalhos. Cláudio Bezzera (2014, p. 29) define, a partir de *Santo Forte* (1998), que "sua principal característica é a de ser um tipo de cinema fundado na palavra e na imagem do corpo em seu potencial expressivo oral e gestual."

Santo Forte é um modelo da história vista de baixo. O evento histórico em questão era a visita do Papa João Paulo II ao Brasil, em 1997. Enquanto a mídia estava cobrindo o II Encontro Mundial do Papa com as famílias, Coutinho fez um caminho inverso e subiu à Favela Parque da Cidade atrás de relatos sobre a relação espiritual de cada indivíduo.

Ao contrário dos métodos rankeanos, o diretor explora a história e memória sem considerar a presença de fontes de autoridade, documentos ou acervos, e apresenta a perspectiva de pessoas comuns que, com base nas suas experiências, narram os seus relatos sem a confrontação do que é real ou ficcional. Coutinho não está interessado em comprovar a fala dos personagens, mas sim "na fabulação, na rememoração não fiel" (Salles, 2019). São incorporadas e bem-vindas à cena os "elementos do presente que influenciam na reconstrução da memória distante, resultando na reatualização do passado" (ibidem).

A perspectiva da guinada subjetiva (Sarlo, 2011) pode ser compreendida no filme *Peões* (2004), no trabalho que Coutinho realiza ao inter-relacionar a vitória eleitoral de Lula em 2002 com a memória coletiva dos metalúrgicos do ABC Paulista, que participaram das greves trabalhistas nos anos 1980. O filme busca a memória da classe operária que colaborou, de alguma forma, com as manifestações em massa no fim da década de 1970, valorizando a vida dessas "pessoas normais", que estavam fora dos holofotes, diferente de Lula. Diante da câmera, Coutinho e seus personagens revisitaram e recriaram as recordações da rotina de trabalho nas fábricas, do estilo de vida suburbano, das interações sociais e, sobretudo, do imaginário que Lula representa para a categoria. O diretor entrelaçou a memória da vitória de Lula com as memórias

individuais e coletivas dos trabalhadores metalúrgicos, tramando conexões entre suas identidades, seus pertencimentos e nas suas trajetórias “sob o pano de fundo de processos econômicos, sociais e políticos” (Lopes; Ciocarri, 2017, p. 13–14).

De acordo com Del Priore (1997, p. 380), este olhar sobre os peões é fruto da fusão da historiografia com a antropologia, o que resulta numa “democratização da história no sentido de dar voz aos humildes que encontram na história do cotidiano uma aplicação prática”. É neste rumo que, neste projeto, se mesclam as narrações de experiência dos personagens com os marcos históricos. A noção de “verdade historiográfica” existe, ela é outorgada pelo método; já a noção de “verdade subjetiva” se faz presente na fala do personagem, que revisita a memória — com influência do presente — e restaura o modo como viveu aos grandes eventos.

2.1. MEMÓRIA E IDENTIDADE, CONCEITOS E MARCOS TEÓRICOS

Le Goff (2003) descreve que a memória é um elemento ligado à identidade individual e coletiva, influenciando as buscas ideológicas e simbólicas na esfera da representação. A identidade, no âmbito da nova história, está relacionada ao ideal de compatibilidade entre indivíduos visando reorganização social. Nos processos históricos e sociais, é possível notar a coesão entre diferentes grupos étnicos a partir do reconhecimento identitário, associado ao resgate da memória. Sobre esta correlação, Joel Candau (2012, p. 19) defende que “não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca pela memória é sempre acompanhada de um sentimento de identidade”.

Ao dar ênfase à oralidade, é possível encontrar distinções significativas acerca do significado da memória e de sua influência na formação identitária coletiva. Em comunidades sem registros escritos, a memória transmitida não é uma memória individualizada, mas coletiva. E, além disso, opera como uma reedificação das heranças (Le Goff, 2003). Contrapondo as lógicas dos métodos mnemotécnicos empregados na história tradicional, o processo de resgate e disseminação da memória

é atribuído aos “guardiões da memória”, identificados pelos sinais de sabedoria ou mais velhos que a comunidade.

Essa forma de rememoração ganha contornos criativos e é totalmente influenciada pela mitologia e pela fabulação — presente nos documentários de Eduardo Coutinho. Propagando entre gerações, o presente influencia nos processos de resgate do passado ao excluir ou modificar situações consideradas relevantes. Apesar disso, a reminiscência oral mantém-se sólida nestas comunidades. Segundo Goody (1977, p. 35 apud Le Goff 2003, p. 454), “na maior parte das culturas sem escrita, e em numerosos setores da nossa, a acumulação de elementos na memória faz parte da vida cotidiana”. Ou seja, podemos incluir diversas formas de preservação da memória, como a culinária típica, o sotaque, a cultura popular, entre outras.

Nesta investigação, unimos a narrativa de experiência, subjetividade, memória e identidade para chegar ao conceito de memória coletiva, que abrange as áreas de História, Antropologia e Psicologia, sustentando que toda memória individual é guiada pela influência coletiva. Halbwachs (2006, p. 31) demonstra que as recordações se tornam coletivas quando, para melhor recordar, recorre ao outro para lembrar, quando adota, nem que seja por um instante, o seu ponto de vista, para, assim, encontrar em si muitas maneiras e ideias de pensar que não teriam sido alcançadas pelo indivíduo.

É possível observar uma relação da memória com as interações sociais, analisando questões cotidianas, refutadas pela história tradicional, que prezava e preza pelos grandes acontecimentos históricos. A interdisciplinaridade, inspirada nas obras de Halbwachs, transforma a ideia de memória coletiva ao incluir aspectos sociológicos, contribuindo para a ampliação dos estudos sobre a memória.

Com base na teoria da memória coletiva, é perceptível que a habilidade de se recordar do passado é determinada pela influência social. Ou seja, a memória é um ato coletivo e inevitável. Segundo Sarlo (2007, p. 10), “propor-se não lembrar é como propor não perceber o cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada. [...] A lembrança insiste porque, de certo modo, é soberana e incontrolável”.

O documentário *As canções* (2011), dirigido por Eduardo Coutinho, é um exemplo de resgate de memória por meio de dispositivos. Neste filme, pessoas comuns encontram o diretor, cantam as músicas que simbolizam momentos importantes de suas vidas e explicam o porquê da fixação da trilha sonora em suas histórias. A narrativa oral em primeira pessoa rememora histórias familiares, desilusões amorosas e outras nostalgias — todas elas relacionadas ao cotidiano. Um dos personagens é Gilmar, que interpreta de maneira expressiva uma canção chamada *Esmeralda*, de Carlos José. Composta por Agostinho dos Santos e lançada em 1961, a canção desperta em Gilmar a lembrança do tempo em que sua mãe trabalhava como costureira. Ele se emociona e começa a chorar. Após se recuperar, ele conta que ouviu a mãe cantar a música quando era criança e que foi a única versão que ouviu em toda a sua vida. O personagem afirma:

> Essa música ela cantava muito bem, muito afinada, e a música ficou mais interessante, que eu não sabia que lembrava essa letra toda. Nunca ouvi essa música no rádio. Estou com 47 anos, essa música com certeza deve estar mais de 40 comigo. E a Esmeralda assim é, quero até falar isso, uma música que me traz uma coisa boa, uma lembrança boa. (AS CANÇÕES..., 2011)

A memória, que, segundo Le Goff (2003), não se limita aos textos, também está nas expressões cotidianas — nas canções, no caso observado anteriormente, nos dialetos, nas artes, na gastronomia e outros. Conforme a análise, é inconcebível que a memória individual não seja afetada pela sociedade e suas representações, como evidenciam os campos de estudo sociológicos que levaram à tese da memória coletiva elaborada por Halbwachs (ibidem). Ainda sobre a memória, Nora (1993, p. 10) apresenta o conceito de "lugares de memória" como dispositivos abstratos ou objetos, nos quais a "imaginação se torna uma aura simbólica", sendo fruto de rituais. Suas atribuições têm o objetivo de materializar a memória e evitar o esquecimento.

O livro *Comadre São: Memórias Familiares e Oralidades* demonstra esses gestos naturais de manutenção de memória, seja nas repetições dos modos de vida, nos manejos culinários — muitas vezes oferecidos como presentes —, na forma como as pessoas são reconhecidas no povoado, dentre outras mais.

2.2. AS ALVORADAS DAS MICRO-HISTÓRIAS FAMILIARES

Como uma forma experimental de historiografia, a micro-história é concebida como um método de análise dos pormenores visando expandir o campo de estudo para o macro. Originária das obras de Giovanni Levi (2011), esta abordagem é uma extensão da *Escola de Annales* que usufrui da Geografia e Antropologia como ferramentas para observar a história vista de baixo e a morfologia social.

> […] a micro-história é "baseada na redução da escala de observação, em uma análise microscópica e um estudo intensivo do material documental" e […]com auxílio antropológico, "a redução da escala é um procedimento analítico que pode ser aplicado em qualquer lugar" (Levi, 2011, p. 138–139).

A micro-história indica que a cultura é composta por uma rede de significados. Seu estudo não se baseia em métodos experimentais buscando leis universais, mas sim em uma abordagem interpretativa que visa compreender essas acepções e enfatizar a representações realistas, sem rejeitar mecanismos estabelecidos. Os micro-historiadores podem estreitar o diálogo com a antropologia interpretativa.

A partir dos estudos da história privada, oralidade e memória, aprofundamos as abordagens de micro-história para analisar elos e distinções entre a vida pública e privada familiar. Nesta pesquisa, focaremos no perfil das famílias que se formaram na área rural paranaense dos Campos Gerais, na metade do século XX. Estudar a micro-história familiar é uma forma de observar "o papel exercido por cada um de seus personagens interna e externamente ao núcleo de origem, as estratégias de sobrevivência familiar" (Muaze 2011, p. 4). Com base nessa análise, é possível notar que a família reproduz diversas práticas incorporadas à sociedade, como o patriarcado, sendo ela:

> uma representação de poder familiar, um modelo a ser seguido onde os membros constituintes de uma determinada família se pensavam muito mais como parte de um grupo, com tradições e identidades próprias, do que como indivíduos, isso por si só já caracterizaria uma lógica familiar patriarcal (Muaze, 2011, p. 3).

Durante as entrevistas de campo, que serão explicitadas no livro-reportagem, pude observar algumas práticas que permanecem em vigor há décadas, como o papel doméstico atribuído às mulheres. Poucas delas assinaram a carteira em um emprego fixo. Em grande maioria, tutelam seus filhos e netos e cuidam dos ofícios do lar. A estrutura familiar se repete desde a época da minha avó: a família é composta por homens que trabalhavam no campo, mulheres que eram/são responsáveis pelos cuidados domésticos e um número expressivo de filhos. Essas funções, em todas as conjunturas, não preenchem os documentos do Ministério do Trabalho, ocasionando uma certa dependência financeira de esposas e viúvas. Para Levi (2011), é crucial olhar para as micro-histórias para revelar fenômenos sociais mais amplos.

No livro-reportagem base desta pesquisa, as mulheres entrevistadas seguem nos mesmos papéis sociais. Se compararmos os relatos colhidos nas entrevistas, podemos notar um modo de vida que se repete nos últimos 70 anos: donas de casa que cozinham para os peões.

3. DESENVOLVIMENTO, TEORIAS E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS

Para elaborar este trabalho de conclusão de curso, fiz diversas pesquisas em livros, artigos e filmes que abordaram as perspectivas de um jornalismo mais humanizado e subjetivo. Além disso, analisei filmes e podcasts centrados no cotidiano de “pessoas comuns”, cujas histórias são recheadas de contextos e complexidades sociais. Descrevo a seguir o modo como o trabalho foi conduzido, visando trazer à luz histórias familiares esquecidas pelo tempo e também pela distância.

Entrevistei familiares nos Campos Gerais na primeira semana de julho deste ano, principalmente a minha avó de criação, Maria Alves Barreiro, de 78 anos. Nascida em Mato Grande, área rural de Minas Novas–MG, mudou-se com o marido, meu avô biológico, Izalino, logo após o casamento, em 1976. Em nossas conversas, dona Maria narrou as histórias dos processos migratórios e de adaptação no Paraná e recordou como era a vida no sertão mineiro. A memória da terra natal foi registrada fielmente no capítulo *Vultos da Memória* do livro-reportagem. A decisão de manter o modo de fala no escrito respeitou os mecanismos utilizados para descrever imagens distantes no imaginário. Eduardo Coutinho faria o mesmo em seus filmes, foi uma referência estética e narrativa.

Com a dona Maria, tive três dias de conversas aprofundadas sobre o passado. Consultamos documentos antigos e tivemos acesso aos dados do meu avô, Izalino Rodrigues Barreiro, que faleceu em 1998. Parte do nosso diálogo serviu para orientar a minha ida ao sertão mineiro, porque a maioria dos povoados não consta nos mapas e nem nos buscadores na *internet*, nomes como Capão, Cordanta, Chapada e o próprio Mato Grande.

Viajei para Ribeirão da Folha, distrito de Minas Novas–MG, na segunda quinzena de julho, onde fiquei seis dias. Toda a minha família materna nasceu nesta região, até mesmo bisavós, avós e tios desconhecidos. Conversei com pessoas próximas aos meus familiares, visitei lugares relevantes para pesquisa e fiz registros fotográficos da região.

As entrevistas aconteceram nas cozinhas dos personagens e no meio dos seus afazeres cotidianos. Para isso, sigo os princípios da entrevista como uma conversa, propostos nas obras de Cremilda Medina (2003), Fabiana Moraes (2015) e José Henrique Bortoluci (2023). A combinação destes livros, para mim, demonstra que essas abordagens resultam num diálogo sincero e profundo, deixando o personagem solto para rememorar e narrar. Dessa forma, a dinâmica da entrevista fica mais tranquila e permite a fluidez do compartilhamento dos relatos, sem a rigidez de uma entrevista engessada. Além disso, a escolha desse formato, respeita a subjetividade das memórias, permitindo que os relatos fossem reconstruídos com base na percepção, resultando numa narrativa que transcende as fronteiras dos fatos, incorporando as emoções, os silêncios e as nuances que permeiam os relatos compartilhados.

3.1. COTIDIANO E JORNALISMO HUMANIZADO

Em uma entrevista concedida em 2002 no programa *De Frente com Gabi*, Eduardo Coutinho afirmou a Marília Gabriela que era movido pela busca da singularidade no cotidiano. O trecho em questão refere-se ao plano de montagem de *Edifício Master*, documentário produzido pelo diretor em 2002. Neste filme, Coutinho apresenta uma variedade de histórias comoventes com “personagens comuns”, que interagem com as nossas rotinas e nos afetam.

Este interesse coletivo carrega um aspecto representativo de cada indivíduo, que se insere nas narrativas desta abordagem. Carvalho (2012, p. 26) afirma que a vida cotidiana é composta por um conjunto de ações que determinam como as pessoas vivem e se mantêm, permitindo a manutenção social na totalidade. Em outras palavras, no cotidiano, a pessoa se reproduz como indivíduo e, ao mesmo tempo, contribui para a reprodução da totalidade social indiretamente.

> A vida cotidiana tem se insinuado como uma dos centros motores das atuais possibilidades de transformação da sociedade. A raiz desta intuição está no fato

> de que não são as relações de produção, mas sim as relações sociais de dominação e poder que têm sua primazia na modernidade. Sendo assim, um dos focos estratégicos da práxis revolucionárias terá que ser o cotidiano vivido pelas classes e grupos sociais oprimidos. (CARVALHO, 2012, p.21)

Cremilda Medina (2003, p. 52), uma das pioneiras na tese da dialogia social e da narrativa do cotidiano no jornalismo, sustenta que é crucial para o leitor uma narrativa que haja identificação com os anônimos e suas histórias de vida. A ação coletiva da grande reportagem, de certa forma, ganha em sedução quando os protagonistas são pessoas comuns que vivem as dificuldades cotidianas. “Para que o cotidiano se presentifique, é preciso romper com as rotinas industriais da produção da notícia, superar a superficialidade das situações sociais e o predomínio dos protagonistas oficiais” (MEDINA, 2003, p. 92).

No âmbito da historiografia, o cotidiano pode ser compreendido como um aspecto que está relacionado aos tópicos anteriores — memória, oralidade e história vista de baixo. Na seara jornalística, como será demonstrado adiante, dialoga com a humanização dos personagens, a subjetividade e questões éticas da profissão, “recuperação do prazer e do desejo de descobrir as pessoas, o contexto social em que vivem, no qual a narrativa teria uma marca autoral, inovadora. Trata-se de humanizar as técnicas profissionais” (Alves, 2008, p. 8).

Esse olhar para o cotidiano é uma das premissas do jornalismo humanizado, que reflete os sentidos da consciência. De acordo com Jorge Kanehide Ijuim (2016), pioneiro no conceito “jornalismo humanizado”, a práxis está na busca dos fenômenos, atribuindo-lhes significados para proporcionar ao público, mais do que uma explicação, uma compreensão das ações humanas. Além disso, presente nos processos de apuração, os repórteres e os personagens atuam em conjunto no correio de informações, colaborando para uma simbiose social.

O jornalismo humanizado é uma alternativa aos estigmas que estão presentes na comunicação e na sociedade. É uma prática que contrapõe os métodos mecanizados do jornalismo diário. Fabiane Aline Alves (2008, p. 1) define como “um processo de significação e ressignificação, que exige observação/percepção, reflexão e expressão de mundo”, isto é, “ir além da factualidade para compreender os fenômenos

sociais". Nessa perspectiva, os personagens têm mais espaço e os jornalistas podem explorar outras narrativas para além dos manuais de redação.

> O jornalismo humanizado, portanto, não se propõe apenas a produzir textos diferenciados, com linguagem que usufrui dos recursos da literatura que valoriza personagens. Mais que isso, leva a essência das ações humanas, é um olhar, uma perspectiva, um ponto de partida diferenciado. (Alves; Sebrian, 2008, p. 2).

A perspectiva do jornalismo humanizado permite uma reflexão sobre o ofício jornalístico e questiona as estruturas da comunicação de massa, reconhecidas como plataformas de poder e, no que diz respeito à formação social, reproduzem estereótipos, ignoram a complexidade dos fenômenos e não reconhecem o outro. A negação dos fenômenos sociais conduz a imprensa a priorizar o imediato em detrimento das complexidades, conduzindo-a ao simplismo raso.

3.2. SUBJETIVIDADE E REPRESENTAÇÃO

Correlacionada com os temas abordados anteriormente, a subjetividade jornalística é uma teoria e abordagem dos enquadramentos negligenciados pelos valores-notícias e suas objetividades. A subjetividade, como elemento para tratar desses temas tão recorrentes no jornalismo, passou a ser uma importante ferramenta na busca pela criação de representações mais completas sobre pessoas e grupos. Ela analisa, de forma mais ampla e profunda, as camadas de existência presentes nesses lugares (Moraes, 2019).

Nesta perspectiva, é possível esmiuçar questões que envolvem representações sociais nas narrativas empregadas para designar determinados públicos; ética jornalística, na lógica de distanciamento e isenção profissional; e ideológica, selecionando pautas e fontes com finalidades pré-concebidas. Conforme Junior (2006), é perceptível que o setor jornalístico desempenha uma função de mediação na sociedade, assegurando a construção de um entendimento comum e a necessária coesão social.

Dada a relevância concreta e simbólica, que confere reconhecimento social e econômico, as grandes mídias mantêm agendamentos baseados em modelos de negócios que anulam a isenção incutida na objetividade. Essa mesma isenção, conceito usado como uma réplica ao subjetivo, define-o como uma prática abstrata. Huberman (2014, p. 21 apud Moraes, 2019, p. 208) define que "a razão (logos) deveria ser o farol do mundo, o guia, enquanto a emoção (páthos) foi entendida como uma fraqueza, um defeito, uma incapacidade, o não confiável (o patético)".

Atualmente, a percepção e a relevância dos relatos pessoais evoluíram na sociedade, ao passo que a visibilidade pública, dada ao que era considerado íntimo, mudou a dinâmica do relato pessoal, tornando-o um espaço de expressão e manifestação que ultrapassa as barreiras da privacidade. Chaib (2015, p. 7) aponta que a mídia está envolvida nesses processos e contribui para a formação representativa. As representações que as pessoas elaboram do mundo da aprendizagem são moldadas por esses instrumentos modernos de comunicação.

De acordo com Hall (2016, p. 108), podemos concluir que a representação é um processo cultural composto por linguagens que emolduram os significados codificados por nós mesmos. Este conceito, aplicado em diversos campos, é usado como uma ferramenta de influência e persuasão, sobretudo na comunicação social, onde Moraes (2022) discute como nós, jornalistas, podemos pautar as complexidades cotidianas isentas de estigmas e vícios mecanizados nas redações.

Nas vivências de campo, por exemplo, foi fundamental a minha inserção no cotidiano sertanejo e no meu afastamento como "jornalista" e como "filho da Comadre São". Esses mergulhos ajudaram a ver com a visão dos mineiros que vivem nas grotas da roça, a compreender suas normas de vida, suas relações com a terra, seus dilemas, suas felicidades. O caminho óbvio, como jornalista "isento", seria pautado pelo "sofrimento" dos sertanejos diante da seca. Em contrapartida, o olhar como indivíduo mostrou que, apesar dos pesares, é ali o lugar deles no mundo e que, fora dali, eles seriam outras pessoas — infelizes, talvez. Em *Comadre São,* os testemunhos convictos dos personagens entrevistados reforçam a ideia de pertencimento com o modo de vida naquelas terras:

> Adriano, afilhado da Vania e cria do Antônio, é um menino quase adulto, perto dos 18 anos. No presente, conclui o ensino médio na única escola de Ribeirão da Folha. No futuro, planeja seguir no sertão e se sustentar trabalhando como peão na roça. Além do frete do leite, sua moto é o que o leva para todas as bandas da região, para resolver coisas, tratar dos gados e porcos, passar recados, buscar e levar produtos na vizinhança. [...] Além de peão, motoqueiro e jovem, Adriano é um pé de forró daqueles. Nas redes sociais, são vários vídeos postados dos seus gingados desconcertantes dançando em par. Uma das publicações exibe movimentos que vão além da mão na cintura e dos dois passos para cada lado; há giros nos corpos, o entrelaçar dos braços e outras variações. (Rodrigues, 2024, p.53–54).

Esse sentimento é o mesmo para a Rosária:

> É extremamente simpática e comunicativa, do tipo que cumprimenta todas as pessoas nas ruas da cidade. Praticamente todos respondem. [...] Minas-novense com orgulho, declara o seu amor pela cidade e pelas pessoas que ali moram. Diz que conhece muitas pessoas e que anda por todos os cantos do município. É envolvida nos trabalhos sociais. Quando era mais jovem, mudou-se com a turma para Jaguariaíva; entretanto, logo bateu a saudade da casa e voltou o mais rápido que pôde. (Rodrigues, 2024, p.57).

A personagem citada logo acima faz parte dos mineiros que fizeram o movimento de migração, mas retornaram para a terra natal. Além do perfil dos "ex-retirantes" mencionados, destaca-se o envolvimento de diferentes faixas etárias nos movimentos culturais do sertão, atrelados aos comportamentos, formas de se relacionar, moda e música. Através deste olhar, o grande sertão mineiro vive uma fase de permanência populacional e da manutenção sociocultural.

4. MARCOS HISTÓRICOS DE UMA OCUPAÇÃO NOS CAMPOS GERAIS

Neste tópico, abordaremos as questões de ocupação e formação populacional dos Campos Gerais na metade do século XX, entre (1950–1980). Este estudo é motivado pela história e pela presença dos personagens nos municípios de Jaguariaíva, a 234 km de Curitiba, situados nas fronteiras das duas áreas, que se desenvolveram exponencialmente ao longo do período histórico analisado. Com uso da perspectiva da "história vista de baixo" abordarei a ocupação local e a formação cultural das regionais. Esta metodologia visa contrastar o reconhecimento da presença europeia predominante na região com o ostracismo de outras etnias.

Maack (1948) estabeleceu a expressão "Campos Gerais do Paraná" para descrever uma área fitogeográfica natural, caracterizada por campos abertos e matas galerias ou campos isolados de floresta ombrófila mista, onde é possível encontrar o pinheiro araucária. Assim, essa região é definida pela vegetação que a caracteriza.

Situado no segundo planalto do Paraná, os Campos Gerais abrange 29 municípios paranaenses[2]. Apesar do recorte geográfico, os municípios apresentam diferenças históricas nos processos de ocupação entre eles. Jaguariaíva (fundada em 1823) e Arapoti (que foi desmembrado de Jaguariaíva em 1955) têm suas origens ligadas aos povos indígenas do Brasil Colônia, ao tropeirismo no século XIX e à expansão ferroviária no século XX.

A partir da virada dos séculos XIX e XX, com a república instalada no país, começaram-se a planejar políticas públicas para ocupar "espaços vazios" nas regiões interioranas. Os Campos Gerais, que eram compostos por grandes propriedades, mas de baixa produtividade, entraram no radar dos planos de concessão de terras para os europeus devido à proximidade e à fronteira com São Paulo, além da expansão agrícola de subsistência local, como relata Dropa (2020):

> No Paraná, a imigração esteve relacionada à necessidade de formar uma agricultura de abastecimento para os centros urbanos que se expandiam e

[2]Arapoti, Carambeí, Castro, Curiúva, Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, Rio Azul, São João do Triunfo, Sengés, Teixeira Soares, Tibagi, Telêmaco Borba, Ventania, Balsa Nova, Imbituva, Mallet e Rebouças.

> melhorar a qualidade técnica dos trabalhos agrícolas. [...] A partir de 1877, imigrantes russos-alemães estabeleceram-se na Colônia Octávio, na região dos Campos Gerais, subdividida em 17 núcleos coloniais.

Conforme o *Anuário Estatístico do Café,* publicado em 1977, entre 1940 e os anos 1960, a produção cafeeira impactou no crescimento populacional do estado, que saltou para 71% na primeira década e 105% na segunda. A ascensão cafeeira se estendeu até a Geada Negra de 1975, fato histórico que afetou toda a produção no Norte Pioneiro e base da economia paranaense. Esta ocorrência impulsionou o cultivo de outras culturas — milho, soja, trigo, leite e outros — em grande escala e reconfigurou os processos migratórios no estado.

Com as alterações no perfil da produção agrícola — que foi além do plantio de café — lideradas pelo governo, modificaram as relações de trabalho e introduziram a mecanização em diversos setores. A estrutura agrária do Paraná, que era marcada pela presença de pequenos proprietários, se transformou em uma região atrativa, incentivando fluxos migratórios.

> Os migrantes nacionais se sucedem aos imigrantes europeus no processo de ocupação do território, da expansão da pequena propriedade. Nesta época, o Paraná representa a principal fronteira agrária e agrícola do País, zona de atração para os migrantes do Estado de São Paulo, Minas Gerais e todo o Nordeste, com suas férteis reservas de terras roxas. As colonizações, tanto oficiais quanto privadas, se unem a fim de promover o estabelecimento das novas populações e de estimular as atividades (Swain, 1992, p. 21).

A Companhia de Terra Norte do Paraná, criada pela *Rolding Inglesa Paraná Plantation Limited*, começou a atuar nos trâmites de colonização para a urbanização do interior do estado e "propiciou a migração de milhares de famílias de trabalhadores e pequenos proprietários dos Estados do Nordeste, Minas Gerais e São Paulo para a região" (Oliveira, 2017, p. 17).

Priori (2011) retrata que a companhia de Terras Norte do Paraná construiu estradas na região, permitindo uma maior mobilidade entre propriedades rurais, conexão com os centros urbanos e o escoamento da produção. Com isso, diversas propriedades rurais foram transformadas em pontos de apoio.

A partir destes contextos, nos anos 1970, meus familiares deixaram o nordeste mineiro para tentar a vida no Paraná. As propagandas de melhores condições de vida e

as oportunidades de trabalho chegaram de boca em boca ao sertão mineiro. Entre os peões, falava-se em "Terra Prometida", boa para plantar, tirar o sustento e crescer na vida. O pessoal se convenceu. A mudança começou com os homens da família, que vinham conferir as condições e ajeitar as coisas. Logo em seguida, voltavam para buscar o restante dos familiares, compadres, comadres e quem mais topasse a chance.

A propriedade arrendada era conhecida como Fazenda Diamantina, ficava na divisa de Jaguariaíva e Arapoti. Lá, os peões trabalhavam numa terra roxa e fértil, daquelas em que tudo brota grande, forte e bonito. Nas lidas diárias, eles cuidavam dos animais, faziam as roçadas, os arados e os plantios de algumas culturas para consumo e venda na cidade. Meu avô, Izalino, e outros retirantes, se estabeleceram nas áreas rurais da região, onde cultivavam grãos de verão como feijão, soja e milho, além de tabaco, trigo e cana, e criavam animais para consumo, como porcos, vacas-leiteiras e frangos. A união de forças de trabalho facilitou a organização involuntária de uma pequena cooperativa. Todos se ajudavam com braços, ferramentas, alimentos, logística e divisão dos lucros das vendas. Essa boa fase exigiu o empenho coletivo na fazenda; até as crianças eram colocadas para capinar o matagal, arar o solo, semear o sulco e colher.

Parte desses mineiros só estava ali porque o cenário da época oferecia trabalhos autônomos no campo, através dos arrendamentos — um tipo de locação da propriedade rural. Combinados os acordos verbais, era possível morar, trabalhar e comercializar os produtos cultivados, bastando repassar o pagamento acertado pelo uso da propriedade. Entretanto, tempos depois, as rotinas de trabalho se alteraram com os novos rumos da produção agrícola no país, que ganhou fácil acesso aos créditos para a mecanização; e na chegada das empresas de reflorestamento na região, fortalecidas com benefícios fiscais[3] do governo federal. Devido a essas atualizações no modelo de uso da terra, os peões abandonaram seus trabalhos para viver na cidade.

[3] Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966 — Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

4.1. PARANISMO E REPRESENTAÇÕES RACIAIS

O paranismo é uma concepção identitária paranaense desenvolvida por Romário Martins e outros intelectuais das artes no início do século XX, após a emancipação do estado de São Paulo. Regional e tradicionalista, foi considerada um valor sociocultural "para designar aqueles que amavam o Paraná e estavam dispostos, através do discurso, a louvá-lo e reconhecer nele um lugar onde a população teria as melhores condições para se desenvolver como civilização" (Iurkiv, 2002, p. 131 apud Batistella, 2012, p. 1).

Em seu livro *História do Paraná*, reconhecido como uma obra clássica da história paranaense, Martins (1995, p. 38) define o paranista como "aquele que em terra do Paraná lavrou um campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal." Essa referência é institucionalizada e reconhecida como um traço paranaense até o presente, como, por exemplo, no *slogan* do Governo do Estado nas gestões do Carlos Roberto Massa Júnior (PSD), entre 2019 e 2025: "Paraná, terra de quem trabalha e cuida". Antes disso:

> este movimento se concretiza no Paraná pela exaltação dos valores locais e o desenvolvimento de uma simbologia baseada em elementos nativos como o pinheiro paranaense e o pinhão, simplificados até serem transformados em logotipos. Tais elementos iconográficos regionais, marcados por uma linguagem *art déco* de forte teor panfletário, foram elaborados de modo a se constituírem em estímulo à criação de um "espírito paranaense" (Camargo, 2007, p. 15).

Diante de um contexto de migrações guiadas por melhores condições de trabalho, como apontamos no tópico anterior, Martins se dirige aos colonos e propõe uma legitimação de seus costumes como uma identidade paranaense. Dessa forma, Batistella (2012) aponta que o meio e a raça influenciaram os autores do Paranismo na criação de uma imagem do Paraná como um "Brasil branco e diferente", similar ao ideal europeu. Essa tese ganha credibilidade se compararmos com as políticas de embranquecimento que o país adotou na virada do século XX, mesmo período de ascensão do movimento paranista. A seguinte tese é descrita por Martins:

> A sociedade brasileira já ia então reconhecendo as qualidades de inteligência de certas individualidades desse tipo de mestiço, embora e em regra nele continuasse a ver ainda "pouca solidez de estrutura moral" e "pouco equilíbrio de caráter". [...] São tais os efeitos do cruzamento de mestiços de negros observados no Brasil, que se pode prever, ainda, para este século, o desaparecimento total dos seus restantes índices de etiópicos na fisionomia da parte da população nacional que lhe é correspondente. Está assim o nosso país fazendo a sua evolução étnica e social muito rapidamente do que o fizeram quaisquer dos povos europeus (Martins, 1995, P. 157).

O trecho em questão corrobora a ideia de que os imigrantes europeus são considerados os "verdadeiros paranistas". Eis um dos mais latentes dilemas do paranismo: a não representatividade negra no ideário do paranaense. Dessa forma, o paranismo pode ser um exemplo prático para ilustrar como as políticas de esquecimento e memória operam silenciosamente, mas com eficiência. De acordo com Ansara (2012), a política de esquecimento é caracterizada pela manipulação política e ideológica, aliada à harmonia institucional. A política de memória está relacionada à resistência das classes populares e ao desmonte dos mecanismos de institucionalização da memória social.

A identidade de um grupo é formada através da relação direta com a memória coletiva. No Paraná, houve uma gestão da memória baseada no "paranismo" para criar uma identidade paranaense a partir dos colonos. A gestão da memória, que, em muitos casos, é realizada pelo governo e apoiada por uma literatura historiográfica, reduziu a presença negra na nossa historiografia (Felipe, 2018). Para repensar esta normatização, é preciso abordar a história negra paranaense para incentivar — e

manter — políticas de lembranças. Lembrar é mais do que um objetivo, é a única forma de jamais esquecer.

5. FRAGMENTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS NO VALE DO JEQUITINHONHA

O Vale do Jequitinhonha é uma região de Minas Gerais composta por 55 municípios[4], localizada no nordeste do estado. No mapa, se estende do centro até a fronteira com a Bahia, numa área que ultrapassa os 50 mil km². No estado mineiro, essa região é considerada a mais pobre e desigual. As pesquisas prévias na internet resultam em imagens e notícias que contrastam a pobreza extrema com o progresso no cultivo de eucaliptos e na exploração de metais valiosos.

Entretanto, a desigualdade no Vale do Jequitinhonha não é recente, mas sim uma realidade histórica que começou com a queda do Ciclo do Ouro no Brasil Colônia. Antes disso, a descoberta de diamantes na região impulsionou o crescimento populacional e a economia local, com o povoamento avançando de Sul para Norte, acompanhando novos achados. A ocupação desses espaços concentrou-se na mineração e na recente demanda por alimentos, voltada para a pecuária e a agricultura de subsistência (Furtado, 2008). A partir do século XVIII, nos anos seguintes, vingaram as eras do "a-deus-dará", do esmo e da própria sorte. As repercussões desses contextos impregnaram nessas terras os estigmas de um lugar empobrecido e sem perspectiva de vida.

No meu registro de viagem, relato como as estradas mostram que Belo Horizonte é um divisor socioeconômico no mapa do estado. Ao avançar no sentido nordeste, a vegetação e o solo se transformam e a temperatura sobe. As grandes fazendas de café do sul mineiro dão lugar a pequenos agricultores e a algumas cidades minúsculas: Água Boa, Veredinha, Capelinha, Turmalina e assim por diante até chegar em Minas Novas. Quase 500 quilômetros separam a capital mineira deste município com pouco mais de 24 mil habitantes.

---

[4] Água Boa, Almenara, Angelândia, Araçuaí, Aricanduva, Berilo, Capelinha, Carbonita, Caraí, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Couto de Magalhães de Minas, Cristália, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Francisco Badaró, Frei Gaspar, Grão Mogol, Itamarandiba, Itinga, Jacinto, Jenipapo de Minas, Joaíma, Jordânia, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, **Minas Novas**, Monte Formoso, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Palmópolis, Pedra Azul, Ponto dos Volantes, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Jacinto, São Gonçalo do Rio Preto, São João da Chapada, São João do Manteninha, São Sebastião do Maranhão, Senador Modestino Gonçalves, Serra Azul de Minas, Serra dos Aimorés, Setubinha, Turmalina, Veredinha, Virgem da Lapa, Araçuaí, Francisco Sá, Itaobim e Malacacheta.

Atualmente, grande parte das terras do Vale do Jequitinhonha e de Minas Novas dão lugar para o plantio de eucaliptos no sistema de monocultura — administrada por grandes empresas. A chegada desses empreendimentos, motivados pela legislação ambiental sancionada na ditadura militar, com o princípio de "ocupar" esses espaços "vazios" no nordeste mineiro e de fomentar a economia na região, ocupar para integrar o vale:

> como fornecedora de matéria-prima para o complexo siderúrgico, atividade considerada essencial, pois com o carvão vegetal produzia-se ferro-gusa, prioridade da industrialização pesada. Os planaltos da região, denominados pelos moradores como 'chapadas', foram tomados, ocupados e transformados com trator, veneno e adubo, as bases do pacote agrícola da Revolução Verde. (Silva et al, 2022, p.65)

Como descrevo em *Comadre São*, os militares chegaram à conclusão de que as propriedades do vale não tinham donos legítimos e, assim, tomaram as terras para o regime. Instalaram-se, então, usinas madeireiras e plantações de eucaliptos, com o processo sendo gerido pela estatal Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita). A estatal perdurou até as privatizações dos anos 1990, e o modelo de negócio consolidou-se, firmando-se como uma monocultura na região.

Atualmente, estudos ambientais indicam que o estabelecimento da monocultura de eucalipto contribuiu com a deterioração do solo, seca das nascentes e diminuição das chuvas. Entre as consequências, a intensa demanda por água resulta na exaustão da umidade do solo e na redução da recarga dos recursos hídricos, comprometendo o equilíbrio do ciclo hidrológico. Ademais, interfere no desenvolvimento de plantas e microorganismos presentes no solo, diminuindo sua fertilidade e afetando negativamente a diversidade de espécies da fauna e flora locais. Em suma, a prática da monocultura contribui para a instabilidade ambiental e amplia a vulnerabilidade às mudanças climáticas (Duarte; Menegasse Oliveira; 2002. p.4).

No capítulo *Pedaços de histórias no Grande Sertão,* descrevo os cenários da seca que encontro na região:

> As condições climáticas regem as dinâmicas da comunidade. Nas valetas à beira da estrada, teias de aranha comprovam os relatos de que a chuva não passou por ali no primeiro semestre do ano. Para conseguir se virar com o básico, são várias as cisternas e os metros de canos pretos que conduzem as águas do Rio Setúbal até as residências. O cenário muda nos meses de

> novembro, dezembro e janeiro, quando a chuva finalmente chega e não cessa. (Rodrigues, 2024, p.45)

Na reportagem *Encurraladas por eucalipto, comunidades do Alto Jequitinhonha lutam para preservar modo de vida*, publicada em maio de 2024 no portal O *Eco | Jornalismo Ambiental*, abordam-se as relações entre os camponeses e o impacto da monocultura de eucalipto, que secou nascentes e transformou a paisagem local. A matéria revela, sob a perspectiva dos sertanejos, os dilemas cotidianos enfrentados na luta pela sobrevivência no campo. “Os córregos nasciam lá no pé da chapada e, por conta da destruição, as grotas ficaram sem água”, diz Manoel João dos Santos, 57 anos, na entrevista ao portal.

Minas Novas, uma das cidades afetadas, reflete um problema comum às comunidades do entorno. Apesar de sua importância histórica e de fazer parte das rotas sagradas do turismo mineiro, a cidade não atrai tantos visitantes quanto destinos mais conhecidos, como Ouro Preto, Tiradentes e São João del Rei. Além disso, o progresso financeiro prometido pela monocultura de eucalipto não reverbera no cotidiano dos moradores. É a força dos pequenos agricultores, artesãos e comerciantes locais que sustenta a economia da região. No entanto, as condições impostas pelo avanço da monocultura e pela escassez de água limitam significativamente o crescimento e a sustentabilidade de suas atividades.

Em decorrência, essas dificuldades mantêm os produtores em um ciclo de subsistência, com foco no consumo interno das comunidades, impedindo que suas produções modestamente se expandam para além do mercado local. A situação é retratada também no capítulo *Pedaços de histórias no Grande Sertão,* onde Antônio e outros peões trabalham pesado para receber o básico.

> O mês de julho marca o início dos trabalhos intensos no corte e na moagem dos caules. A jornada vai das 5 às 23 horas, de domingo a domingo. Durante o dia, é possível ver os peões enfrentando o sol escaldante com roupas longas; à noite, só se enxergam os vultos das lanternas e se ouve o engenho triturando e fermentando a cana. Os sistemas de trabalho são metódicos e carecem de atenção redobrada: se houver descuido, perde-se a produção; se for bem

> cuidada, a garapa é levada para Minas Novas, onde se transforma em cachaça artesanal pronta para venda. (Rodrigues, 2024, p.45–46)

Antônio é proprietário das terras, mas atua como peão ao lado de outros trabalhadores, geralmente de três a cinco, que o auxiliam. Sem vínculos empregatícios, esses trabalhadores recebem o pagamento diário em dinheiro vivo, cerca de 50 reais . Durante nossas conversas, Antônio justificou a extensa carga horária dedicada ao engenho como uma necessidade para honrar os compromissos financeiros de sua família, composta por sua esposa e três filhos.

No decorrer do capítulo, estão expostos os relatos dos moradores de Mato Grande acerca do trabalho, seca e fome, e dos esquemas de trabalhos pagos com ingredientes e alimentos, como grãos de arroz e feijão, proteína animal, farinha e outros.

5.1 MATO GRANDE: A VIDA ALÉM DOS ESTIGMAS

Mato Grande é um lugar peculiar que não consta no mapa. É uma junção de pequenas fazendas, matas, caatingas, canaviais, engenhos e imóveis modestos. Os inúmeros e altos morros verdes atrasam a chegada do sol nas manhãs e antecipam sua despedida no céu ao fim da tarde. Barrancos e cercas dividem os espaços privados. O chão dali é uma terra fofa e avermelhada, que afunda os pés, pigmenta as roupas e marca todo o corpo. O caminho é um sobe e desce constante, a ponto de carros e motos travarem uma luta para passar.

Embora haja dificuldades, o senso comunitário em Mato Grande é pleno e geracional. Nas dinâmicas locais, é natural o sistema de troca de produtos e favores entre os moradores: queijos, doces, sabão, pães, animais de corte, frutas e verduras, cortes de cabelo, tudo é negociado internamente, sem a necessidade de pagamento em dinheiro. Funciona agora, assim como funcionava na memória da dona Maria, 60 anos atrás.

A extensão do bom convívio social chega nos inúmeros convites para visitas com

cafés, que também são corriqueiros. Não aceitar é uma postura estranha. Em todas as casas, as cozinhas são as portas de entrada, sempre com uma garrafa térmica grande e cheia de café — extremamente doce —, copos americanos espalhados aos montes e bacias fartas de biscoito de polvilho.

Sertã (2016) retrata que essas interações não podem ser reduzidas a simples atos de escambo, porque carregam um significado moral que sustenta e dá sentido às relações sociais. Assim, vão além de trocas comuns, funcionando como mecanismos para consolidar alianças existentes e criar novas conexões sociais. Ou seja, o ritual do café oferecido aos visitantes não é somente um hábito alimentar, mas também um ritual de sociabilidade e pertencimento.

Esta noção de pertencimento aflora nos personagens que vivem no sertão. Com exceção de Valentina, 9 anos, todas as pessoas se recusam a sair da região para tentar uma vida nova na cidade grande. Em suas falas, é possível compreender o sentido das raízes afetivas, culturais e históricas construídas no sertão.

6. LIVRO-REPORTAGEM E JORNALISMO LITERÁRIO

A ideia de livro-reportagem, amplamente difundida no auge do *New Journalism* nos anos 1960, expandiu as formas de se fazer o jornalismo para além do *Hard News*. Alinhada com a literatura, as pautas ganharam fôlego para explorar os contextos, os enredos e os personagens, seguindo princípios da não ficção com a verossimilhança. Entre os exemplares mais conhecidos estão *Hiroshima* (1946) e *A sangue frio* (1966), ambos da revista americana *New Yorker*, que possibilitaram a produção de reportagens longas e convertidas em livros posteriormente. Wolfe (1975, p. 22) define o *New Journalism* como "a descoberta que mostrava ser possível descrever um jornalismo que pudesse ser lido".

O livro-reportagem em si é uma obra jornalística que mergulha nos contextos dos fatos em sua construção. Seguido pelos procedimentos da profissão — apurar, checar, escrever e revisar — requer uma atenção maior na elaboração de uma narrativa extensa, coesa e noticiosa. Nesta área estão incluídas obras literárias, investigativas, biográficas, ensaios e outras mais. Oliveira (2009, p. 4) acrescenta que este suporte tem conexão com a memória e a cultura popular, distinto da produção do jornalismo diário, afinal "permite um tempo de convivência com o entrevistado, um entendimento do contexto do assunto e uma preocupação com a narrativa".

Esta narrativa está atrelada aos aspectos dos valores-notícia. Rocha (2013, p. 18) aponta que esses valores se referem às noções de atualidade, acontecimento e período, parte dos processos jornalísticos. Entretanto, ressalva que:

> são suportes diferentes e suas especificidades no tratamento destes procedimentos devem ser consideradas. No livro-reportagem, o processo de produção e construção textual configuram um movimento espiral, estabelecendo um diálogo em todo seu percurso. O suporte livro-reportagem exige um número suficiente de informações, dados, fontes, depoimentos para contemplar o conteúdo e o volume de um livro sem desfigurar sua relação com a realidade, sem migrar para a "invenção", ou mesmo ficção.

O rigor com o factual é o que distingue este tipo de obra das demais produções literárias. Braga (2012, p. 1) enfatiza que jornalismo não é literatura, apesar de utilizar

as “marcas do romance, a exemplo da caracterização de personagens e recriação de cenários e diálogos”. Porém, isso é estruturado “para aprofundar um acontecimento real”. Por meio da mescla entre o fato e a verossimilhança, é possível construir estruturas textuais com cenas descritivas, como o faz Gabriel García Márquez em *Notícia de um sequestro:*

> O doutor Guerrero havia esperado por ela no apartamento dos Villamizar, pensando que Maruja também seria solta e que as duas iriam para lá. Esperou com três copos de uísque até o noticiário das sete. Vendo que não chegaram, achou que se tratava de outra notícia falsa como tantas outras daqueles dias, e voltou para casa. Vestiu o pijama, serviu outro copo de uísque, deitou na cama e sintonizou a *Radio Recuerdos* para dormir ao arrulho dos boleros. Desde que começou seu calvário não tinha tornado a ler. Já em meio aos sonhos ouviu o grito de Gabriel (Márquez, 2001, P. 185).

Neste trecho, o autor apresenta uma narrativa com fontes distintas e recursos variados que resultam numa leitura fluida e dinâmica, como o relato dos sobreviventes e testemunhas, que revela um aspecto cinematográfico; as notícias da imprensa e as informações dos meios oficiais, que acrescentam um olhar informativo pragmático; e a verossimilidade nos detalhes e passagens, a qual é uma característica inerente aos princípios do jornalismo literário.

Jornalismo e literatura estão interligados desde a popularização do ato narrativo, seja oral e escrito. Com o avanço dos meios de comunicação, as técnicas jornalísticas incorporaram estratégias literárias para atingir seus leitores. Oliveira (2009, p. 2) argumenta que “a atenção do leitor e a palavra escrita justificam esta união, que encontra seu marco originário, a partir do momento em que narrar torna-se essencial”. Essa premissa pode ser observada no jornalismo e na literatura, com a mesma relevância.

Se fosse publicada num jornal diário, a história da obra *Rota 66*, escrita por Caco Barcellos, que narra a “história da polícia que mata”, poderia ser enquadrada como casos recorrentes na segurança pública das metrópoles. Na televisão, as imagens e sonoras padrões mostrariam agentes de segurança, familiares das vítimas e os locais das ocorrências. Ao compor um livro-reportagem, a pauta pode ser explorada com minúcias e amplitude, colocando o leitor nas cenas dos crimes:

> Os PMs estão lado a lado formando uma linha horizontal com as portas abertas do Veraneio. Todos usam uma boina preta, inclinada. Calça cáqui escura, coturnos até metade da canela, jaqueta de lã azul-marinho, braçadeira de couro no braço esquerdo com a inscrição ROTA em metal dourado. Na hora do disparo, avançam alguns passos ao estilo de um apelo de fuzilamento. Os rapazes começam a cair (Barcelos, 2009, P. 63).

Outro recurso literário usado nos livros-reportagens é a fala em primeira pessoa dos personagens, que vai além da objetividade jornalística cotidiana. Essa prática acrescenta uma função testemunhal e de lugar de fala, provocando um distanciamento momentâneo do jornalista na narrativa e dinâmica textual. *Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear*, da bielo-russa Svetlana Aleksiévitch, relata as experiências dos sobreviventes, instigando a permanência na leitura, como narra um personagem contratado para matar os animais domésticos para controlar a radiação.

> Uma cachorra que estava deitada no meio do cômodo com os filhotes ao redor lançou-se sobre mim e derrubei com um tiro. Os filhotes me lambiam as mãos, pediam caricia, tonteavam. Disparar deve ser à queima-roupa. Eh, minha senhora! Havia um cachorrinho peludinho, pretinho. Até hoje tenho pena dele. […] Estávamos colocando os animais na caçamba para a fossa e aquele peludinho começa a escalar, e então sai do buraco. Já não tínhamos mais cartuchos. Empurraram o cãozinho de volta para o buraco e o cobriram de terra. Até hoje tenho pena dele (Aleksiévitch, 2016, P. 142–143).

Conforme observado nas referências citadas, o livro-reportagem utiliza diversas técnicas literárias para desenvolver as narrativas aprofundadas e estruturar o conjunto da obra. Compreendido como uma extensão jornalística, oferece autonomia produtiva para lidar com temas atemporais com complexidade. Além disso, devido à sua amplitude, possibilita o diálogo com outras mídias contemporâneas incorporadas pelo jornalismo, como podcasts, séries e documentários. As obras *Holocausto brasileiro* (2013) e *Todo dia a mesma noite* (2017), da jornalista Daniela Arbex, são exemplos recentes de correlações entre livro-reportagem e mídia audiovisual, tendo sido adaptadas e publicadas pela Netflix.

6.1. UM LIVRO-REPORTAGEM SOBRE A MEMÓRIA, A ESTRADA E OS DILEMAS PESSOAIS

Como já foi apresentado anteriormente, *Comadre São: Memórias familiares e oralidade* é um livro-reportagem sobre as histórias da família por meio da oralidade de personagens e da exploração de contextos históricos e sociais vivenciados por eles. Dividido em seções, este livro compõe três partes: a revisitação da memória nos relatos, as descrições das imagens observadas e os dilemas pessoais nos bastidores da produção.

Na produção, foram realizadas entrevistas com familiares e membros das comunidades de origem, além de consultas a documentos básicos. Nessas etapas, foram priorizados os diálogos livres com os entrevistados, muitas vezes conduzidos nas cozinhas. Algumas passagens do livro apresentam o fio da memória oral de personagens nascidos e vividos no Mato Grande. Parte das descrições carrega o jeito da fala local, utilizada aqui como um gesto de apreço à representatividade que, aliás, é uma complexa construção narrativa, feita com vocabulários próprios que retratam o sentimento, o passado e a memória como uma cena filmada. São histórias do sertão narradas pelas vozes dos sertões, onde não se lê, mas se conta e reconta o passado entre gerações.

As viagens aos destinos importantes — Mato Grande, em Minas Novas–MG, e Jaguariaíva–PR — foram essenciais para captar as nuances do ambiente e das vivências dos personagens. Para o trabalho final, procurei transportar o leitor em lugares inéditos e trabalhei na descrição de cenários para ambientar as passagens. Aqui, utilizo recursos e referências dos filmes do Eduardo Coutinho que, aplicados ao texto, trata sobre uma escrita do que se vê — o nascer do dia no sertão —, do que se ouve — os sons do engenho — e sente — as águas frias do Rio Setúbal nos pés. Além disso, esses instrumentos multimídias ajudam em outras formas de contar essas histórias.

No mesmo compasso em que desbravava as histórias da família, minha mãe travava uma árdua luta pela vida. Foram duas disputas: a primeira delas abre o livro; a

segunda encerra. No ato inicial, estávamos nós dois cercados de dúvidas; no ato derradeiro, conhecemos os vácuos do passado. A escolha de compartilhar essas condições vai de encontro com o objetivo principal do livro: contar para ela como era o Mato Grande e como era a sua verdadeira mãe, Felicina. Consegui contar em tempo.

Todos esses aspectos se reúnem nos detalhes cotidianos, seja no modo como a Vania faz o queijo pelas suas mãos, no dia comum de trabalho do homem que enterra gente, na lida pesada dos peões na roça, na grande despensa recheada de alimentos perecíveis. São cenas carregadas de simbologia na micro-história e na macro. Em síntese, este projeto é um retrato das histórias que moldaram a identidade de uma família e, ao mesmo tempo, um registro das transformações — e repetições — vividas por gerações.

Enfim, este estudo demonstrou que, apesar das mudanças no espaço geográfico e cultural, as marcas do sertão mineiro continuam presentes nos personagens. Em contrapartida, Jaguariaíva e o Paraná carecem de sentidos e significados para os retirantes que permaneceram no sul. A pesquisa também demonstra que o cotidiano, ao mesmo tempo, é o resultado das construções subjetivas e históricas, sendo crucial para compreender a diversidade da experiência humana e das relações sociais. Dessa forma, a pesquisa reforça o valor da memória como um ato coletivo e transformador, capaz de transcender tempos e espaços, mantendo as histórias que sustentam comunidades e indivíduos.

6.2. PERSONAGENS ENTREVISTADOS

- **Adilson** — motorista do ônibus entre Minas Novas e Ribeirão da Folha.
- **Adriano** — filho de Antônio, afilhado de Vania.
- **Antônio** — marido de Vania.
- **Vania Martins** — prima, filha de Geraldo.
- **Coveiro de Minas Novas** — (nome não revelado).
- **Geraldo Alecrim** — tio, filho do primeiro casamento de Izalino.

- **Joel da Costa Barreiros (Totê)** — tio, filho caçula de Felicina.
- **Juvelina Barreito** — prima e filha de Maria Alves Barreiro.
- **Luciano Cido** — primo, filho de Antônio (Tio Tone).
- **Maria Alves Barreiro** — vodrasta.
- **Maria da Costa Martins** — tia, filha de Felicina.
- **Maria da Conceição** — mãe.
- **Maria do Rosário Alves Pereira** — irmã de minha vodrasta, Maria Alves Barreiro.
- **Maria do Rosário Martins** — tia, filha de Felicina.
- **Valdelina Marins** — filha de Maria da Costa.
- **Valentina** — filha do meio de Vania.
- **Zé Vaqueiro** — senhor importante em Mato Grande.

6.3 ESTRUTURA DO LIVRO

Esta obra segue uma ordem cronológica, que inclui a concepção do tema, pesquisas em campo e a conclusão do material escrito.

1. **Prefácio**

- Introdução à obra e seus objetivos.

2. **Perguntas sem respostas**

- Reflexões iniciais sobre o tema de pesquisa.
- Primeiros diagnósticos e tratamento da doença de minha mãe.
- Superação e retomada da produção do projeto.

3. **Pedaços de histórias nos Campos Gerais**

- Relato de viagem entre Curitiba e Jaguariaíva.
- Contextos históricos e socioculturais da região.
- Descrição detalhada dos cenários.

- Narrativa sobre a vida de retirantes na Fazenda Diamantina e o abandono das terras.

4. **Vultos da memória**
- Resgate das memórias do sertão mineiro por Maria Alves Barreiro.
- Modos de vida em Mato Grande entre as décadas de 1950 e 1970.

5. **Na estrada do presente-passado**
- Relato de viagem entre Curitiba e Mato Grande.
- Contextos históricos e descrição de cenários da região.

6. **Pedaços de histórias no Grande Sertão**
- Registros antropológicos sobre a região.
- Descrição dos personagens e inclusão de fotografias.

7. **A mulher por trás da fotopintura**
- Descobertas sobre a verdadeira genitora da Comadre São.

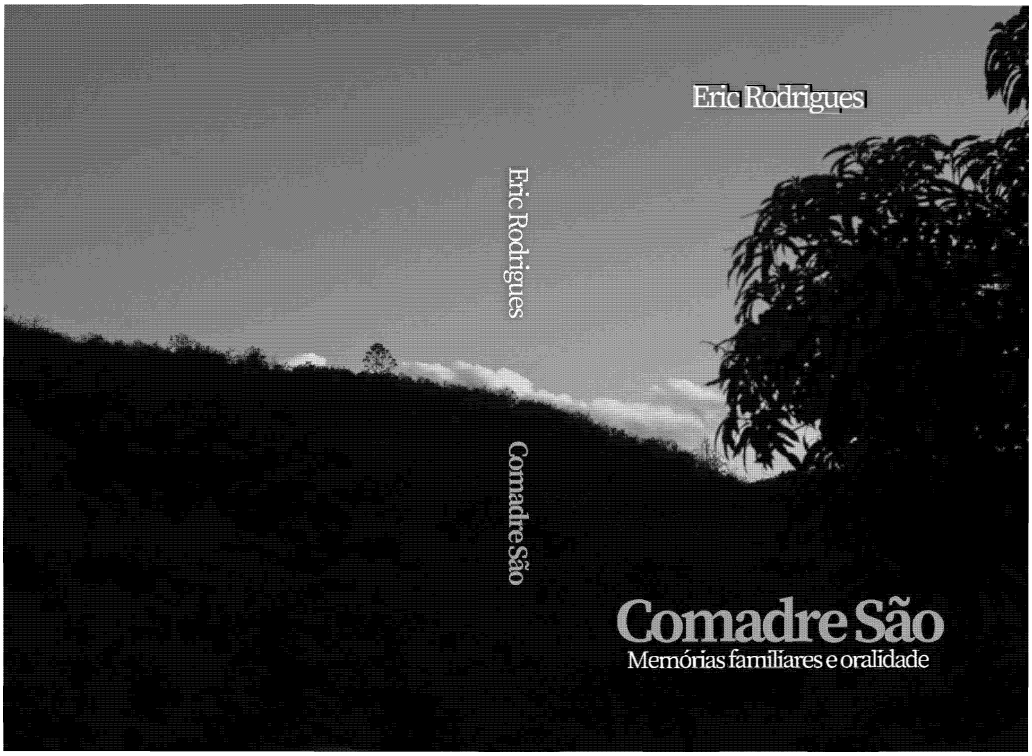
8. **Sua história está contada**
- Retorno e agravamento da doença de minha mãe.
- Compartilhamento oral dos registros da viagem.
- Despedida.

9. **Agradecimentos**
- Encerramento .

6.4 CAPA E IMAGENS

O projeto gráfico prevê um exemplar de 21 cm de altura por 14 cm de largura, com 83 páginas, capa mole e impressão em papel pólen soft de 80 g/m².

A capa apresenta uma imagem de um final de tarde bonito no sertão. O céu é claro, o solo é escuro — como se fosse um lugar misterioso a ser descoberto na leitura. A escolha da arte vai ao encontro do propósito do livro: contar para minha mãe como é a sua terra natal, contar para o mundo como é o Mato Grande.



No livro, estão incluídas diversas fotografias que fiz ao longo da viagem. As imagens serviram como um complemento visual à narrativa. Abaixo, estão algumas delas.

Imagem 1: Retrato de Maria Alves Barreiro.

Imagem 2: Vista do terreno dos avós em Jaguariaíva. Ao fundo, destacam-se uma das serralherias e a vasta plantação de eucaliptos.

Imagem 3: “Sobradão”, ponto turístico de Minas Novas.

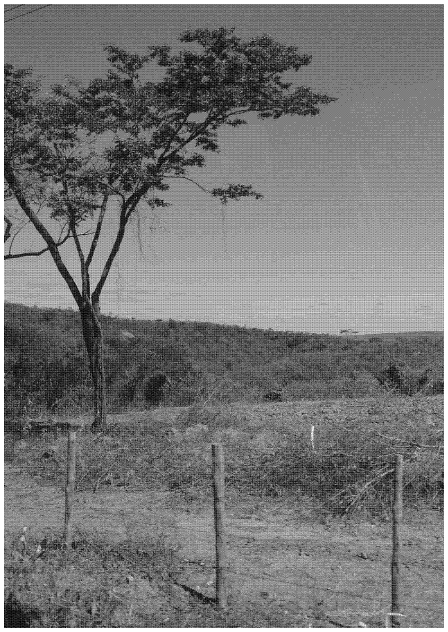


Imagem 4: Estrada que liga Minas Novas a Ribeirão da Folha: mais de 70 quilômetros de poeira vermelha e paisagens da caatinga.

Imagem 5: Casa de Vania vista do engenho da família.

Imagem 6: Trabalho desgastante na moagem das canas-de-açúcar no engenho. Antônio, marido de Vania, coloca ramas no moedor para disparar a garapa nos caldeirões.

Imagem 7: Morros altos e verdes cercam o Mato Grande. A aparição do sol na manhã demora um pouco mais para começar; a despedida no fim da tarde é mais breve.

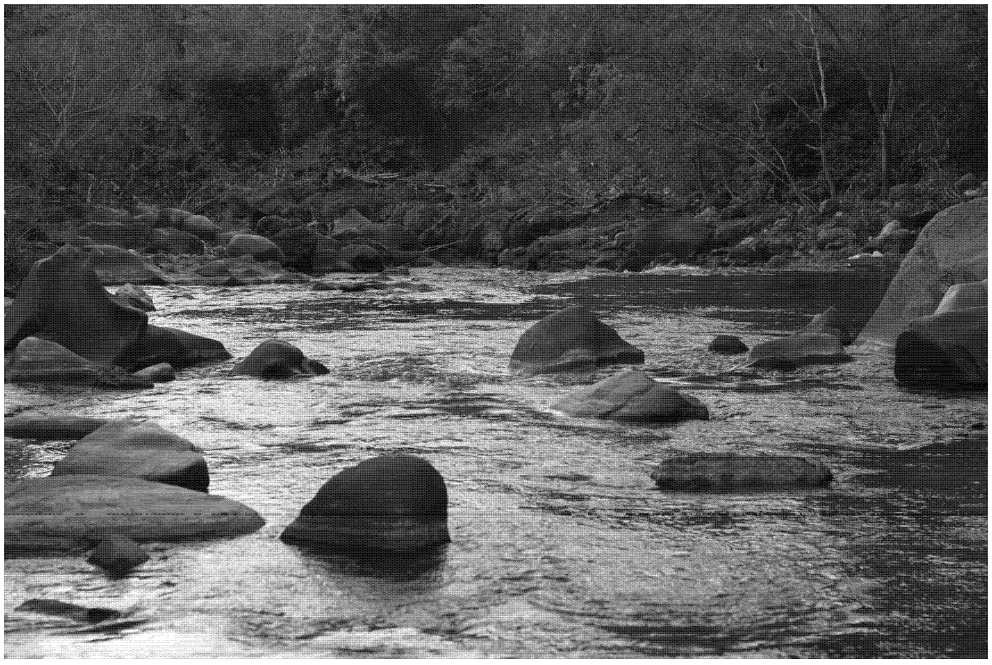
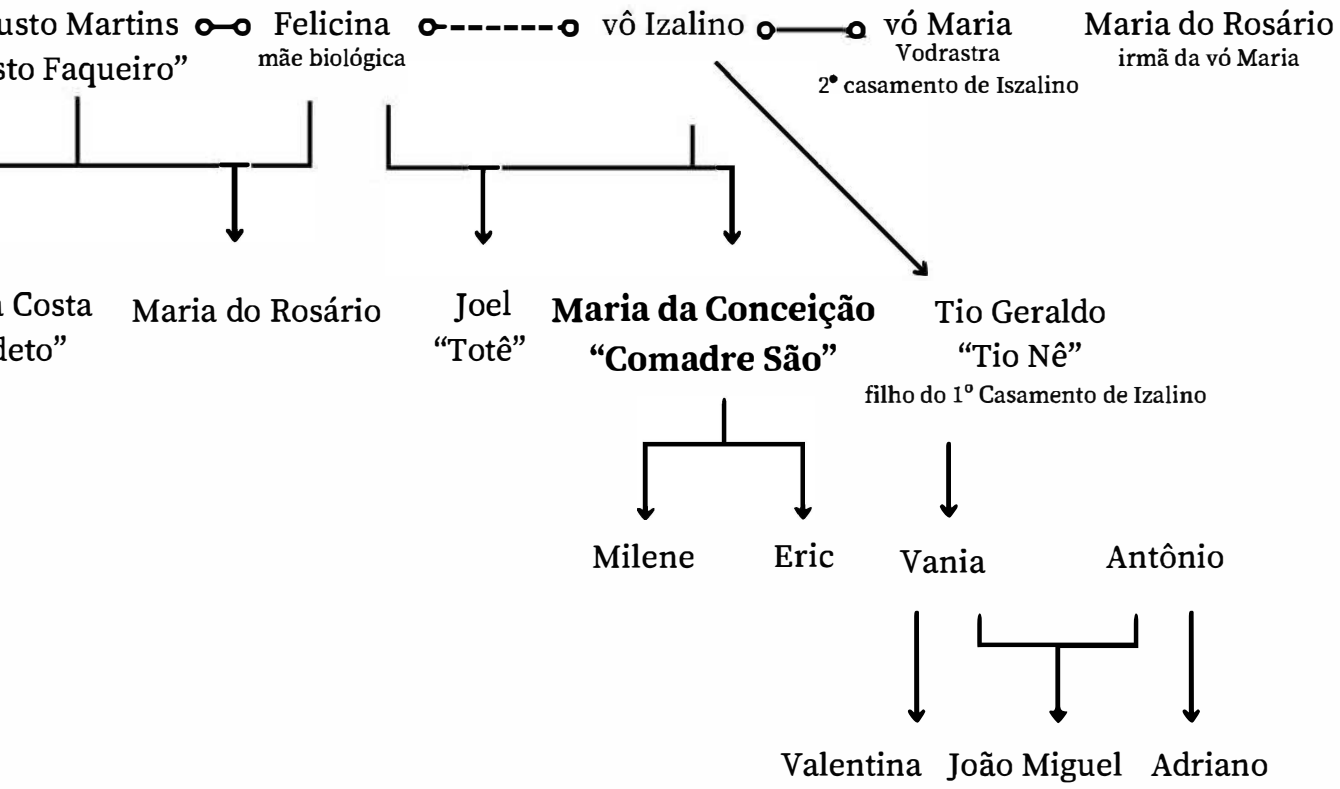


Imagem 8: Rio Setúbal, na altura do Mato Grande. A água é gelada, os poços são profundos.

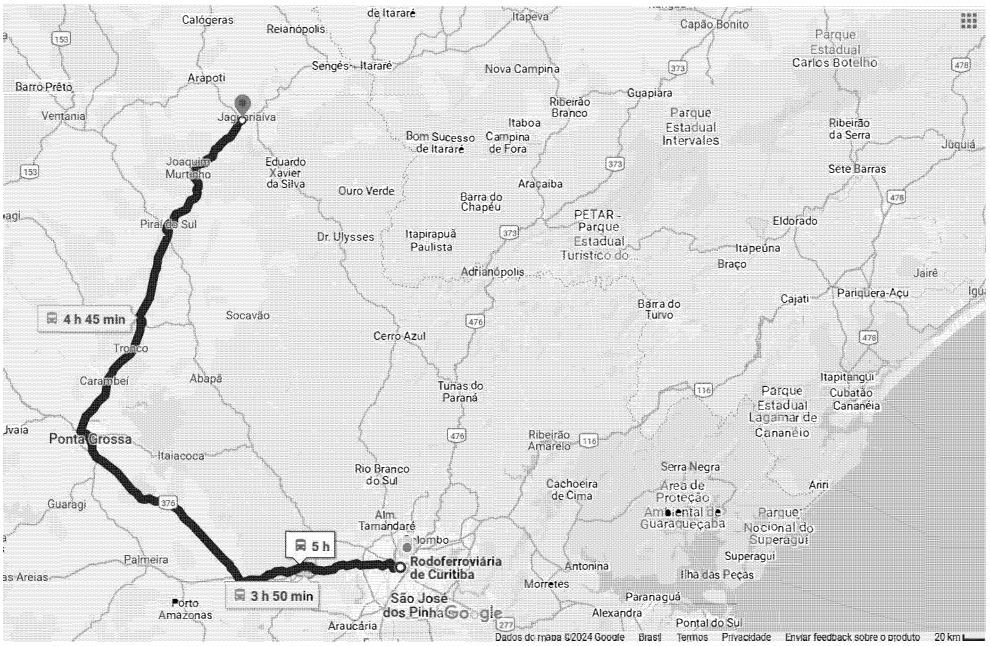
Imagem 9: Nascer do dia no sertão; caminho entre Ribeirão da Folha e Minas Novas.

6.5 ÁRVORE GENEALÓGICA

ÁRVORE GENEALÓGICA — COMADRE SÃO

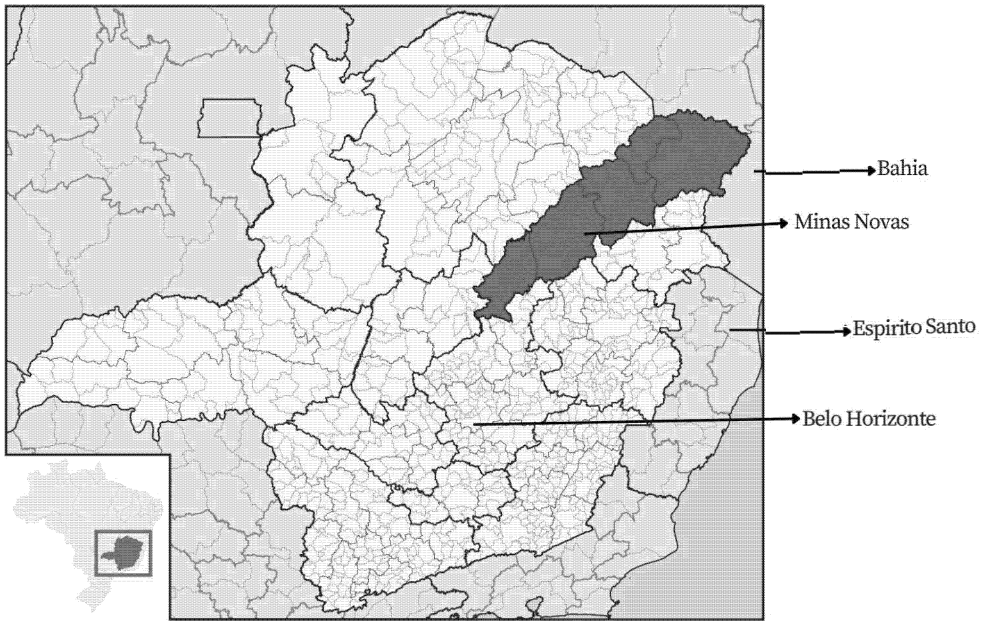


6.6 MAPAS, ROTAS E DESTINOS



Curitiba — Jaguariaíva. Cerca de 470 quilômetros rodados (ida e volta).

Curitiba — Mato Grande. Mais de 3,1 mil quilômetros rodados (ida e volta).



Minas Gerais. Em vermelho, está destacado o Vale do Jequitinhonha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso teve em vista a compreensão do nexo entre memória, subjetividade e cotidiano, revelando a relação entre essas concepções na formação da experiência singular e comunitária. Durante o estudo, foram examinados diversos aspectos que ilustram a conexão entre a memória e a rotina, bem como o papel da subjetividade na interpretação e reconstrução das experiências vividas. Saindo do micro para o macro, houve uma tentativa de analisar outras perspectivas históricas e socioculturais que dizem respeito aos processos migratórios, integração, comportamentos, economia e outros aspectos.

Em suma, este estudo demonstrou a complexidade e a profundidade da ligação entre memória, subjetividade e cotidiano. Essa tríade demonstrou-se crucial para compreender que a memória é uma construção, que o cotidiano é influenciado por essas construções. Dessa forma, foi possível ampliar a percepção da experiência humana, das experiências e das interpretações distintas do mundo.

Nos diálogos registrados, pude elencar marcos históricos que modificaram as vidas de “personagens comuns”, como o surgimento do agronegócio excludente, o fim do milagre econômico na ditadura militar, o confisco das poupanças na era Collor, as recentes mudanças climáticas e outros. Como Coutinho fazia, tentei olhar para esses contextos sob a perspectiva da história vista de baixo.

Os meios são diversos e as histórias de vida variam com o passar dos quilômetros, mas há heranças escondidas nos detalhes que resistem ao espaço/tempo. Apesar da distância, a família mineira, que mantém práticas do estado de origem, foi se tornando uma família paranaense. O sotaque sofreu mutações, os laços foram rompidos, o modo de vida não é o mesmo. Há um limite simbólico que limita a influência, mas ela é frágil com o decorrer do tempo.

As entrevistas de campo revelaram-se bastante desafiadoras devido ao envolvimento com os personagens e suas questões. Em algumas ocasiões, as fontes

não conseguiram recuperar as recordações e, em outras, personagens importantes faleceram dias antes do contato. A falta de fotografias e documentos se soma aos empecilhos. Apesar dos pesares, grandes histórias foram captadas.

As conversas-entrevistas ocorreram em lugares pouco convencionais e de maneira não convencional. Grande parte delas aconteceu nas cozinhas das personagens femininas, enquanto realizavam seus afazeres domésticos. As mulheres foram maiorias nessas interações. Já as conversas com os homens se deram em ambientes cotidianos, como a lida na roça ou enquanto dirigiam.

Provavelmente, essas conversas não teriam a mesma profundidade se eu tivesse utilizado métodos padronizados de entrevista, como bloco de notas, roteiros pré-estabelecidos ou interrupções frequentes. Foi necessário romper essa barreira para o diálogo fluir de maneira natural: eu, deixando de lado meus preconceitos; eles, abandonando seus receios em falar.

De boca em boca, essas histórias se mantêm vivas na comunidade. O ato de recordar o passado em fala é algo comum entre os chegados, compadres, comadres e familiares em geral. De modo que essas lembranças preservam os detalhes das cenas. É evidente que elas são influenciadas pelo presente, mas isso acontece com todos nós. Parte das histórias que ouvi se repete em diferentes personagens, as formas como eles contavam se assemelhavam. Isso coloca um questionamento se é uma memória real, ou se é uma memória condicionada. Aspectos para refletir.

Houve um espaço de tempo entre o meu retorno das viagens e o início da escrita do livro, quase 50 dias. Foi uma pausa involuntária, devido ao estado de saúde da minha mãe, mas ela foi necessária para me afastar um pouco de Mato Grande e refletir sobre como iria construir o livro. As fotografias que fiz contribuíram para a rememoração dos acontecimentos em Mato Grande e na produção em si. Inclusive, acredito que essas imagens auxiliaram na concepção do arco narrativo da obra.

Nós, comunicadores, nos colocamos numa prova de fogo para enquadrar os personagens e as narrativas nas pirâmides invertidas e nos *lides* da “verdade”. É um exercício complexo tratar das complexidades sociais sem perder o fio da não ficção.

Acredito que as experiências deste trabalho me conduziram a uma árdua missão: escrever sobre si, sobre a própria família e ainda assim chamá-lo de “livro-reportagem”. Acredito fortemente que observar, sentir, ouvir e refletir me ajudou a escrever sobre outras vidas... vidas retirantes, vidas das pessoas comuns, dos peões, dos sertanejos e sertanejas. Como aponto no prefácio, são essas as amostras de que a micro-história invade o macro e vice-versa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Fabiana Aline. **Jornalismo humanizado:** o ser humano como ponto de partida e de chegada do fazer jornalístico**.** In: Anais do IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na Região Sul–INTERCOM SUL: Guarapuava. 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2008/resumos/R10-0540-1.pdf> Acesso em: 23 jul. 2024.

ANSARA, Soraia. Políticas de memória X políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 297–311, ago. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X201200020000 8&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 jul. 2024.

BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a invenção da identidade paranaense. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 6, n. 11, 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/1874>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BORTOLI, S. R. Jorge Kanehide Ijuim**":** Sobre o jornalismo humanizado. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 5-13, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/114108>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BORTOLUCI, José Henrique. **O que é meu**. Fosforo, São Paulo: 2023.

BRAGA, Thaís Luciana Corrêa. **A Construção do Livro-reportagem à luz do jornalismo literário.** Trabalho submetido ao XIX Prêmio Expocom 2012, na Categoria Jornalismo, modalidade Livro-reportagem (avulso). Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2012/expocom/EX29-0048-1.pdf>. Acesso em: 21 junho. 2024.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas ; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. **Paranismo**: arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853–1953). Tese (Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2007. Disponível

em: <http://www.poshistoria.ufpr.br/documentos/2007/Geraldoleaoveigadecamargo.pdf> . Acesso em: 10 junho. 2024.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2018.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia**.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHAIB, Mohamed; LOUREIRO, Laura. Representações sociais, subjetividade e aprendizagem. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, n. 156, p. 358–372, abr. 2015. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000200358&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 ago. 2024.

COORDENADORIA DE ESTUDOS DE ECONOMIA CAFEEIRA. **Anuário Estatístico do Café**. Rio de Janeiro, n. 11, dez. 1977/1978. Disponível em: <https://archive.org/details/anuest1977cafe/page/n5/mode/2up>. Acesso em 03. Jun. 2024

COUTINHO, Eduardo. **O fim e o princípio**. (101 min.) Rio de Janeiro: Videofilmes, 2005.

_____. **Edifício Máster**. (110 min.) Rio de Janeiro: Vídeofilmes. 2001.

_____. **Santo Forte**. (80 min.) Rio de Janeiro: CECIP, 1997.

_____. **O fio da memória**. (115 min.) Rio de Janeiro: Funarj, 1991

_____. Programa De Frente Com Gabi. Entrevistadora: Marília Gabriela. **De Frente com Gabi**, São Paulo: SBT, 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VhKPsqQnM2U>. Acesso em: 11 jul. 2024.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Que emoção! Que emoção?** Lisboa: KKYM, 2015.
DROPA, Márcia Maria. Os caminhos históricos dos campos gerais do Paraná. Jornal Oeco, 2020.
Disponível em: <https://oeco.org.br/analises/os-caminhos-historicos-dos-campos-gerais-do-parana> Acesso em 03. mar. 2024

FELIPE, Delton. A presença negra na história do Paraná (Brasil): a memória entre o esquecimento e a lembrança. **Revista de História da UEPG,** v. 7, n. 1, p. 156–171, 4 set. 2018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/7436>. Acesso em 03. mar. 2024

FRY, peter; PIZZINI, Joel. **O Fio da Memória visto por**. ALTMANN, Eliska. BACAL, Tatiana. (orgs.). 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

FURTADO, J. F. A História do Vale do Jequitinhonha. **Cadernos do Leste**, [S. l.], v. 8, n. 8, 2008. DOI: 10.29327/249218.8.8-3. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/caderleste/article/view/13086>. Acesso em: 29 jun. 2024.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 6a. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IJUIM.J. K. Por que humanizar o jornalismo (?). **Verso e Reverso**,31(78): 235–243, setembro–dezembro 2017. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2017.31.78.07> Acesso em: 29 jun. 2024.

JUNIOR, A. E. V. P. Jornalismo e Representações Sociais: algumas considerações. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 13, n. 30, p. 31–38, 2008. DOI: 10.15448/1980-3729.2006.30.3373. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3373>. Acesso em: 27 jul. 2024.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

LOPES, José Sérgio Leite; CIOCCARI, Marta; TAPAJÓS, Renata. **Peões visto por**. ALTMANN, Eliska. BACAL, Tatiana. (orgs.). 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

MARTINS, Alfredo Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. [1º edição de 1899].

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**, narrativa e cotidiano. São Paulo. Summus. Acesso em: 13 dez. 2023.

MESQUITA, C.; LINS, C.. **O fim e o princípio**: Entre o mundo e a cena. Novos estudos CEBRAP, n. 99, p. 49–63, jul. 2014.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 2, p. 204–219, 2019. DOI: 10.11606/extraprensa2019.153247. Disponível em: <https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153247 > Acesso em: 29 jul. 2024.

Neves, V. H. B. Dilemas da objetividade e subjetividade oitocentistas: a escrita da história em Francisco Adolfo de Varnhagen. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 149–164, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/30172>. Acesso em: 25 jul. 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Barra Rosa. **A luta pela posse da terra no Paraná entre 1930 e 1957**: a historiografia tradicional e o revisionismo histórico. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <https://sites.uel.br/ndph/wp-content/uploads/2022/08/A-LUTA-PELA-POSSE-DA-TERRA-NO-PARANA-ENTRE-1930-E-1957-A-HISTORIOGRAFIA-TRADICIONAL-E-O-REVISIONISMO-HISTORICO.pdf> Acesso em: 25 jun. 2024.

OLIVEIRA, Felipe Luchete de. **Livro-reportagem "Guardiões da Memória**: Lembranças de Congados". Universidade Federal de Viçosa, Viçosa–MG, 2009. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/expocom/EX14-0355-1.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

OLIVEIRA, Fernando Roberto de e MENEGASSE, Leila Nunes e DUARTE, Uriel. **Impacto ambiental do eucalipto na recarga de água subterrânea em área de cerrado, no médio vale do Jequitinhonha, Minas Gerais**. Águas subterrâneas : (São Paulo). Florianópolis: ABAS. 2002. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/22677>. Acesso em: 30 nov. 2024.

PAULO NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano**: conhecimento e crítica**.** 10°ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA FERNANDES DA SILVA, E.; GALIZONI, F. M.; MENDES PEREIRA LIMA, V.; MAGALHÃES RIBEIRO, E.; SIMÃO DE PAULA, Érick J.; OLIVEIRA SANTOS, A.; ROCHA SANTOS, A. F. Metamorfose da chapada: monocultura de eucalipto e tomadas de terras e águas no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 17, n. 44 Abr., p. 63–89, 2022. DOI: 10.14393/RCT164404. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/63052>. Acesso em: 29 ago. 2024.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX.** Maringá. Eduem, 2012. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/k4vrh/pdf/priori-9788576285878.pdf> Acesso em: 22 jul. 2024.

ROCHA, Paula Melani. XAVIER, Cintia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. **RuMoRes**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 138–157, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/69434> Acesso em: 10 jul. 2024.

RODRIGUES, Carlos Elias Barros Sobreira. Geada Negra no Paraná em 1975: Uma proposta de investigação a partir da análise de fontes de imagens e do jornal “Folha de Londrina”. **XVII Encontro Regional de História da ANPUH/PR**. 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611620265_ARQUIVO_5c82d780ea8b17ed00599a8ec6fbc8e9.pdf> Acesso em: 7 jul. 2024.

RORIGUES, Eric. **Comadre São**: memória familiar e oralidade. Trabalho de conclusão do curso de Jornalismo na Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2024.

SALES, Alexandre Daher Ferreira. Cadernos de culinária familiar: espaço de recordação individual e coletiva. **Repositório Institucional da UFPB**, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21936> Acesso em: 03 jul. 2024.

SALLES, João Moreira. **Masterclass “Como Fazer Cinema com Quase Nada**: a Gramática Mínima de Eduardo Coutinho”. 47ª edição do programa Ocupação Itaú Cultural. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LCYKFscdLB0&t=1335s> Acesso em: 09 jul. 2024

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva; tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SERTÃ, Ana Luísa; ALMEIDA, Sabrina. "Ensaio sobre a dádiva". In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2016. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/obra/ensaio-sobre-dadiva> Acesso em: 10 nov. 2024

SHARPE, Jim. "A história vista de baixo". In: BURKE, Peter. (Org). **A escrita da história**: novas perspectivas ; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SWAIN, T. N. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. Curitiba: **Ipardes**, 1992, p. 19-37. Disponível em <https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37774.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024

Eric Rodrigues
Comadre São
Memória familiar e oralidade

Eric Rodrigues

Comadre São

Memória familiar e oralidade

A rainha do meu mundo,
que nunca me deixou só.

Eric Rodrigues, 2025.

Capa e fotografia
Eric Rodrigues

Diagramação
Cristhian Felipe Selenko Ramos

Orientação, revisão e edição
José Carlos Fernandes

Apoio na revisão
Júlia Roos Leite
Paulo Roberto Wovst Leite

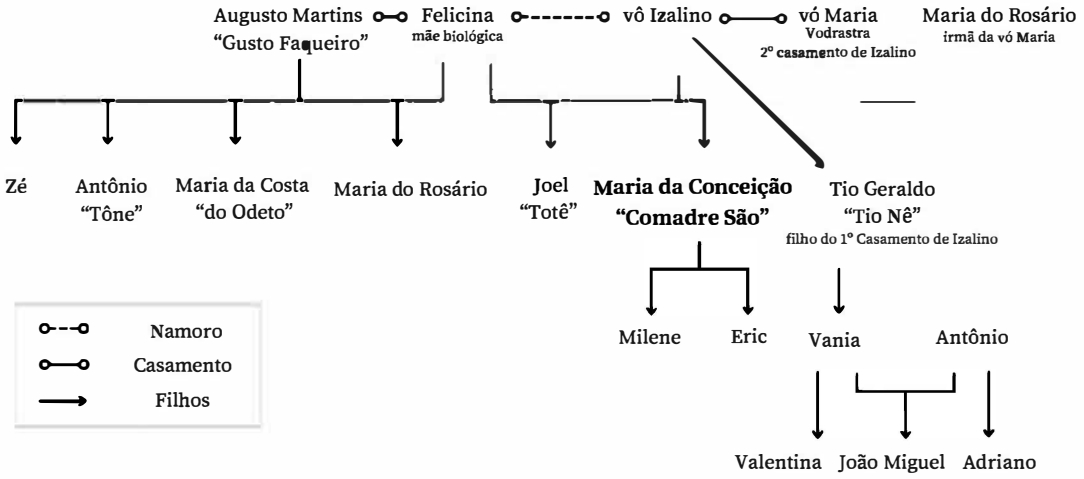
“Eu sou da América do Sul.
Eu sei, vocês não vão saber.
Mas agora sou cowboy, sou do
ouro, eu sou vocês. Sou o mundo,
sou Minas Gerais.”

— Fernando Brant, Lô Borges e
Márcio Borges.

Sumário

Prefácio . 11
Perguntas sem respostas . 13
Pedaços de histórias nos Campos Gerais . 17
Vultos da memória . 27
Na estrada do presente-passado . 35
Pedaços de histórias no Grande Sertão . 45
A mulher por trás da fotopintura . 69
Sua história está contada . 75
Posfácio . 83

ÁRVORE GENEALÓGICA — COMADRE SÃO



Prefácio | Memória familiar e oralidade

As próximas palavras deste livro registram pedaços de histórias de uma família sem memória. Uma família que, nos anos 1970, deixou para trás a seca e a fome do nordeste de Minas Gerais em busca de uma vida tranquila no Paraná. A tranquilidade, em parte, foi encontrada; já as lembranças do sertão se perderam pelo caminho.

Perto de mim, as lacunas nas histórias familiares ligadas à minha mãe instigaram a necessidade de revirar o passado em busca de imagens, nomes e significados. O documento atesta que ela nasceu em Minas Novas, município de Minas Gerais; um lugar que ela não conhece. No mesmo registro, diz que a genitora se chama Felicia; uma mulher que ela não conhece.

A curva da história é que, na época, meu avô tirou a filha caçula — de 3 anos — dos braços da ex-namorada e a colocou num ônibus com os outros filhos. Vieram todos para o Sul do Brasil.

Diante desses enormes vácuos na memória, coloquei na cabeça que precisava ir até lá, ver como as coisas são e tentar compreender como eram. Por isso, em julho de 2024, peguei a estrada, encontrei mais do que imaginava e organizei as próximas páginas desta obra.

Este livro-reportagem é o registro de uma viagem até Mato Grande, uma área rural de Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha. Um lugar que não aparece nos mapas, mas que, como a localização sugere, está no coração de Minas Gerais. Além do relato da estrada, este livro transita pelas relações entre mães e filhos, vida e morte, pertencimento

e não-lugar, desigualdade e trabalho. *Comadre São* é, sobretudo, uma amostra de que a micro-história invade o macro e vice-versa.

Algumas passagens deste livro apresentam o fio da memória oral de personagens nascidos e vividos no Mato Grande. Parte das descrições carrega o jeito da fala local, utilizada aqui como um gesto de apreço à representatividade. Uma fala que é uma complexa construção narrativa, feita com vocabulários e sons próprios que retratam o sentimento, o passado e a memória como se fosse uma cena filmada. São histórias dos sertões narradas pelas vozes dos sertões, onde não se lê, mas se conta e reconta o passado entre gerações.

Perguntas sem respostas

É na cozinha que as coisas acontecem. Nas visitas de fim de semana, entre cafés matinais, almoços e lanches da tarde, as prosas vão longe e atravessam o cotidiano, a intimidade e as menções aos conhecidos. Foi perto do Natal de 2022 e em um cenário assim que minha mãe gastou os neurônios para buscar respostas sobre o seu passado, sua terra e sua verdadeira mãe. Após 30 anos de convivência, eu e ela percebemos, naquele instante, que a nossa memória familiar era, até então, sensível e limitada.

Essas conversas são frequentes nos grandes encontros familiares e sempre acontecem em torno de mesas cheias de comidas típicas de Minas Gerais. As bocas comem e bebem enquanto falam de tal comadre que mandou um abraço, do compadre que viajou, dos filhos e enteados que cresceram, das mudas de chá para curar as dores e de outras coisas mais sobre a vida. Esses rituais ficam guardados na memória. Porém, tendem a mudar suas essências. O sotaque mineiro, por exemplo, é uma dessas marcas que se diluíram ao longo do tempo e espaço. O que antes soava "baianizado" da terra natal, hoje se mescla com a atmosfera do interior do Paraná.

Minha mãe é assim: mineira de certidão e paranaense de criação. Seu nome é Maria da Conceição, mas os membros da família a chamam de Comadre São. Nasceu no nordeste de Minas Gerais, em Mato Grande, área rural de Minas Novas, em 20 de agosto de 1969. Foi registrada dois anos depois; porém, meu avô, o "falecido" Izalino Rodrigues Barreiro, sempre garantiu que o mês e o dia estavam corretos no documento. Quando perguntam a idade, mi-

nha mãe responde com a qual lhe deixa mais jovem — parece ser uma forma de enganar o tempo.

O caminho do sertão mineiro até os Campos Gerais do Paraná passa de 1,5 mil quilômetros. Nas malhas rodoferroviárias inauguradas pelo presidente Juscelino Kubitschek e consolidadas pelos militares que tomaram o poder em 1964, minha mãe tomou rumo para o Sul em 1973. Ela e outros 31 mineiros embarcaram num ônibus em busca do Brasil do futuro. A pequena retirante nunca mais voltou ao sertão. Das memórias dessa diáspora, lembra-se de pouco, mas jamais esqueceu das farinhas de milho enfiadas goela abaixo para enganar a fome. Sua mãe biológica ficou em Minas com os filhos que conseguiu segurar nos braços. Nunca mais a viu. Essas cenas eram, até aqui, os limites divisórios da sua lembrança; até onde dava pé. Daí em diante, a vida existe; para trás, é um breu. Memórias fotográficas, documentos... tudo isso é quase nulo na história da sua vida. Resta a oralidade.

Em um certo momento, nas nossas conversas iniciais da pesquisa, minha mãe compartilhava que o ato de recordar se ofuscava aos poucos. A busca pelas memórias cansava e, muitas vezes, escapava do consciente. É incomum esquecer das coisas aos 50 anos, mas a cabeça estava abarrotada de preocupações do presente-futuro, sobretudo quando um câncer eclodiu no mesmo órgão que me trouxe à vida. Foi um baque. A má notícia chegou em janeiro de 2024, alguns dias após o meu aniversário.

Apesar dos pesares, combinamos trabalhar juntos nesta empreitada. O tema da pesquisa seria o meu trabalho de conclusão de curso de Jornalismo na Universidade Federal do Paraná e já estava definido desde o primeiro semestre de 2023. A ideia de mergulhar nas recordações familiares ganhou força a partir das nossas conversas e, devido à doença inesperada, desvendar esses mistérios tornou-se

uma sina entre nós dois.

À medida que as pesquisas do livro avançavam, minha mãe resistia às sessões de radioterapia, quimioterapia e braquiterapia. O tratamento era intensivo e estava programado para durar cerca de 45 dias. De segunda a sexta, recebia uma rádio; a quimio e a bráqui eram aplicadas uma vez por semana. Os efeitos colaterais — enjoo, fraqueza, diarreia — apareceram nos primeiros dias. No meio disso tudo, encontrou motivos para celebrar a resistência dos cabelos castanhos — a parte de si mesma de que mais gostava.

Mergulhados num mundo novo da doença, nossa família se viu perdida com tantas perguntas sem respostas na seara da saúde. E assim, alguns remédios desconhecidos passaram a integrar nossas rotinas: um cortava o vômito, outro controlava a dor no corpo, aquele dava um jeito na pressão arterial, e mais esse que estimulava a alimentação. No fim das contas, nenhum deles conseguiu evitar a perda de oito quilos em 30 dias, nem a falta de disposição para ficar em pé.

No meio desse processo, houve vezes em que comentei sobre a dúvida da continuidade do projeto. Ela não me deixou desistir e sempre respondia de pronto que era uma questão de honra prosseguir. Mesmo não sendo uma leitora de livros, imaginava que este material seria uma forma de se conectar ao seu passado. Além disso, como mãe, poderia mostrar aos chegados que o seu filho se tornou um jornalista escritor — o primeiro graduado da família.

Era ela uma mulher movida pelo trabalho. Foi empregada doméstica por mais de 35 anos e fincava raízes nas casas das famílias. Fazia de tudo: cozinhava, lavava, passava, dava banho nos cães, levava as crianças à escola. Muitas vezes recebeu o carinho dos filhos das patroas, que lhe chamavam de mãe. Todas as empregadoras a viam

como uma mulher caprichosa e de mãos cheias — a avaliação positiva do seu pudim é quase unânime entre os abençoados que já o experimentaram.

Na primeira semana de tratamento, recebeu ordens médicas para se afastar da empresa e dos cuidados do lar. As burocracias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram mais ágeis do que o esperado, programando cinco meses de pagamento. Foi aí que a vida virou do avesso. Não estava pronta para "dar trabalho". Antes de tudo mudar, não suportava ver uma poeira no chão; dali em diante, teve que se acostumar com os outros fazendo tudo — desde o prato de comida, o voo do talher à boca e o pegar nas mãos para levar ao banheiro. Foi árduo, porém foi indo.

Entre semanas ruins e outras mais ou menos, aprendeu a beber dois litros d'água ao dia, aumentou o consumo de proteínas e ganhou forças na reta final. Aí chegou o grande dia. Foi em abril, ao som de *Perfect Day*, do Lou Reed, na minha cabeça, que vi seus dedos tocarem o sino da liberdade ao receber a alta médica. Estava curada.

Sadios e distantes dos ambientes hospitalares, encontramos brechas para retomar os afazeres. Minha mãe seguia impossibilitada de trabalhar, mas já conseguia se distrair com o cuidado da casa. Eu reassumi o planejamento de pesquisa e organizei as viagens essenciais para a produção do TCC. Entre nós, algumas questões seguiram abertas: a verdadeira história da genitora da minha mãe e das outras irmãs; e como era — e é — a vida no grande sertão.

Pedaços de histórias nos Campos Gerais

Terça-feira, 2 de julho de 2024, 7h20. Embarco num ônibus em Curitiba com destino a Jaguariaíva, a quase 230 quilômetros da capital, no sentido norte do estado. A viagem, programada para durar quase quatro horas, encontra o fim da rota na casa da dona Maria Alves Pereira, 78 anos, minha "vodrasta". Diferente das outras visitas que sempre fiz, essa ida tem um propósito diferente: passar três dias na casa da dona Maria para conduzir uma série de conversas-entrevistas sobre o passado. Além de ser uma memória retirante, ela é uma testemunha ocular de um Brasil que existiu e segue existindo.

A finalidade dessa nossa conversa mirava vários alvos: como é o grande sertão de Minas, a vida migrante, quem era a verdadeira mãe da minha mãe e as lembranças do avô Izalino. Essas prosas serviriam também como uma bússola para guiar o longo caminho até os lugares e personagens importantes. Deixamos tudo acertado por telefone meses atrás. Para minha surpresa, estava ela toda empolgada com a revisita ao passado. Seria essa uma conversa inédita entre nós.

O caminho entre a capital paranaense e Jaguariaíva é uma eterna paisagem do agronegócio respeitado no país. Onde antes era uma imensidão de Mata Atlântica, hoje as vastas plantações de grãos, os rebanhos de vacas-leiteiras e os conglomerados de aviários dividem as fronteiras de Ponta Grossa, Castro e Piraí do Sul — todas elas administradas por marcas e sobrenomes de origens holandesas, alemãs, italianas, ucranianas e russas.

A geografia indica que Jaguariaíva está situada nos Campos Gerais, macrorregião que se destaca pela produção de leite, carne, soja e outras culturas. É uma das regiões mais ricas do estado. A História — com H maiúsculo — preserva a lembrança do protagonismo europeu como um fator determinante na construção da "identidade paranista".

Os processos de ocupação desses territórios vêm dos tempos dos tropeiros — mais de 200 anos atrás —, mas as movimentações intensas aconteceram com a chegada da linha férrea e da nova era no Brasil República. A partir disso, diversas políticas públicas de povoamento dos "espaços vazios" estimularam o progresso habitacional e as industrializações por anos a fio. Jaguariaíva e os Campos Gerais entraram nesses radares. Conforme a produção agrícola e o consumo cresciam, aumentavam-se também as demandas por forças de trabalho nas áreas rurais.

As propagandas de melhores condições de vida e as oportunidades de trabalho chegaram de boca em boca ao sertão mineiro. Entre os peões, falava-se em "Terra Prometida", boa para plantar, tirar o sustento e crescer na vida. O pessoal se convenceu. A mudança começou com os homens da família, que vinham conferir as condições e ajeitar as coisas. Logo em seguida, voltavam para buscar o restante dos familiares, compadres, comadres e quem mais topasse a chance. Minha mãe recorda essas falas do pai.

A viagem vai terminando; conforme o tempo e a estrada passam, percebe-se que se está em Jaguariaíva ao ver as imensas plantações de eucaliptos. Essas árvores altas se espalham numa proporção maior que a própria cidade, formada por pouco mais de 35 mil habitantes. Na virada do século, em 2000, cerca de 30 mil pessoas moravam neste lugar. Apesar do tamanho pequeno, é um município que passou dos 200 anos.

Seu horizonte é cercado por morros verdes e residências. Olhando de longe, parece um grande lago que secou. Por causa dessas variações, os moradores dividem Jaguariaíva em duas partes: cidade baixa e cidade alta. A cidade alta é mais antiga, onde há alguns imóveis do século passado; a baixada concentra os centros comerciais e alguns pontos históricos.

A economia atual é formada pela indústria da madeira, único ramo rentável e estável no mercado de trabalho na região. Algumas famílias não se adaptam a essa falta de variedade e se mudam para cidades maiores. Meus pais fizeram o mesmo em 2013, e foram para Curitiba. Para eles, essa região nunca teve um significado forte, a não ser o lugar onde se trabalha muito para viver estagnado. Os dois passaram mais de 20 anos sendo peões, auxiliares e serventes de colonos. Deixaram essa vida porque nada mudava.

Para mim, que nasci e cresci nas terras jaguariaivenses, a sensação de repetição do passado se reflete em cada canto, seja nas fachadas dos imóveis, nas praças, nas ruas de pedras, nos uniformes escolares ou nos veículos da única linha de transporte coletivo. Imagens que permanecem intactas na minha memória.

Essa ilustração vetusta e atual mora na casa da dona Maria. Comprada nos anos 1980, ela é toda trabalhada em alvenaria, com piso de azulejo vermelho, paredes brancas, três quartos e uma sala ampla com três sofás de três lugares. A cozinha é o menor espaço, mas é o cômodo mais ocupado pelas visitas. Os utensílios culinários têm a minha idade e me alimentaram desde criança. Na panela pequena, é feito o feijão carioca misturado com o feijão preto. Na chaleira de aço, é servido o café já adoçado, e na porcelana verde fica a farinha de milho moída na hora com o pilão. Ao lado, há uma horta com verduras firmes e

esbeltas; couves dividem espaço com alfaces, cebolinhas, cenouras e tomates. É uma cozinha mineira.

Até então, o imaginário que tinha dos personagens diretos se limitava aos papéis sociais designados: Izalino, o avô, um funcionário da prefeitura aposentado por invalidez, fonte das moedas dos meus doces no bar, um senhor que morreu quando completei 5 anos; Maria, a "vodrasta", uma mulher que vivia na cozinha, que muitas vezes foi uma segunda mãe e que sempre chamei de *Vó Maria*; e a minha avó biológica, uma mulher sem imagem e um nome diferente nos documentos. A partir daqui, acessar as intimidades dessas entidades é como nadar em águas desconhecidas, onde flutuam indivíduos soltos no mundo.

Enquanto lidava nos preparos culinários, dona Maria respondia às perguntas que eu fazia sobre a vida itinerante, Minas Gerais, sua família e o Izalino. Na nossa dinâmica de entrevista-conversa, permanecemos na cozinha: ela, em pé no meio do cômodo; eu, encostado no sofá de recepção, com a xícara de café nas mãos. Os seus braços eram usados para mexer as panelas no fogo, sinalizar caminhos e sentidos no ar, coçar a cabeça para evocar a memória e narrar.

Aos 30 anos e recém-casada, foi trazida pelo companheiro para construir uma vida no Paraná, em 1976. O ponto final da viagem de três dias estacionou na Fazenda Diamantina, a sua primeira morada longe dos pais. Esse novo papel como esposa passou a incluir o de mãe de 13 filhos gerados pelo marido em outros casos no passado — todos eles migraram anos antes, nas primeiras vindas do pai ao Sul. Além dessas responsabilidades, foi conduzida aos cuidados do lar e ao cargo de "pilota de fogão" para alimentar os peões da roça. Preparava cafés, almoços e jantares todos os sete dias da semana. Nenhuma dessas atividades está registrada na sua carteira de trabalho, o documento

da época segue conservado em páginas brancas.

Lá, na Fazenda Diamantina, o serviço era o tempo inteiro. Os peões trabalhavam numa terra roxa e fértil, daquelas em que tudo brota grande, forte e bonito. Nas lidas diárias, eles cuidavam dos animais, faziam as roçadas, os arados e os plantios de algumas culturas para consumo e venda na cidade.

Parte desses mineiros só estava ali porque o cenário da época oferecia trabalhos autônomos no campo, através dos arrendamentos — um tipo de locação da propriedade rural. Combinados os acordos verbais, era possível morar, trabalhar e comercializar os produtos cultivados, bastando repassar o pagamento acertado pelo uso da terra. Essa prática ainda é comum, mas se firmou como um negócio rentável nas décadas de 1960 e 1970, antes de o agronegócio ser o que é hoje.

Nesse contexto, Izalino e outros retirantes se estabeleceram nas áreas rurais da região, onde cultivavam grãos de verão como feijão, soja e milho, além de tabaco, trigo e cana, e criavam animais para consumo, como porcos, vacas-leiteiras e frangos.

A união de forças de trabalho facilitou a organização involuntária de uma pequena cooperativa. Todos se ajudavam com braços, ferramentas, alimentos, logística e divisão dos lucros. Essa boa fase exigiu o empenho coletivo na fazenda; até as crianças eram colocadas para capinar o matagal, arar o solo, semear o sulco e colher. Comadre São era uma dessas forças de trabalho e, como outros jovens na mesma situação, não teve tempo nem ânimo para concluir o ensino fundamental.

As safras sustentavam o necessário, mas não traziam melhorias na qualidade de vida da família. A casa era uma tapera pequena de madeira, compartilhada entre 15 pesso-

as: Izalino, dona Maria e os filhos. Sem saneamento básico, a água usada na rotina vinha de um poço frequentado pelos animais da roça. Nos dias e noites de trovoadas, o medo tomava conta quando a enxurrada entrava sem bater na porta e levava tudo sem pedir licença.

Quando tudo parecia caminhar bem, os tempos de milagres econômicos se soltaram das mãos de Delfim Netto e dos militares que tudo mandavam em Brasília. A crise tardou a chegar nas terras arrendadas da Fazenda Diamantina, porém, quando finalmente veio, mudou o destino dos retirantes.

"Tinha muito arrendero que pagava o arrendo bem certinho, mas, na época, os dono da terra paravam a lida dos peão e falavam: 'Cês não vão trabalhar mais... aqui eu quero tudo desocupado... Vou começar a engordar boi e novía'", disse Maria. As investidas dos fazendeiros foram instigadas pela nova fase da mecanização rural, quando ampliaram-se as possibilidades do uso da terra com mais recursos e menos mão de obra.

As novidades foram recebidas com desconfiança pelos peões. Alguns desconsideravam as ameaças; outros obedeciam aos comandos dos fazendeiros. Os proprietários eram mais incisivos na ausência do Izalino, considerado um guia pelos retirantes. "Ele ia na cidade resolver as coisa e, quando voltava, encontrava os peão tudo encostado. Eles passavam recado, e o Izalino falava pra eles voltarem pra roça... dizia que os fazendeiro não iam poder fazer nada se todo mundo ficasse ali. Aí os peão voltava."

Este trecho da nossa conversa revelou um traço desconhecido por mim sobre o meu avô: um homem politizado e articulado nas movimentações agrárias. Assim que chegou à Fazenda Diamantina, ele mobilizou os peões, tomou frente nas burocracias da cidade e dialogou com outras

comunidades. Nas papeladas guardadas no quarto, encontrei documentos que certificam os seus envolvimentos nos meios sindicais.

Longe das rédeas de Izalino, algumas situações tumultuaram os limites de convivência nas terras. Numa dessas ocasiões, houve uma emboscada. Pedro Geno, um dos donos das fazendas, entrou numa negociação de animais com os arrendatários, assinou as notas promissórias e, em seguida, recebeu as balas de tiro no peito. Morreu ali mesmo. Dizem que o seu corpo foi enterrado nos fundos do canavial. Foi depressa e de qualquer jeito, com as botas nos pés e o relógio no braço. O conto que circula é de que tiveram trabalho para achar o defunto, levaram uns 15 dias para retirar os ossos e transferi-los até Curitiba. O causo acabou com o atirador e o sepultador atrás das grades até o fim da vida.

A partir daí, o rumo já estava traçado. A resistência de Izalino em permanecer na Fazenda Diamantina só postergou o destino. Aos poucos, famílias deixavam a roça para tentar a sorte na cidade ou para retornar ao grande sertão mineiro. Sem perspectivas, o último camponês vendeu as safras, os cavalos, as vacas e as ferramentas, largou a vida de peão na virada dos anos 1980 e foi morar na cidade, em Jaguariaíva.

Paralelamente, indústrias de papel e celulose começaram a se instalar na região. Graças à lei[1] sancionada em 1966 pelo presidente Humberto Castelo Branco, primeiro do regime militar, os negócios de reflorestamento receberam benefícios fiscais de até 50%. O setor produtivo, que se estabeleceu no município 18 anos depois, é hoje o prin-

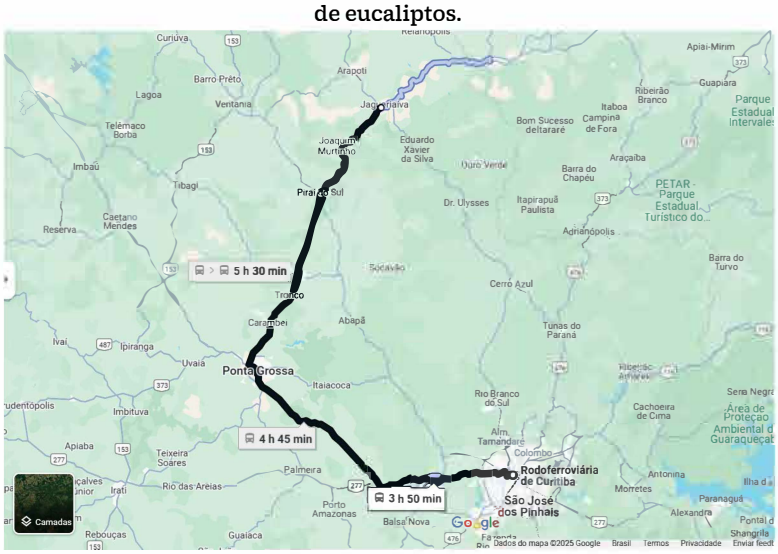
1 Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966 — Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

cipal meio de produção de Jaguariaíva. O mar de eucaliptos que moldam a franja da cidade pertence hoje às grandes empresas do ramo.

Com a chegada dessas árvores, os planos de retornar à lida na terra minguaram. Não havia espaço para pequenos agricultores retirantes. Assim, a vida urbana foi o que acabou sobrando. Essas novas fases reformularam a dinâmica da família para o resto dos tempos: parte dos filhos aprendeu a trabalhar nas fábricas madeireiras, e outros se mudaram para cidades maiores; Izalino se tornou um servente de obras da prefeitura. Dona Maria não se afastou da cozinha e dos cuidados do lar. É viúva desde 1998. Conseguiu a aposentadoria tempos depois e, hoje, vive no mesmo terreno comprado pela família após deixar a Fazenda Diamantina.

Cópia da carteira de trabalho do avô Izalino, emitida com o selo oficial do Sindicato Rural de Jaguariaíva.

Vista do terreno da dona Maria mostra a indústria da madeira e a massa de eucaliptos.



Rota entre Curitiba e Jaguariaíva, cerca de 470 quilômetros (ida e volta).

Vultos da memória

Uma conversa na cozinha da dona Maria

Ela disse...

Vim do Mato Grande. Fui nascida e criada naquele lugar, numa grota, tudo cheio de serra arredó, assim, sabe? E daí, por riba, lá em riba, que tem as estrada que iam pros lugar onde morava um dos meus irmão. A saída era só pra baixo, num carreiro no meio do mato, cheio de pedra. A gente ia pro lado da casa do meu irmão, lá no Emparedado, e tinha que subir pisando nas pedra do carreiro. Não era estrada larga, não. Ia inté lá no assento, e acabava aquela estrada de pedra com terra, tudo de um lado e outro cheio de mato. Daí virava na casa do Izalino e na irmã do meu pai.

Tudo cercado de pedra que iam lá em riba... de baixo, saía a água, mas aquela água, ocê oiava assim, era a mesma coisa de um cristal. Água era fria direta, não acabava. Inté hoje, ela vai lá pro Mato Grande. A Vania gasta essa água de lá do Capão. Não sei se ainda vai no Rio Setúbal ou se já secou tudo. Eles tiram a água nos cano pro Mato Grande, lá pro Mangabeira também vai dessa água de lá da serra, onde nóis morava.

Tinha aquelas terra baixadinha que davam batatal, mandiocal. A gente ia lidando na cova e plantava as rama de mandioca, carpia com a esquina da enxada pra morder as pedra no caminho. Dava pra plantar um capãozinho de feijão catadô. Mas era uma caminhada larga pra chegar.

Onde nóis morava era muito ruim, tudo barreado. A gente fazia o barro e jogava na parede pra barrear. Lá não usava tijolo, era só adobo. No terreiro onde era a casa véia que a mãe do meu

pai morava, tinha um lugar aplainado com um pezão de jatobá que fazia sombra pra nóis.

Daí veio um homem... baixinho e moreninho, não sei de onde... falou que sabia fazer essas casa de tijolo. Ocê oiava assim, era a mesma coisa que uma casa de material comprada na loja. Mas não era. Era de adobo feito no chão, secado e com alicerce de pedra. Disse que sabia fazer tudo aquilo. Meu pai, "falecido" Alípio, duvidou. "Ajeita as coisa aí, manda fazer os adobo, que eu faço a casa procê beeeeem baratinho, beeeem baratinho mesmo", o homem falou. Meu pai aceitou e foi atrás do Adão pra fazer os adobo. O Adão, ele morava no outro lado do rio, era um homem bem sadio e forte pra mexer com essas coisa. Ele lidou nos adobo lá com meu pai e o homenzinho voltou pra fazer a casa.

Meu pai catava os punhado de pedra pra cangar num balaio no burro que puxava pro pedreiro. A casa de oito peça com o alicerce grandão, mas o piso era de chão. As parede com massa de areia, que nem as parede de hoje em dia. Os menino da casa foram pegar umas madeira no Capão. O pai emprestou um serrote desses que fica um em riba e outro embaixo; um empurra, outro puxa. Das madeira fez os batente das porta, os batente de janela.

A casa tinha a cozinha, uma varanda, um corredor... dos dois lado do corredor tinha dois quarto... sala... outro quarto na sala. Só não tinha banheiro porque lá ninguém usava, a gente não sabia o que era banheiro. Lá não tinha essa luz de hoje em dia também, era só luz de lampião. Pra tomar banho, ou era lá no rio, ou era esquentar água na panela comprida... a gente punhava a água numa gamela e jogava no corpo. Depois de um tempo, pedi comprar uma bacia de alumínio em Queixada pra mim, os menino compraram.

Aí a casa ficou pronta, né? Quase todo final de semana eu tava passando barro branco na parede pra rebocar. Buscava lá no Cordanta, depois da Chapada. Levava um burro com balaio e voltava com aquele barro parecido com cal pra passar na parede. Ficava beeeem branquinha. No chão, passava a bosta de boi, ficava bee-

em bonito também. Só que no chão de terra assim não parava muito, porque a turma inventava de dançar lá em casa... Quando era o outro dia, amanhecia aquele poeirão (o sorriso pausa a fala)... E quando reunia, os parente nosso que sempre iam: Zé de Chipi, vinha com a minha irmã lá, a Laurita. Eles gostavam muito de dançar. **Dançar o quê?** Dançar baile. **Baile?** É! Quando era um final de semana, às vezes vinha a turma do campo, a turma irmã da mãe. Nossa! A turma gostava de dançar... Reunia o padrinho e a madrinha — que era o irmão do meu pai —, mais o irmão e a irmã da mãe; vinha Zé Mineiro — pai de Tereza —, mais a muié dele e reunia a turma do arredó. A gente dançava até umas 11h da noite. Tinha viola lá em casa do meu pai, e o Zé Eliseu ia com uma gaita 'pé de bode'. Nóis, as menina, a gente fazia bastante biscoito, bolo. Era gostoso, nossa!

Lá em casa tinha um quintalão de bananeira de toda qualidade. Banana madura quase direto. **Mas vocês colhiam pra revender?** Não, pra consumir mesmo. A gente fritava de manhã cedo antes de trabaiá. Quando meu pai já trabaiava no terreno do lado do rio, nóis ía de manhã cedinho pra lá. A mãe cozinhava numa casa que tinha do lado de cá da ponte, daí atravessava do outro lado e já era a roça, onde a gente plantava feijão, milho, um pedaço de arrozal. Ia cedo e voltava de tarde. Tinha vezes que eu ficava e a mãe ia pra fazer comida, outra hora eu ia também pra ajudar eles na roça. Quando a mãe ganhou o Du, a gente tava plantando feijão. Trabaiava nas peroba, nos terreno do Antônio Ernesto.

Eu levantava de madrugada — quando não era eu, era a mãe — e punhava feijão no fogo pra, quando fosse de manhã cedo, temperava com feijão, fritava bastante torresmo pra modo da turma comer. Punhava a panela num balaio e subia na cabeça, ia levar no rancho pra eles tirarem jejum, pra poderem trabaiar. Mas, Deusulive! Lá no Rio Setúbal eu passava e molhava toda a roupa. Era meio-dia, ia eu com a mãe levar comida de novo. Às vezes, quando era de tarde, nóis cozinhava canjica e temperava

outro rango pra eles comerem de tarde e poder ir embora. A merenda da tarde, sabe? **Sim**. Era essa a lida nossa.

O pessoal que morava lá, a maioria vivia assim? Ou plantava pra vender algumas coisas? Não, lá era só pro gasto. **Pro gasto mesmo?** É. Em Minas, era por gasto porque a gente não saía fazer compra no mercado que nem é aqui; lá só comprava café, rapadura — a gente não usava açúcar pra adoçar café, era rapadura ou cana... de vez em quando, o falecido Manuel buscava feixe de cana numa distância longe, lá do outro lado do rio, pra moer nos moedor de casa. Nóis cortava as cana cumprida, amarrava de um lado e de outro no cipó, juntava elas, punhava na cabeça e levava para moer no escorsador. Daí, batia nelas com um amassador pra moer e sair a garapa. Era a mesma coisa de engenho: apertava aquela cana batida pra modo de fazer o nosso café.

No quintal de casa, a gente plantava umas cova de cana, batateira, uns pé de mandioca, feijão catadô. Num lugar onde tinha um terreninho parecendo um coração, tudo de terra de areia própria pra batata: batata da rama curta, batata branca... tinha um burro em casa que ele sabia que era batata branca, quando ele escapava, ia lá arrancar pra comer.

Na época de São João e Santo Antônio, fazia aquela fogueirona, a gente arrancava batata pra assar na fogueira e no outro dia pra comer. Era tão gostoso. Quando tinha bastante mandioca e a farinha tava num preço bom, a gente fazia farinha de mandioca pra vender lá na Queixada; daquele dinheiro da farinha, os menino compravam os pacote de café meio torrado. Aí já aproveitava e comprava sal, querosene pra luz. As outras coisa a gente tinha: arroz, do milho tirava quirera, fazia quibe da abóbora... tudo pra nóis era comida.

Às vezes não tinha gordura — a gente não conhecia o óleo —, quando não tinha gordura de porco e era tempo de pequi, colocava pequi na comida. O pequi tem um miolo amarelinho, aí punha o caroço pra cozinhar junto pra, modo de servir no lugar de

gordura. O feijão de arranca também não era muito o que a gente usava, era mais o andu, feijão de corda, fava.

O primeiro óleo que conhecemos sabe qual era? **Não, qual?** Óleo de algodão. Meu Deus, que coisa ruim, meu Deus do céu, que coisa horrível (falou sorrindo). **Nunca experimentei... haha!** Uma vez, meu pai me inventou de comprar uma latinha desse óleo. Quando a gente fez comida com aquele óleo, quase ninguém comeu. **É?** É!. **Mas o que ele tinha de ruim? Era o sabor, o gosto era ruim?** Era um gosto ruim, um gosto de apertando a garganta, era a mesma coisa da nódoa de bananeira... Na verdade, nem lá no mato usava óleo, a gente usava banha de porco mesmo.

Tinha que ter carne sempre pra fazer pros peão comer. Quando não era carne de porco, tinha que ter uma carne de frango caipira. Quando um porco tava encarnado, tinha que matar e tirar a carne. Quando foi pra nóis vir pra cidade, os porco que estavam encarnado, que o Izalino não quis vender, ele deixou pra matar pra gente pôr nas lata e trazer pra cidade. A gente trouxe umas duas lata de banha misturada com torresmo, fritado tudo junto assim. Foi gastando aquilo com o tempo. Aí acabou e nóis fomos mexer com esse óleo de soja. Mas custou pra acostumar.

A mãe da mãe, a senhora conheceu? Conheci demais. Nossa! Era bonita. A São é a cara da mãe dela e, quando era moça nova, tinha um cabelão grandão que ia até a bunda assim, igualzinho. Ela só era brava. **Sério?** Nossa senhora! Brava, brava, brava. Deusulive! Vivia com a cara fechadona. Não era alegre. Qualquer coisa, ela já estava xingando. Ela e mais meu pai eram primo, mas eles não combinavam direito não.

Ela era da mesma região que a senhora? Era lá do lugar nosso mesmo, morava do outro lado do Rio Setúbal, no Mato Grande, bem perto de onde a Vania mora. Tinha a casa dela e morava com o marido, o Gusto Faqueiro. Conhecido meu. O Izalino ficou de levar a Comadre São pra conhecer a mãe... ela saiu de lá pequena... com três anos veio pro Paraná. Mas não deu certo. O

Zé, irmão da São, não sei se tava aqui no Paraná, mas quando foi visitar ela, no que chegou, deu um abraço na mãe e ela caiu dura, morreu de repente. Quando chegou a notícia do falecimento, o Izalino achou melhor não levar ela pra Minas.

A senhora conheceu o Izalino lá em Minas, né? Como foi? Eu era moça solteira naquele tempo, tinha uns 30 ano (Izalino nasceu em 1930, tinha 46 anos na época). Conhecia ele de vista, quando gritava leilão nas domingada, na comadre Tucha, no Emparedado. Izalino era compadre dela também. Nesse tempo, a primeira mulher dele, a mãe dos menino, era viva ainda... depois fizeram umas porqueira no rastro dela e ela ficou na cama por muito tempo. Doente, ganhou duas criança gêmea, mas elas morreram no parto.

O Izalino já morava no Paraná, na Fazenda Diamantina. E quase todo mês, ele ia e vinha pra Minas porque ele namorava uma moça lá. Ele era viúvo fazia tempo, mais de 9 anos. As criança vieram com ele pro Paraná, daí deu certo do João, meu irmão, se achar com eles aqui na fazenda. (O irmão) ficou um tempo, e logo voltou pro Mato Grande; Izalino veio junto na viagem. O João fez amizade com ele, e o Izalino começou a ir lá em casa mais vezes.

Eu só via ele de canto. Não imaginava que ia acontecer de eu namorar e casar com ele. Sabia que eu tinha de casar com homem viúvo, porque uma mulher oiou minha sorte lá no Novo Cruzeiro. Comadre Tucha foi comigo. Ela disse que fui preparada pra não casar, mas que eu teria sorte com o viúvo e me perguntou se eu queria. Eu falei, "ah, não sei". **Como que ela fazia? Ela olhava a sua mão, assim?** É, ela... **olhava as cartas?** Ela mexia com as cartas lá, não oiou minha mão. Quem oiava a mão é mais cigana, né?... Então ela mexeu com as carta lá e falou que eu tinha sorte de casar com um viúvo. Eu falei, "se for coisa que eu tiver de passar, vou fazer o quê, né?". Daí fui aceitando. E eu não tinha sorte de casar mesmo, porque todo namorado que eu arrumava dava errado. No fim, ela disse que ia fazer uma garra-

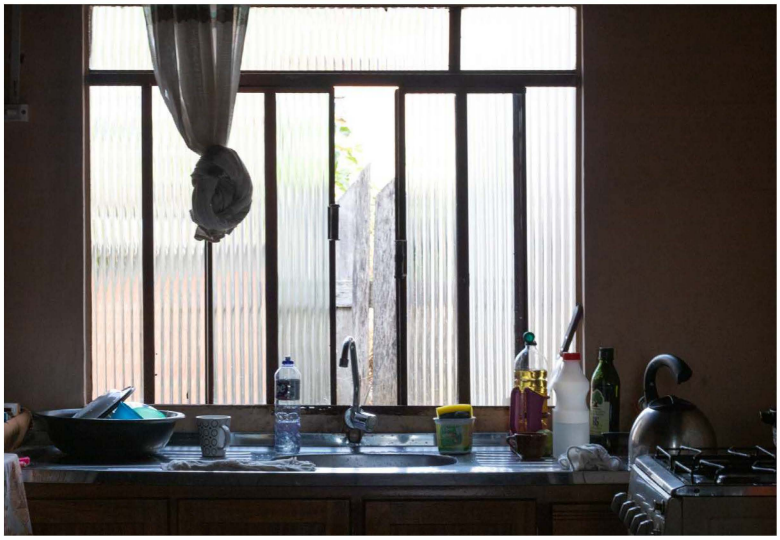
fada pra mim e mandou eu comprar um vinho pra mistura. Voltei pegar a garrafada e depois tomei aquele remédio que a muié mandou tomar.

Antes de voltar pro Paraná, o Izalino foi lá em casa e a gente se conheceu de verdade, foi num instante. Ele já conversou com meu pai e minha mãe, pra ver se dava a ordem de casar comigo. Meu pai queria não. **Não?** Não. **Por quê?** Por trás, meu pai falava pra mim: "Ocê é tonga de querer casar com o Izalino, ele é muito muierengo" (risos). Aí eu fiquei pensando quieta 'ah... seja o que Deus querer... se for para cumprir a promessa que a mulher falou, né!". Era junho, um mês depois ele já ia pro Paraná de novo. Ficou combinado dele voltar pra Minas em agosto pro nosso casamento. No final de setembro, ele apareceu na nossa casa. Aí casamo no civil em Queixada no dia 16 de outubro de 1976 e viemo embora pra Jaguariaíva no começo de novembro.

A senhora sente saudade de Minas? (longo silêncio). Ah, menino. Ah, eu sei que é muito difícil ir lá. É muito longe. Sinto saudade, assim, das pessoa, sabe? Nossa! Sinto saudade do resto da turma que mora lá, os que conheci, os meus dois irmão que moram lá, e minha irmã que mora em Minas Novas. De vez em quando eu converso com ela por telefone. Mas é muito corrido. Ela mora só ela e Deus, sabe?

E se pudesse voltar no tempo, a senhora ficaria lá ou ia continuar na escolha que a senhora fez e vir pra cá? (fica toda risonha e pensa na resposta). Ah, menino. Lá em Minas é muito difícil. Deusulive. Fiquei besta da Vania que foi pra lá e casou com o Antônio. A luta pra ela é grande. Eles moem cana, fazem cachaça. Esse tempo agora deve ser o tempo de moagem de cana deles lá. **Tomara que eu consiga ver eles lidando com a cana.** (ri enquanto mexe no café). **Tô muito curioso pra ir pra lá.** (ri e experimenta o café). Não sei não, acho que ocê vai cansar. **Ah, mas tem que ir, né**... É... tem que ter coragem, né... **Pois é.**

Dona Maria em frente à sua casa no dia em que completou 78 anos.



Uma cozinha mineira no Sul do Brasil.

Na estrada do presente-passado

Segunda-feira, 15 de julho de 2024, 22h25. Na Rodoferroviária de Curitiba, iniciei uma nova jornada pelas estradas rumo a Minas Gerais, mais precisamente à região de Ribeirão da Folha e Mato Grande, próxima ao sul da Bahia e ao norte do Espírito Santo. Em três dias, percorri 1.576 quilômetros com quatro linhas de ônibus distintas. O esquema foi complexo: estar em São Paulo às 5h, embarcar para Belo Horizonte às 7h e chegar às 17h; sair para Minas Novas às 20h30 e apear às 5h30. A única condução até Ribeirão da Folha saía às 13h30, exigindo mais duas horas e meia de estrada de terra.

Na bagagem, levava alguns cadernos com anotações das conversas que tive com dona Maria, roupas adequadas para dias quentes, uma câmera fotográfica e um livro da jornalista Eliane Brum, *Olho da Rua*. Esta foi a maior viagem que fiz pelo Brasil e a mais próxima possível do Norte no mapa nacional.

Num misto de ansiedade e medo, fixei meus olhos na vista da janela do ônibus, que deixava a Rodoviária do Tietê logo cedo. A partir da região fronteiriça entre o estado de São Paulo e Minas Gerais, cenários inéditos invadiram os meus olhos. O mapa indicava ser o sul mineiro. As vastas plantações de café, os mares de morros, os sotaques e os pães de queijo nas paradas de 15 minutos confirmavam a precisão do GPS.

A chegada à capital mineira aconteceu no final da tarde, quando o sol começou a se despedir. Na composição, as cores do céu, as luzes dos carros nos viadutos e a imensidão

de casas e apartamentos retratavam uma Belo Horizonte realmente bela. No trajeto programado, BH era apenas ponto de passagem. Próximo às 20h, outro embarque, em uma nova condução, nos levaria aos lugares mais próximos da memória.

O novo dia despertou com a paisagem do Vale do Jequitinhonha, região que abrange boa parte do nordeste mineiro. No mapa estadual, o vale vai do centro até a fronteira com a Bahia. As pesquisas na internet resultam em imagens e notícias que contrastam a pobreza extrema com o progresso no cultivo de eucaliptos e na exploração de metais valiosos.

As estradas certificam que Belo Horizonte é um divisor socioeconômico no mapa do estado. Ao avançar no sentido nordeste, a vegetação e o solo se transformam, a temperatura sobe. As grandes fazendas de café do sul mineiro dão lugar a pequenos agricultores e a algumas cidades minúsculas: Água Boa, Veredinha, Capelinha, Turmalina e assim por diante. As imagens refletidas na janela são as mesmas que aparecem na internet. A pista é toda curvada, e a quantidade de crucifixos nas beiradas do acostamento só aumenta.

A desigualdade no Vale do Jequitinhonha não é recente, mas sim uma realidade histórica que começou com a queda do Ciclo do Ouro no Brasil Colônia. Nos séculos seguintes, vingaram as eras do “a-deus-dará”, do esmo e da própria sorte. As repercussões desses contextos impregnaram nessas terras os estigmas de um lugar empobrecido e sem perspectiva de vida.

Antes de chegar ao destino reservado para mim, eram esses recortes e pistas que carregava na mochila.

Meu desembarque em Minas Novas aconteceu perto das 7h50 de uma quarta-feira, 17 de julho. Quase 500 quilôme-

tros separam a capital mineira deste município com pouco mais de 24 mil habitantes. Fundado em 1713, no auge do Ciclo do Ouro, a cidade tornou-se um ponto de encontro e mistura entre bandeirantes portugueses, cristãos-novos — judeus convertidos ao cristianismo em Portugal e Espanha —, garimpeiros do sertão e escravizados africanos. Em tempos atuais, essa farta pluralidade identitária se faz presente na cultura minas-novense.

O primeiro imóvel visível ao sair da rodoviária é um edifício chamado Sobradão, erguido em 1727. A estrutura barroca é feita de madeira e taipa, com paredes brancas e detalhes azuis nas portas e janelas. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o prédio é considerado o primeiro arranha-céu do Brasil Colônia e um marco turístico local.

As ruas são estreitas e alternam entre pedras históricas e pavimento de pedregulho simples. Do ponto inicial — na rodoviária — até o fim do centro — no cemitério — tem uma ladeira contínua, estendida por cerca de 1 quilômetro. No caminho, os imóveis brancos com detalhes azuis se repetem de uma ponta a outra. Ao rodar pelos quarteirões centrais, encontram-se quatro igrejas católicas, todas com a mesma arquitetura e cores que remetem ao período colonial. A integração entre passado e presente é natural, a ponto de existirem, no mesmo formato, uma academia, um Banco do Brasil, um supermercado e outros comércios.

O município é minúsculo, mas o fluxo de veículos é intenso — sobretudo de motocicletas — e até um semáforo foi instalado para controlar a movimentação. Era um dia útil, 10h da manhã, e o comércio estava agitado, com grandes filas nos bancos. Dividir a calçada apertada era um desafio. Parei em uma padaria para tomar café da manhã: pedi um café preto — que já vem adoçado — e alguns pães de queijo. O biscoito de polvilho era o mais abundante na pra-

teleira e também o mais pedido.

Para os moradores das comunidades, Minas Novas é vista como um lugar para resolver assuntos complexos e fazer conexões com outras cidades do entorno. É também o ponto de encontro dos produtores locais para vender suas mercadorias artesanais: cachaça, queijos, temperos, doces e outros itens.

Essa região faz parte da rota sagrada mineira, entretanto, ela não é tão procurada pelos turistas quanto Ouro Preto, Tiradentes, São João del Rei e outros destinos mais conhecidos.

Nas minhas andanças livres, resolvi visitar o cemitério. Da minha avó, lembrava apenas do nome e de seu ex-namorado, Izalino, figuras conhecidas na região. Talvez, nessa busca afoita, eu pudesse encontrar o jazigo ou alguma informação importante. O coveiro, sentado num retalho de sombra, observava-me à distância, como se quisesse puxar assunto. Me aproximei e falei sobre quem procurava; ele desconhecia. A conversa foi e voltou até ele começar a falar da realidade local. Disse que poucas pessoas conseguem comprar um espaço no terreno do descanso eterno e, por isso, sobra para ele a tarefa de fazer o serviço inverso: após algum tempo, retirar o que resta para liberar espaço. Não soube dizer o destino de quem saiu dali. Foi isso. Nosso assunto morreu na porta do cemitério. “Até mais vê!”, dissemos na despedida.

O sotaque, mineiro com traços “baianizados”, reflete a proximidade da região com o estado da Bahia. A fala é acelerada, marcada por entonações nordestinas, com palavras coladas umas às outras. Nos cenários, as paisagens do sertão e do agreste se entrelaçam. É mais fácil cruzar a fronteira do que ir à capital — ao leste, no extremo do mapa, a pequena Umburaninha está a 360 quilômetros; ao

sul, Belo Horizonte ultrapassa os 500.

O tempo passou, e logo deu 13h30, a hora do ônibus para Ribeirão da Folha, distrito de Minas Novas, com pouco mais de 2.500 habitantes. Era a última parada em um transporte coletivo.

No ônibus simples e todo empoeirado, o motorista estava estirado na poltrona, parecendo digerir o almoço recém-comido. Quando percebeu que eu era um intruso, esticou o braço para um aperto de mão e apresentou-se: "Adilson". Assim que soube de onde eu vinha, perguntou, sorrindo, o que eu estava fazendo naquele "fim de mundo". Respondi rindo com o nome e fotos dos meus parentes; ele reconheceu. Carismático, descreveu o jeito simples de viver no sertão e exaltou o senso coletivo da região. Disse que já morou em São Paulo, mas sentiu saudades do sossego e preferiu voltar. Na saída do terminal, recomendou não abrir as janelas do ônibus para não engolir poeira vermelha. Fez sentido.

Duas horas é o tempo necessário para chegar a Ribeirão da Folha. A estrada é toda de terra vermelha, que se transforma em uma poeira densa quando o ônibus passa. Os largos hectares de eucaliptos altos cedem curto espaço à estrada entre as suas raízes. Essas árvores volumosas chegaram ali graças à mesma legislação que mudou a história de Jaguariaíva. Entretanto, diferentemente do município paranaense, no Jequitinhonha a coisa tomou outro rumo.

Os militares que comandavam o Brasil chegaram à conclusão de que as propriedades do vale não tinham donos legítimos e tomaram as terras para o regime. Assim, instalaram-se usinas madeireiras e plantações de eucaliptos, processo gerido pela estatal Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita). A ideia inicial era amenizar a pobreza e a evasão do vale por meio da industrialização. O produto

final do ciclo era um carvão vegetal destinado ao setor siderúrgico.

A estatal perdurou até as privatizações dos anos 1990; o modelo de negócio consolidou-se e firmou-se como uma monocultura na região. Atualmente, as análises socioeconômicas indicam retrocesso comunitário; os estudos ambientais destacam a seca das nascentes e os impactos nos solos; e os moradores descrevem um ambiente hostil. Essas informações têm sido amplamente divulgadas pela imprensa.

À frente do ônibus, o para-brisa, que mais "para poeira", mostrava, no alto de um morro, a paisagem que dava as boas-vindas. Era Ribeirão da Folha. Assim que estacionou no centrinho, o Adilson desligou o motor e abriu a porta. Vania, 45 anos, minha prima, recebeu-me com abraços ao lado do seu carro. Já era quase o fim da tarde.

Demos um tempo no centrinho do distrito. Vania precisava resolver algumas coisas. Na mesma rua onde estávamos, era possível ver a escola, o posto de saúde, duas vendinhas, uma pequena lanchonete e algumas motos e cavalos passando. Não demorou muito para entrarmos no carro e irmos para a casa, no Mato Grande. Chegamos em dez minutos.

“Sobradão”, ponto turístico de Minas Novas.

Centro comercial e histórico.

Igreja Nossa Senhora do Amparo.

Estrada que liga Minas Novas a Ribeirão da Folha.

Pedaços de histórias no Grande Sertão

Mato Grande é um lugar peculiar que não consta no mapa. É uma junção de pequenas fazendas, matas, caatingas, canaviais, engenhos e imóveis modestos. Os inúmeros e altos morros verdes atrasam a chegada do sol nas manhãs e antecipam sua despedida no céu ao fim da tarde. Barrancos e cercas dividem os espaços privados. O chão dali é uma terra fofa e avermelhada, que afunda os pés, pigmenta as roupas e marca todo o corpo. O caminho é um sobe e desce constante, a ponto de carros e motos travarem uma luta para passar.

As condições climáticas regem as dinâmicas da comunidade. Nas valetas à beira da estrada, teias de aranha comprovam os relatos de que a chuva não passou por ali no primeiro semestre do ano. Para conseguir se virar com o básico, são várias as cisternas e os metros de canos pretos que conduzem as águas do Rio Setúbal até as residências. O cenário muda nos meses de novembro, dezembro e janeiro, quando a chuva finalmente chega e não cessa. É nessa época que as famílias compram o triplo de alimentos para passar o fim de ano trancadas em casa, sem nem sequer conseguir ir até Ribeirão da Folha. Se alguém ficar doente, resta a oração.

Independente do clima — ora seco, ora chuvoso —, o solo de Mato Grande é bom para o cultivo da cana-de-açúcar, principal fonte de renda dos pequenos agricultores da região. O mês de julho marca o início dos trabalhos intensos no corte e na moagem dos caules. A jornada vai das 5 às 23 horas, de domingo a domingo. Durante o dia, é possível ver os peões enfrentando o sol escaldante com rou-

pas longas; à noite, só se enxergam os vultos das lanternas e se ouve o engenho triturando e fermentando a cana. Os sistemas de trabalho são metódicos e carecem de atenção redobrada: se houver desleixo, perde-se a produção; se for bem cuidada, a garapa é levada para Minas Novas, onde se transforma em cachaça artesanal pronta para venda.

É das janelas da casa azul da Vania que vejo as cenas se desenrolando no sertão. Desde 2019, ela vive ali com Antônio, 47 anos, seu marido; Adriano, 17, o enteado quase adulto; Valentina, 9, a filha do meio; e o caçula, João Miguel, 2, que ainda mama no peito. O trabalho é constante para ela, assim como para os homens na fazenda, mas Vania se concentra ao lado do fogão a lenha. A lida começa no café da manhã, às 6 horas; às 9, prepara o almoço; às 14, o café da tarde; o jantar às 18 horas; e um tira-gosto às 20 horas.

A cozinha é o maior cômodo da casa, onde todos os peões — entre três e cinco — se reúnem para quebrar o jejum, jogar conversa fora e descansar rapidamente na grande mesa. No almoço e no jantar, as refeições são reforçadas com muita carne, feijão carioca ou andu, arroz branco, farinha e salada. As comidas quentes são temperadas com gordura animal. Nos intervalos, o café já recebe açúcar em abundância na hora de passar, sendo ele acompanhado de bolos, doces e biscoitos. O ritual termina com um "Deus que ajude" e a devolução das louças na pia.

Essas formas de vida, interligadas ao árduo trabalho na roça, seguem o mesmo enredo contado pela dona Maria num passado distante. A diferença é que, hoje, a comunidade de Mato Grande obtém lucros modestos e sobrevive de maneira digna. Antes do século virar, trabalhar por essas bandas significava preencher, com pouco, o vazio da fome. As condições relatadas pelos moradores ilustram o uso de alimentos como moeda de troca pela força de tra-

balho.

"Naquele tempo era muito sofrido, quase escravidão. A gente trabaiava pra ganhar umas medida de couve, de carne, meia rapadura. Eu mesmo trabaiei pra ganhar meio quilo de arroz sem limpar, meio quilo de toucinho. A vida do povo aqui era desse jeito. Se ocê marcasse um sirviço na roça pra fazer e falasse assim ó: 'tô querendo uns camarada pra fazer um sirviço pra mim', era tanta gente que vinha, porque precisava ganhar... Já passei cada coisa... Até angu de banana caturra e embaúba já fiz... O que nóis passamo aqui, só Deus sabe", disse Neia, mãe de Antônio, escorada na porta.

Embora haja dificuldades, o senso comunitário em Mato Grande é pleno e geracional. Nas dinâmicas locais, é natural o sistema de troca de produtos e favores entre os moradores: queijos, doces, pães, animais de corte, frutas e verduras, produtos de limpeza, cortes de cabelo, caronas... tudo é negociado internamente, sem a necessidade de pagamento em dinheiro. Funciona agora, assim como funcionava na memória da dona Maria, 60 anos atrás.

A extensão do bom convívio social chega nos inúmeros convites para visitas com cafés, que também são corriqueiros. Não aceitar é uma postura estranha. Em todas as casas, as cozinhas são as portas de entrada, sempre com uma garrafa térmica grande e cheia de café — extremamente doce —, copos americanos espalhados aos montes e bacias fartas de biscoito de polvilho. Foi um desses convites que me levou à casa de alguém importante nesta história: Maria do Odeto.

Maria Costa Martins, 64 anos, é a irmã mais velha da Comadre São. Odeto vem do falecido marido, entrou no meio do seu nome pela forma como as pessoas a chamam em Mato Grande. Mora a poucos metros da casa azul da Va-

nia, a cerca de dez minutos de caminhada. A entrada da sua propriedade tem um portão de madeira crua, que dá para um terreno espaçoso, onde há temperos, verduras e um pomar com laranjas e bananas. Os frangos correm soltos no quintal; os porcos ficam presos no curral. O imóvel é igualmente em material, pintado de verde e branco em camadas horizontais na parede externa.

Segui o que me foi ensinado quando criança e pedi a bênção com as duas mãos juntas. Maria do Odeto respondeu com um "amém" e um forte abraço. Entramos na cozinha, e a conversa foi indo. No nosso primeiro encontro, quase nada respondia. Ora resmungava algumas palavras, ora balançava a cabeça e ficava imóvel, com uma expressão de cansaço. Pensei que fosse desconforto, mas depois soube pelos outros que era falta de álcool. Todos os dias, ela bebe um tiquinho para se alegrar e conseguir se expressar. Os íntimos tentaram intervir diversas vezes, mas perceberam que ela era feliz assim e a deixaram desse jeito. Maria do Odeto sabe o que faz.

Nas outras vezes em que a vi, estava ela sob o efeito da bebida no corpo. Neste estado, aquele perfil de mulher séria deu lugar a uma pessoa feliz, falante e carinhosa. Trançava os braços ao redor de mim e me olhava com os olhos de felicidade — não é todo o dia que um sobrinho inesperado surge na sua casa. Mesmo nessa condição, não se lembrava dos detalhes da mãe, só da bravura. Sem fotos ou documentos, o único lugar de memória é a casa ao lado — que também lhe pertence —, construída no terreno onde a sua mãe morou até falecer. Enquanto olhávamos de média distância para lá, os seus dedos desenhavam no ar a planta do imóvel que não existe mais.

O documento a descreve, em fonte avermelhada, como uma cidadã "não alfabetizada". A vida no sertão a colocou no caminho da lida pesada na roça; o pouco que ganhava

foi o suficiente para separar o alimento dos três filhos enquanto sentia fome. Assim foi levando. Venceu as secas, as mazelas. Venceu as burocracias previdenciárias e, hoje, é gratificada pelos tantos anos que contribuiu com o suor do trabalho.

Quase todos os dias, caminha feliz pela estrada que liga a sua casa à do Zé Vaqueiro. Cerca de 30 minutos. Os boatos que correm falam sobre um suposto caso entre eles. Maria do Odeto sorri, toda envergonhada, quando questionada sobre a veracidade do romance. O tal homem, Zé Vaqueiro, 80 anos, é um idoso de baixa estatura que usa um chapéu de boiadeiro e um par de botas de couro até o joelho. Seu nome brotou em todas as conversas que tive antes de chegar no sertão. Nos últimos 60 anos, foi um patrão rico nessas terras. Todas as pessoas de Mato Grande trabalharam para ele em algum momento.

Fui recebido na casa do Zé Vaqueiro no começo da tarde, após o almoço. Tio Geraldo, pai de Vania, foi comigo. Ali soube que estava diante de um homem importante para a rememoração. Afinal, as produções acadêmicas sobre história oral e micro-histórias indicam que as pessoas mais velhas da comunidade são as verdadeiras guardiãs das memórias.

Na singela cozinha, Zé colocou a água da chaleira no fogo para fazer o café. Todos os seus movimentos eram extremamente lentos, típicos de um homem vivido. O tempo passava aos poucos no relógio; a bebida quente passava mansa no filtro de pano. Sentado à mesa de recepção, o senhor respondia com expressões curtas, quase inaudíveis. Vinha um “sim”, “aham”, “lembro”, “é”. Seus olhos fundos buscavam o passado nas longas pausas do silêncio; o corpo esboçava reações, mas as palavras travavam na garganta. Era visível o seu desejo de expressar, porém, o efeito dos anos o impedia. Ficamos os três naquela cena por uns

30 minutos e nos despedimos com um forte aperto de mão.

Ver aquele homem de perto ajudou a construir imagens do passado da região. Nos tempos de auge, os moradores trabalhavam em suas propriedades e cuidavam das suas 30 cabeças de gado. Próximo do fim da vida, ele é igual aos outros em Mato Grande. As histórias contadas de boca em boca dizem que parte da fortuna sucumbiu em 1990, após o presidente Collor, em Brasília, anunciar o confisco das poupanças.

Hoje em dia, se tem algo que não se vê agora nessas terras, é a tal discrepância social nas pessoas que realmente vivem no sertão. Muito embora, no entorno dali, as empresas de reflorestamento sigam aumentando as áreas de cultivo do eucalipto e, também, as companhias gringas e nacionais continuem descobrindo a existência do Lítio Mineiro, numa nova corrida econômica pelo metal precioso.

Tio Geraldo, 71 anos, mais conhecido como Tio Nê, é filho do primeiro casamento de Izalino — ele e mais 11 irmãos. É, inclusive, uma imagem espelhada do pai: pele escura, cabelo curto e grisalho, olhos castanhos quase fechados. Na minha estadia no sertão, foi o único homem da família que esteve comigo em boa parte das conversas. Geraldo auxiliou na montagem de vários quebra-cabeças da memória. Nos longos espaços de silêncio na cozinha do Zé Vaqueiro, narrou seu testemunho sobre o dia da diáspora... O ano era 1973. Num caminhão, 32 pessoas seguiram rumo a Novo Cruzeiro, uma das cidades medianas da região, e lá embarcaram num ônibus direto até Jaguariaíva. Minha mãe era uma criança de colo; os 12 irmãos revezavam o cuidado da menina nos três dias de viagem. Chorou muito e deu trabalho.

Todos os retirantes se acomodaram na Fazenda Diamantina. Cada família arrendou o seu pedaço de terra e, assim,

começou a trabalhar na roça. Geraldo foi um dos primeiros a deixar a fazenda; não suportou o trabalho exaustivo, pegou as suas coisas e se mudou para Curitiba, onde mora até hoje. Conta que boa parte do grupo não se adaptou ao modo de vida no Sul e acabou retornando a Mato Grande.

Em algum dia, Geraldo pensa em voltar para o sertão também. Gosta dessa vida. Até um terreno ao lado da Vania ele já comprou. A mudança só não aconteceu ainda porque ali não tem médico para acompanhar as complicações no coração. Vira e mexe, ele precisa se consultar com os doutores nos grandes hospitais. Até o dia do retorno chegar, vem várias vezes visitar a filha, os netos, compadres e comadres.

Enquanto caminhamos pelas estradas e falamos sobre a vida, Tio Geraldo recorda que ali era um longo carreiro estreito e que, para conseguir qualquer coisa, era preciso caminhar por léguas, morros e se sujar com o vermelho da terra. O presente repetiu o passado assim que saímos da prosa com Zé Vaqueiro e retornamos sujos de vermelho à casa de Vania, sua filha.

Na manhã seguinte, a dona de casa mexia com as mãos numa bacia d'água com uma massa branca. Horas e horas de trabalho à beira da mesa, com alguns intervalos para descansar os braços e a mistura. Canta baixinho um hino de louvor enquanto atravessa a cozinha para olhar o fogão, dar atenção aos filhos pequenos e checar o celular. Terminados os descansos, dispensa a água que sobra na pia e confere a sua obra de arte: um queijo coalho branquinho. Graças à energia recém-instalada em Mato Grande, poderá conservar o laticínio na geladeira com segurança. Se fosse uns quatro anos atrás, aquela proteína teria de ser consumida o mais rápido possível.

Os queijos e os doces feitos pelas mãos de Vania vêm

dos leites extraídos das vacas da família. Todos os dias, por volta das 4 da manhã, Antônio tenta acordar o filho mais velho para que ele pegue a moto e vá longas distâncias até o curral. Abre a porta do quarto pela primeira vez e chama; o filho, sonolento, responde que já vai. Às 5, retorna e aumenta o volume da voz; Adriano diz que está se levantando. Às 6 horas, a paciência se esgota e ele começa a soltar sermões mais severos; o jovem pula da cama, ainda de qualquer jeito, veste as roupas, calça as botas, pega os galões e sobe na moto. Retorna à casa perto das 9 horas, cheio dos leites ordenhados à mão.

Adriano, enteado da Vania e cria do Antônio, é um menino quase adulto, perto dos 18 anos. No presente, conclui o ensino médio na única escola de Ribeirão da Folha. No futuro, planeja seguir no sertão e se sustentar trabalhando como peão na roça. Além do frete do leite, sua moto é o que o leva para todas as bandas da região, para resolver coisas, tratar dos gados e porcos, passar recados, buscar e levar produtos na vizinhança.

É na sua garupa que rodamos todo o Mato Grande pela manhã ensolarada, entre picos, declives e paisagens largas. Nesses caminhos estão algumas árvores secas que aparecem na capa de *Sagarana*, bois chifrudos — como os que estão em *Campo Geral* — e algumas pequenas grutas retratadas em *Grande Sertão: Veredas*. O escritor Guimarães Rosa deve ter visitado essas grotas algum dia da sua vida.

Passei por uns trechos que lembram os relatos da memória de dona Maria: caminhos cheios de pedras e, tão altos, que tinha de inclinar o corpo para frente para conseguir andar. O matagal em volta da estrada ainda existe; algumas grimpas e árvores de Jatobá e Embaúba colaboram com a localização. Ao cruzar esses labirintos, terras e pedregulhos, a estrada dá nos imóveis dos compadres e comadres, todas elas simples e com alguns animais soltos

na frente. Numa altura, tivemos que pedir licença aos bois enormes que bloqueavam o caminho. Eles não deram. Fomos em zigue-zague entre as patas, rabos e chifres.

Um dos pontos de parada fica longe, na casa da jovem Lindaura, que divide o dia a dia com o seu marido e um filho jovem numa pequena propriedade. Nos fundos da casa, cultiva-se uma horta repleta de frutas e verduras, todas em ótimas condições: cenoura, couve, tomates, alface, laranjas, mamão, banana, temperos e outros. Tudo isso só é possível graças ao cuidado intenso com o solo e aos extensos canos pretos conectados às cisternas d'água, implantadas na região no início dos anos 2000.

Do outro lado da cerca, a divisa da propriedade se dá numa grota de árvores e terras secas — características da caatinga — que tentam, só que não conseguem produzir alimento ou qualquer tipo de vida. O menino motoqueiro nos conduz de volta para casa. Nosso relógio biológico indicava a necessidade de almoçar; retornamos cheios de vegetais nas bolsas.

Volto a subir na moto na noite de sexta-feira, rumo à Festa Julina da escola, em Ribeirão da Folha. Além de peão, motoqueiro e jovem, Adriano é um pé de forró daqueles. Nas redes sociais, são vários vídeos postados dos seus gingados desconcertantes dançando em par. Uma das publicações exibe movimentos que vão além da mão na cintura e dos dois passos para cada lado; há giros nos corpos, o entrelaçar dos braços e outras variações.

A festa da escola pública bloqueou a principal via com fitas decorativas. É uma rua que começa na esquina da Escola Estadual de Ribeirão da Folha, passa pela Igreja de Bom Jesus e logo encontra o fim do mapa. Cinco ônibus fretaram os estudantes e familiares da roça, todos vestidos a caráter. A barraca de comida vendia caldo de mandioca,

farofa de andu, pipoca. A canjica grossa era grátis e extremamente saborosa. Por volta das 20 horas, a caixa de som chamava os parceiros para dançar a moda caipira. *"Olha a cobra! É o balancê! Troca o par!"* gritava o guia das quadrilhas.

A dança dos estudantes acabou antes das dez da noite; porém, o fuzuê seguiu até mais tarde. Um carro cheio de som botou vários forrós para tocar e, assim, os pares se formaram na rua. Dois passos para lá e dois para cá, madrugada afora.

Adriano e eu retornamos de moto até Mato Grande, acompanhados por dois amigos em outra motocicleta. Sete quilômetros. Era tão escuro que só os faróis iluminavam o caminho para seguir adiante nas terras. Sem capacetes, sentimos o vento na cara enquanto olhávamos o céu azul e a lua cheia. Estrada solitária.

Acordada na madrugada, Valentina gosta de assistir filmes asiáticos na TV. É a filha do meio, fruto do primeiro casamento da Vania. Nasceu em Curitiba e se mudou com a mãe quando tinha quatro anos. Diz que sente saudade da capital. Foi ela a minha guia entre o canavial e o engenho da família. Nos dias em que convivemos, se mostrava comovida com a possibilidade de Mato Grande virar um livro e das "pessoas saberem que ali realmente existe".

As nossas caminhadas fotográficas explicam, em parte, a importância de escrever sobre Mato Grande. É um lugar onde a vida realmente existe, um lugar de saudade daqueles que se foram e não voltaram. É um pedaço de terra bonito, mas, ainda assim, oculto nos mapas e nas buscas na internet. Desde o primeiro dia, Valentina tomou gosto pela fotografia ao tocar na câmera que levei. Fez belos retratos da paisagem. Em uma delas, mostra os galhos disputando a pose com o céu claro no calor latente; na outra composição, reúne o monte verde e, no fundo, a imensidão azulada

do céu. Inspirado no olhar da pequena, mirei no sol do fim da tarde, ele estava indo embora todo alaranjado. Enquadrei e cliquei. Virou uma capa de livro. Na manhã seguinte, seria a minha despedida.

O meu último café na casa da Maria do Odeto foi especial. Combinamos, antes, de fazer uma fotografia bem bonita. Quando cheguei, estava ela saindo do banho. Vestiu a melhor roupa, arrumou o cabelo, passou perfume e posou para as fotos que fiz. Sorridente, aprovou os registros. Depois, entregou um presente para eu levar no caminho de volta: um pacote com o colorau de Urucum. O pó vermelho saiu das mãos dela, que retiraram a planta do quintal, separaram as sementes e a moeram até chegar no ponto. Antes de ir, abraços demorados e mensagens religiosas de proteção. Deixamos marcado um reencontro sem data definida.

Vania me levou até Ribeirão da Folha. Saímos às 4h30 da manhã de carro. O caminho deserto proporcionou um papo profundo sobre ser mulher no sertão, onde os afazeres domésticos nunca acabam e o cuidado com a família exige atenção constante. Chegamos ao destino, mas a conversa não chegou ao seu fim. Nos abraçamos e deixamos marcado um reencontro sem data definida.

Adilson está sentado na mesma poltrona e no mesmo ônibus que me trouxe até Ribeirão da Folha. Agora, retorno com ele até Minas Novas. O dia nasce bonito no sertão mineiro, parece qualquer música cantada por Milton Nascimento. Ouço *Para Lennon e McCartney* em repetição. Olhando pela janela em movimento, o sol é fatiado pelos eucaliptos e gruda no céu quando as grandes árvores se acabam.

Chego às 7 horas na rodoviária de Minas Novas. Dessa vez, uma senhora me esperava no desembarque: Maria do

Rosário Alves Pereira, 68 anos, irmã da dona Maria, minha "vodrasta". Recebi o seu contato durante a viagem e combinamos de passar o dia juntos até a minha partida para Belo Horizonte, às 20h30.

Maria do Rosário é uma senhora extremamente simpática e comunicativa, do tipo que cumprimenta todas as pessoas nas ruas da cidade. Todos respondem. Aos íntimos, dizia efusivamente que tinha um jornalista em Minas Novas enquanto apontava para mim, as respostas dos outros vinham com um sorriso de boas-vindas. A caminhada de 20 minutos até a sua casa foi a primeira demonstração dessa camaradagem.

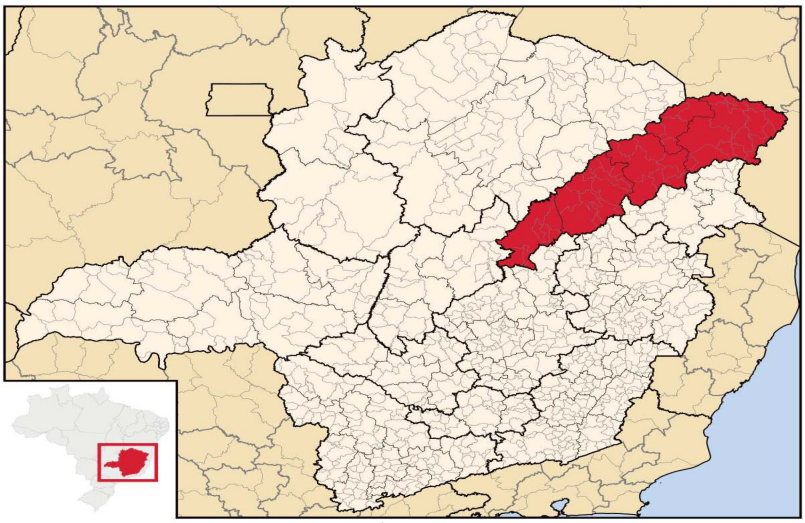
Minas-novense com orgulho, declara o seu amor pela cidade e pelas pessoas que ali moram. Diz que conhece muitas pessoas e que anda por todos os cantos do município. É envolvida nos trabalhos sociais. Quando era mais jovem, mudou-se com a turma para Jaguariaíva; entretanto, logo bateu a saudade da casa e voltou o mais rápido que pôde. Mantém contato constante com os familiares residentes no Sul pelo telefone.

Mora numa casa de material em obras com os filhos e netos. Em toda a sua vida, trabalhou no cuidado do lar e do marido. Não foi uma relação tranquila. Inúmeras vezes, ele levantou as mãos e ameaçou matá-la. Além disso, o homem trocava carinho com outras pessoas e não tinha receio de esconder. Uma das amantes pôs o veneno que mata rato na comida. Ele nem sabia, comeu com gosto e morreu na hora. Foi difícil. Não o deixou porque sentia amor de verdade. Foi o primeiro homem, e é o único até hoje. Desde então, recebe a pensão por ser viúva. Assim como a sua irmã, nunca teve um emprego registrado na carteira de trabalho.

Apegada aos símbolos religiosos, menciona o nome di-

vino toda vez que entramos em assuntos da vida alheia e outras barbaridades. É um “Meu Deus do Céu” com risos nervosos em seguida. Usa as mesmas expressões ao relembrar como era penosa a época na roça: os sacos pesados de farinha que carregava, a lida com a cana-de-açúcar, os trabalhos intermináveis. Lembra também da mãe da Comadre São, falou que ela era uma mulher bonita, destemida e trabalhadeira. “A filha é a cara da mãe”, comentou no nosso caminho até a rodoviária. Pouco antes das 20 horas, nos despedimos e marcamos um reencontro sem uma data definida. “Na próxima vez, a mãe vem comigo”, disse para ela antes de embarcar. Ficou parada na plataforma até o ônibus sumir de vista.

Rota entre Curitiba e Mato Grande, cerca de 3,1 mil quilômetros (ida e volta).

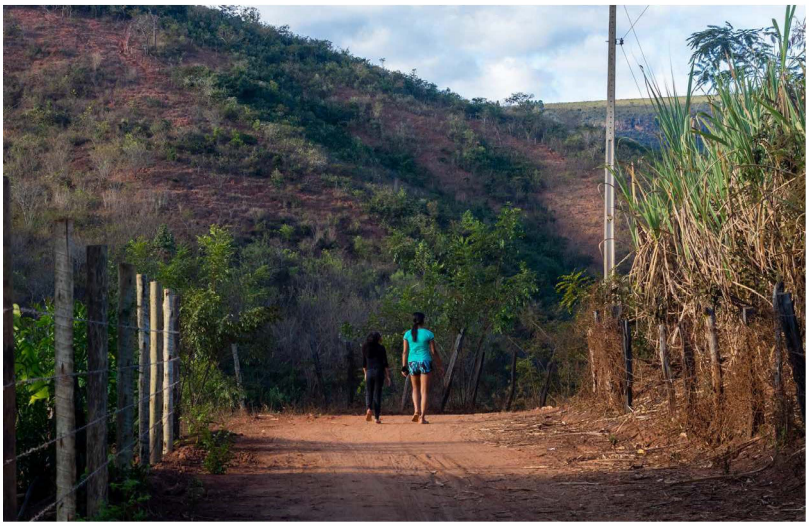


Minas Gerais. Em vermelho, está destacado o Vale do Jequitinhonha.

Casa de Vania vista do engenho da família.

Vania, João Miguel, Valentina e Tio Geraldo na cozinha.

Morros altos e verdes cercam o sertão.



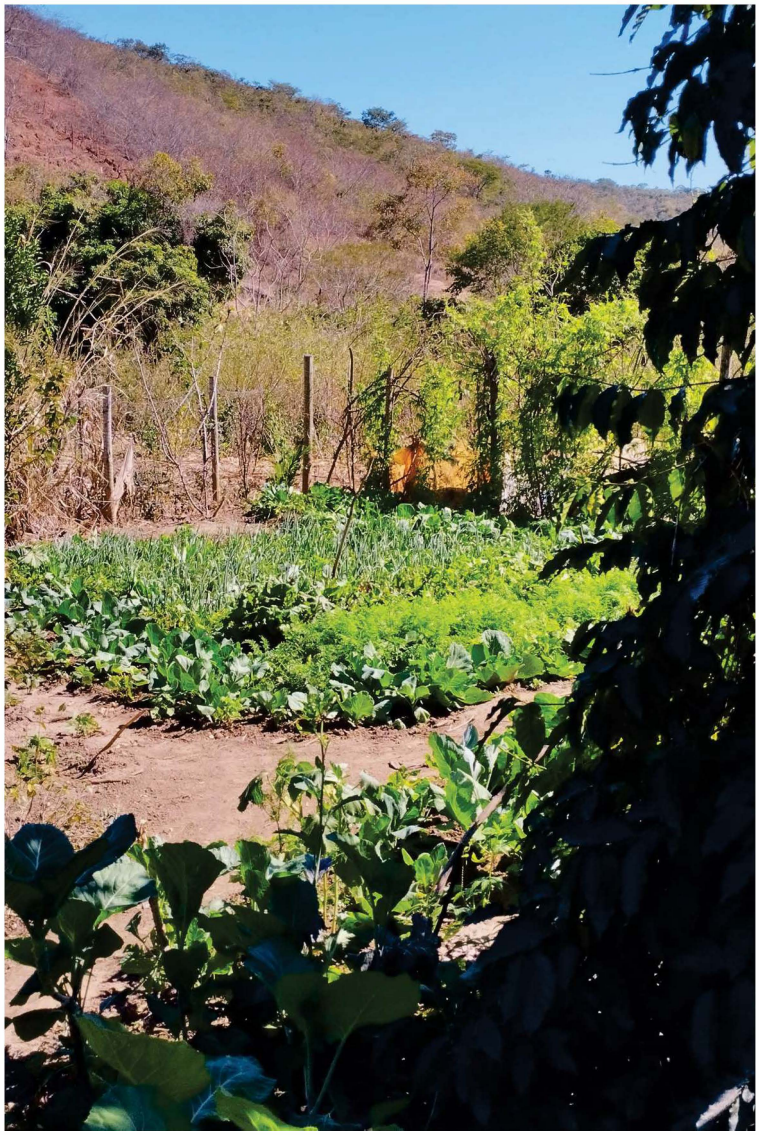
Caminho que liga as casas de Vania e Maria do Odeto ao Rio Setúbal.

Teia de aranha na valeta que escoa a água da estrada em Mato Grande.

Trabalho desgastante na moagem das canas-de-açúcar no engenho.

Bois e vacas no meio do caminho. Adriano e eu éramos os invasores daquela estrada. Os animais, no final, liberaram a nossa passagem.

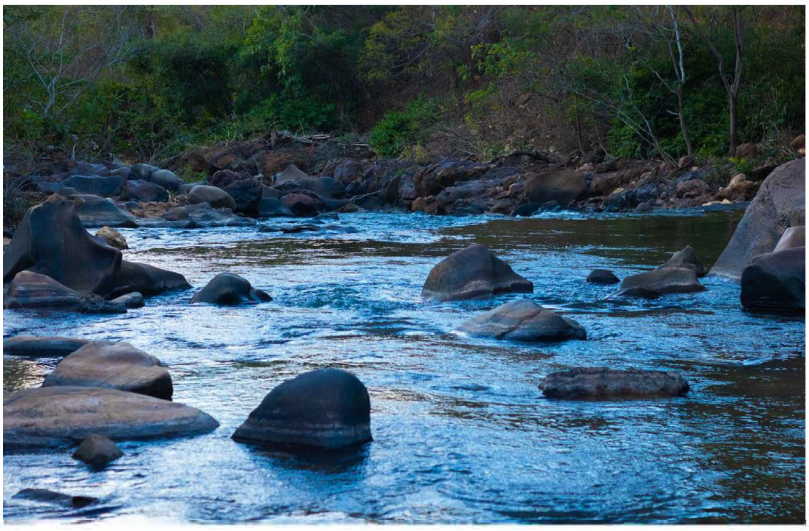
Adriano e sua moto.



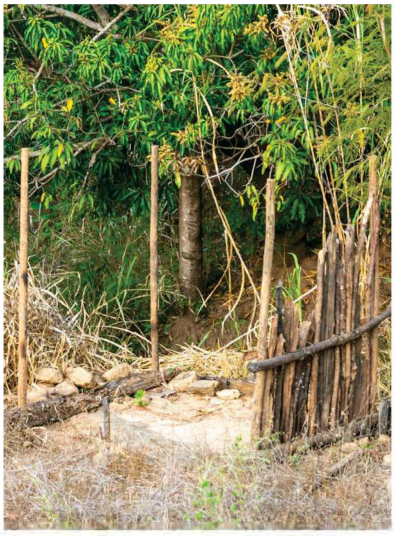
Divisão entre a farta horta da Lindaura e a terra seca da caatinga.

Centro de Ribeirão da Folha fechado com enfeites para a Festa Julina.

Pares da festa dançam em sincronismo ao som da música caipira.

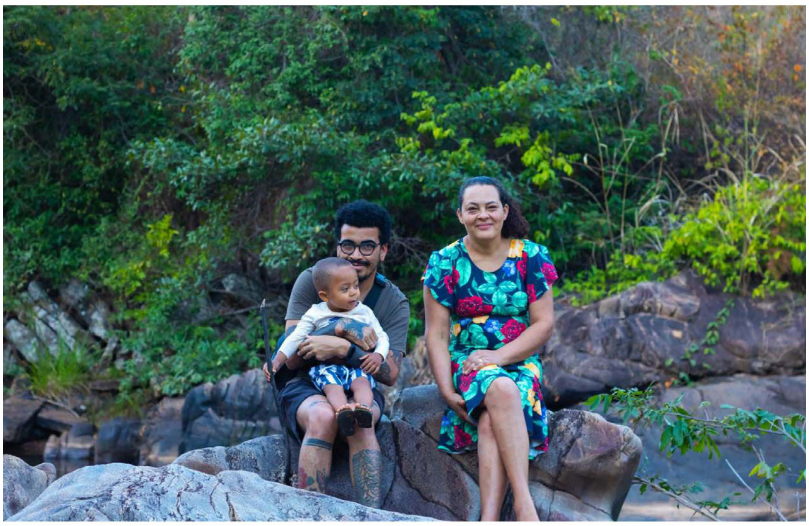


Rio Setúbal, na altura do Mato Grande.



Restos de materiais da casa antiga da avó Felicina.

Maria do Odeto na sua janela. Registro da nossa despedida.



Nas pedras da borda, onde as mulheres lavavam as roupas no passado.

Outras pedras na beira do rio.

Nascer do dia no sertão; caminho entre Ribeirão da Folha e Minas Novas.

Maria do Rosário, Miss simpatia de Minas Novas.

A mulher por trás da fotopintura

A mulher por trás da fotopintura pariu seis crianças no Mato Grande, sendo três Marias — da Costa, do Rosário e da Conceição — e três homens: Antônio, Joel e Zé. Da Costa foi a primeira em 1960; Joel foi o último em 1971.

Seu verdadeiro nome é *Felicina Barreiros da Costa*, nascida em 8 de janeiro de 1937. Também é de Mato Grande, mas foi registrada em Capelinha, uma pequena cidade próxima a Minas Novas. São essas as informações que constam na cópia da certidão de nascimento, disponível no sistema de informações de Minas Gerais. Foi difícil encontrar, os nomes não batiam.

Em todos os documentos dos filhos, o nome da mãe está incorreto: num deles, aparece *Felicina da Costa Barreiro, no outro, Felicina Alves Nascimento... Felícia Costa Barreiro...* Em um dos registros, o nome inicial é *Cristina.*

A certidão de óbito não está em nenhum lugar, nem os filhos têm. O que se sabe é que ela morreu em algum dia de 1978, na porta de casa, quando o filho (Zé) chegou para visitá-la, após longos anos. O menino deu um abraço apertado e a mãe caiu dura na sala. Um infarto invadiu o seu peito. Zé nunca mais foi visto depois deste dia, desapareceu no mundo.

Dizem que ela estava sorrindo no velório. Parecia outra pessoa. Recebeu as visitas em Mato Grande e foi sepultada em Ribeirão da Folha. Depois de um tempo, seu corpo seguiu o mesmo rito em Minas Novas, pelo homem que enterra gente.

A casa física da Felicina não existe mais. Os canaviais

cercam o terreno. No pedacinho de terra, alguns resquícios de adobo e caliças no solo ainda marcam parte da estrutura do imóvel. Fica ao lado da casa de Maria da Costa, 'do Odeto'.

A poucos metros da casa derrubada, uma ladeira íngreme conduz ao Rio Setúbal, onde ela aproveitava as águas para lavar roupas em troca de comida e dinheiro. Além do trabalho como lavadeira, nessas águas ela descia com baldes vazios e voltava com eles cheios nas mãos e na cabeça: água para beber, se banhar, se alimentar e sobreviver. O caminho de volta é difícil de fazer sozinho, com pesos vira uma prova de resistência.

O Rio Setúbal nasce no grande Rio Araçuari, em Francisco Badaró, e segue descendo o mapa mineiro por Jenipapo de Minas, Chapada do Norte, Baixa Quente e Mangabeiras. Ao chegar a Mato Grande, faz uma curva no sentido leste e deságua em Novo Cruzeiro. Na altura do rio em que ela trabalhava, as poças fundas afogaram — e seguem afogando — muita gente.

Nos longos tempos de seca, as pedras do rio ficam separadas do rio que corre raso. Na virada de ano, elas se escondem n'água. Além do grande tamanho, elas têm tons esbeltos e formatos diferentes. Toquei numa branca, parecia um diamante, toda cheia de ondulações na base: nessa pedra, ela batia as roupas. Subi numa escura e plana, parecia uma maca comprida: nessa, a Neia a via deitada quando sentia as dores no peito. Fechava a cara quando os outros indicavam a necessidade de procurar um médico.

Essa alcunha de mulher sisuda se repete nas variadas conversas. Um causo, narrado pela filha mais velha, fala sobre como a mãe era mandona nos relacionamentos, a ponto de mostrar o facão para o primeiro e único marido ("falecido" Augusto Martins dos Santos), que demorou a

voltar para casa de cavalo. Impôs a ele o sono no quintal, com o animal. Ficou a noite toda na porta de butuca com a peixeira na mão. O marido temia e respeitava a mulher.

Ninguém soube explicar bem o real motivo de tanta braveza. Algumas pessoas atribuem o jeito de nascença, outras falam em consequências de uma vida sofrida.

Mesmo com essa pecha, a mãe não segurou o choro ao ser derrotada na queda de braço que afastou a sua caçula, Maria da Conceição (São). Foi no mesmo quintal. O puxa daqui e dali teve uma trilha sonora composta por choros e gritos das crianças, e confusão entre os adultos. Izalino venceu a disputa e levou a criança para o Paraná. A filha do meio descreve a recordação como uma cena amarga de um filme sem fim. Rosário tinha 10 anos em 1973.

Maria do Rosário, 61 anos, mora em Belo Horizonte. Em maio de 2024, pegou um ônibus na capital mineira e desembarcou em Curitiba. Após 50 anos, veio conhecer minha mãe e passar um tempo ao lado da irmã. Além da visita, se prontificou a auxiliar nas idas diárias ao hospital no tratamento de câncer. Ficou uma semana conosco.

Aproveitamos as longas esperas nas consultas médicas para conversar sobre Felicina, Minas Novas, documentos, fotos e nomes de pessoas. Rosário vai com frequência até Capelinha e Minas Novas, tem casa na região. Se lembra de muitas coisas do sertão, mas não tem lembranças da mãe. Recorda das características físicas, do cabelo grande até a cintura. Disse que tem umas fotos perdidas da mãe em Minas Novas e que manda depois. Estava em Mato Grande quando enviou uma foto da 3x4 pelo celular. Meses depois, mandou uma imagem da fotopintura.

As vagas recordações se repetem nos filhos homens: nem Joel (Totê), 53 anos, nem Antônio (Tône), 58 anos, se lembram das imagens e das coisas relacionadas à mãe.

Joel (Totê) esteve em Curitiba em meados de 2018. Veio tentar a vida, mas as coisas não deram muito certo. A saudade de Minas machuca. Passou alguns dias na casa de São, sua única irmã de sangue materno e paterno. Foi nesse período que os dois realmente se conheceram.

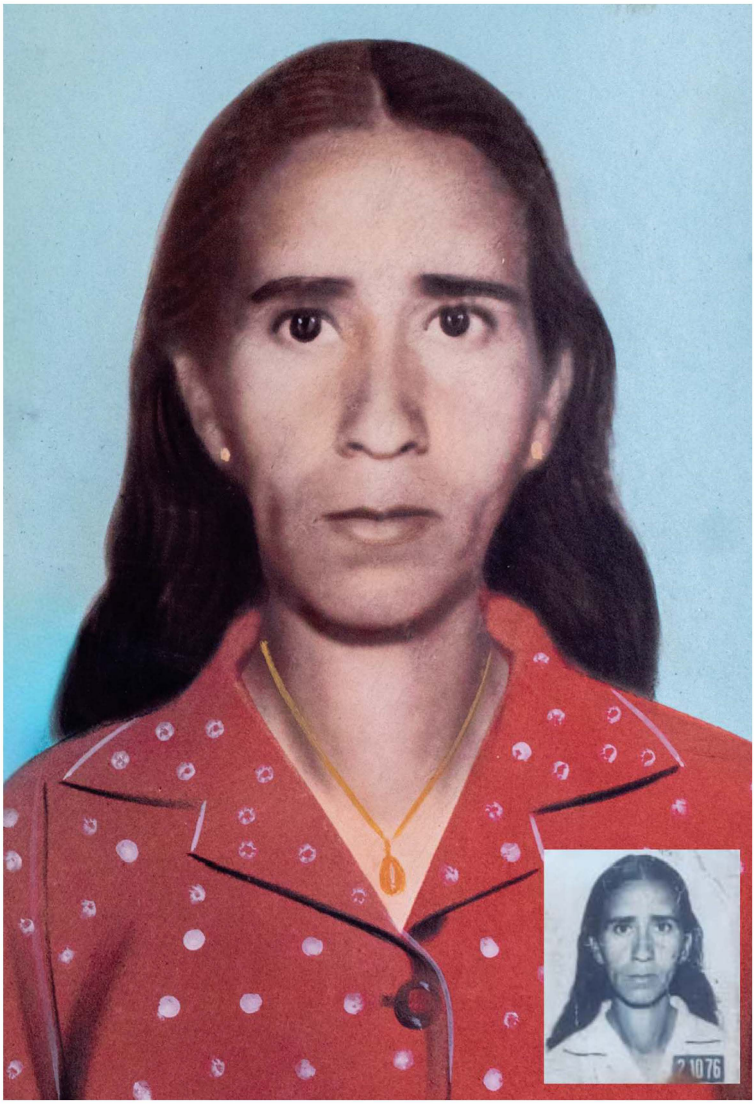
Lembro que pedi a benção quando o vi pela primeira e única vez. Joel é a cara do avô Izalino.

Hoje em dia, ele mora longe de Mato Grande, o que impossibilitou um novo encontro. Nas nossas conversas pelo WhatsApp, ele pediu que eu enviasse áudios, pois não sabia ler. Em uma dessas mensagens, falou:

"Ô moço, pior que de mãe eu não tenho lembrança nenhuma. Perdi a mãe quando tinha 7 anos; hoje tô com 53. Não tenho lembrança, acredita? Lembro quase nada. Só guardo a saudade mesmo."

Antônio (Tône) também vive distante do sertão. É um homem desconectado das redes sociais. No meu caminho de volta, seu filho Luciano, já adulto, enviou uma mensagem em nome do pai:

"Faz pouco tempo que fiquei sabendo que meu pai tinha mais uma irmã. A mãe deles faleceu muito nova e todos eles foram separados quando eram crianças. Quando meu pai ficava bêbado, ele lembrava que tinha uma irmã que foi muito nova para o Paraná e chorava muito. Isso me despertou uma vontade grande de conhecer a tia São e reunir a nossa família algum dia."



Felicina retratada em uma fotopintura da época, feita nos anos 1970. Na parte inferior, uma fotografia em 3x4 de 1976.

Sua história está contada

Venci o longo caminho de volta e desembarquei em Curitiba na madrugada de quinta-feira, 25 de julho. Vim com a mala abastecida de comidas e bebidas entregues como presentes, vários abraços encomendados pelos familiares e algumas micro-histórias para contar. O descanso foi curto, o suficiente para recompor as forças e retomar os trabalhos de organização das informações, submissão aos professores na universidade e planejamento do livro. O projeto final desta empreitada deveria ser apresentado no final de 2024.

Assim que voltei, mantive contatos diários pelo telefone com a minha mãe e combinamos um almoço na sua casa no final de semana. Nossas visitas exigiam tempo e logística, afinal, nossas casas cortavam o mapa da cidade — quase duas horas de ônibus. Ela morava na Fazenda Rio Grande, região metropolitana, no extremo sul; eu, no norte da capital.

Do nada, o nosso almoço foi cancelado por uma emergência médica. Enquanto estava viajando, minha mãe retornava com frequência ao Hospital Erasto Gaertner, referência no tratamento oncológico — o mesmo que lhe deu alta em abril. Começou se queixando de algumas dores na coluna e terminou com internamentos constantes.

Minha mãe escondeu a sua situação, afirmando que não queria prejudicar meu trabalho em Mato Grande. Reclamei da falta de informação, no entanto, não pude resistir aos seus sorrisos bobos e deixei a birra de lado.

Nas próximas duas semanas, passar as longas horas ao

lado dela na maca virou uma rotina da família, de modo que organizamos uma escala de acompanhantes: um ficava das 7 às 19 horas, o outro entrava às 19 e saía às 7 horas. Nossa presença era essencial no auxílio da alimentação, nas idas ao banheiro e nos diálogos com os médicos e enfermeiros.

Nas minhas jornadas, minha mãe lançava várias perguntas sobre a viagem. A cada visita, escolhia algumas cenas e causos para contar. Falei da terra vermelha que sujava o corpo, das capoeiras, da seca; ouviu atenta e fez comparações com a Fazenda Diamantina. Comentei das canas-de-açúcar, do Zé Vaqueiro, ficou surpresa com a vitalidade do senhor — ouviu de alguém que o Zé havia morrido. Repassei os beijos e abraços enviados pela Vania, Rosária e Maria do Odeto, se distraiu ao ouvir o nome da irmã mais velha e fixou os olhos na parede branca do quarto. Perguntou da mãe; desconversei — essa surpresa tinha de ser preservada.

As funcionárias da copa passavam quatro vezes ao dia no quarto para entregar as refeições. Só de olhar as canjas e os pães, fazia uma cara de negação. Consegui convencê-la a comer as metades das quentinhas, em troca, contavam os acontecimentos mais profundos do sertão. Numa negociação valiosa como essa, os furos deveriam ser no mesmo nível. Assim, contei as coisas que descobri sobre a sua mãe. A cada frase dita, percebemos as coisas em comum entre elas: o temperamento, a proximidade com os filhos, a vida sofrida no trabalho. Viu a foto da mãe pela primeira vez... Passou as mãos pelo rosto e percebeu ser uma fotocópia da genitora. Sentiu vontade de visitar o sertão, mas logo lembrou da distância larga para vencer. E então, o longo silêncio. As nossas conversas terminavam desta forma quando a morfina cumpria o seu papel. Na maca, dormia como se fosse uma criança.

As condições no leito não eram das melhores, mas ia indo. Ficou amuada quando soube que iriam colocar sondas fincadas na pele para drenar a urina. Saiu da cirurgia com os dois canos ligados nas suas costas. A partir desse dia, o caminho até o banheiro e o retorno para a maca ficaram mais complicados. No banho, precisava carregar os trambolhos nas mãos, encaixar as alças na torneira do chuveiro e lavar o corpo lentamente. Estava incomodada, porém, dava para se virar sozinha.Quando ia ao hospital, um livro sempre ia comigo na mochila: *O que é meu,* do José Henrique Bortoluci. Recebi um exemplar como empréstimo de José Carlos Fernandes, meu orientador de TCC, dias após voltar do sertão. O livro entrou nas nossas conversas. Comecei contando um resumo e falei das partes que havia lido. Minha mãe ficou curiosa e quis um *spoiler* se o senhor falecia no fim do livro. Esperou até o final da leitura para saber que ele não ia embora.

Nossas prosas seguintes abordaram o livro que ainda ia escrever. Perguntava quantas páginas ia ter, como ia ser a capa, se ia entrar alguma foto dela e qual. Respondia com estimativas incertas e alguns planos iniciais. O assunto faculdade vinha junto. Desde que foi diagnosticada a doença, em janeiro, minha mãe lançou um compromisso: suportar até a noite da minha formatura.

Na quinta-feira, duas semanas após a hospedagem no leito, ouvimos pela primeira vez o som da palava “alta”. Entre uma das recomendações, a médica disse que ela poderia comer e beber de tudo. Ficou cismada com essa frase, botou na cabeça que não era boa coisa. Numa outra visita médica, horas depois, novas notícias confirmaram a sua intuição: o câncer havia voltado para outros órgãos e seu estado era paliativo. Paralelo a isso, a incontinência fecal passou a ser um empecilho para a liberação recém-indicada. Nem as lavagens, nem os comprimidos deram

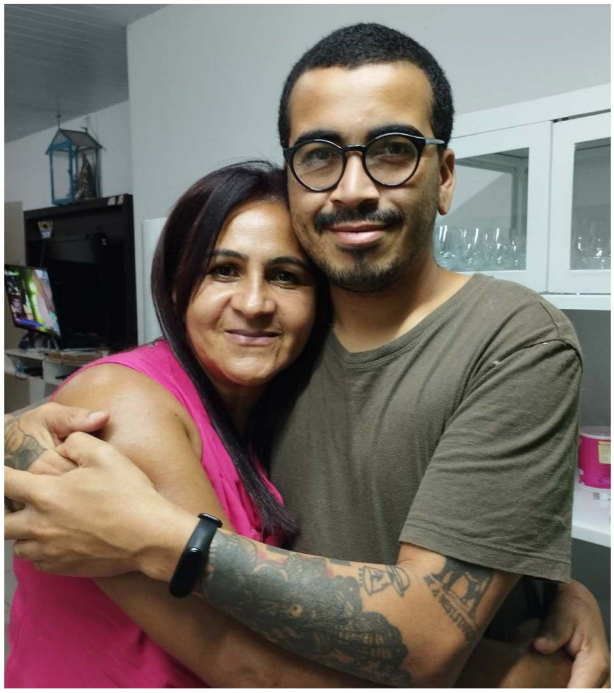
jeito. A alta foi adiada para a segunda-feira.

No domingo, convenci minha mãe de subir na cadeira de rodas para passear naquele complexo hospitalar vazio. Rodamos por tudo. Os irmãos de Jaguariaíva vieram lhe visitar, não os via de perto havia mais de dois anos. Trocaram abraços, choros, fofocas, risos e palavras de perdão. Prometeram rolês na capital e encontros mais frequentes após a má fase. Mesmo com o diagnóstico dos doutores, preferiu colocar seu destino nas mãos de Deus.

No dia seguinte, despediu-se das enfermeiras e funcionárias do hospital. Fez amizade com todas. Mandou beijos e abraços para as amigas que estavam de folga.

A felicidade voltou a aparecer no seu rosto quando chegou em casa. Estava contente com a ideia de se alimentar melhor, usufruir da privacidade e ter o seu próprio banheiro. Uma das poucas obrigações era a dependência do cilindro de oxigênio ligado num cateter nasal, ao lado do sofá, que virou uma cama improvisada.

Passamos juntos o primeiro domingo pós-hospital. De manhã, comeu algumas frutas e bebeu suco de melancia. No almoço, mastigou o arroz com feijão que preparei. À tarde, dormiu tranquila. À noite, antes de voltar para a minha casa, perguntou se tinha mais coisas sobre o sertão para contar. Respondi que não, que tudo estava contado. Foi a última vez que conversamos sobre o Mato Grande.



A rainha do meu mundo, que tanto amo.

Posfácio | Marleth Silva

Havia lacunas nos relatos de família que chegaram até Eric e sua irmã Milene e que falavam sobre a transferência, em 1973, do avô, Izalino Rodrigues Barreiro, de Minas Gerais para o Paraná, trazendo 13 filhos. Entre eles, a caçula era Maria da Conceição, a mãe de Eric e a *Comadre São* do título deste livro. Por causa da decisão de Izalino de trazer a filha que gerou com uma ex-namorada, Comadre São cresceu longe da mãe, que morreria cinco anos após a separação. Eric se propôs a saber mais sobre esta avó que ficou para trás, afastada tanto pela geografia quanto pela memória, já que pouco se falava sobre ela.

Encontrou no Vale do Jequitinhonha testemunhas da história familiar. Encontrou também silêncios e conformismo. Ninguém parece questionar o direito que tinha um homem de tirar uma criança dos braços da mãe se julgasse conveniente.

A avó se chamava Felicina e há confusão sobre o sobrenome. Os interlocutores de Eric em Minas Gerais a descrevem como bonita, destemida, trabalhadora e brava. Chorou muito no dia em que a filha pequena foi levada. E depois? É espantoso como a complexidade e o sofrimento de ser humano podem ser resumidos a tão pouco!

A viagem de resgate se cobre de simbolismo diante das circunstâncias que cercam Comadre São, enquanto o filho toca o projeto que vai resultar neste relato que hoje podemos ler. A saúde se deteriora, a incerteza de haver futuro se sobrepõe. É como se o filho partisse em busca das partes de uma vida que ficou incompleta e que merece ser preen-

chida, ganhar totalidade e clareza, para só então acabar.

O que ele traz do sertão do Jequitinhonha não responde todas as perguntas que Comadre São deve ter acumulado ao longo da vida, mas a aproxima da mãe biológica com quem se parece fisicamente — será que ela sabia disso? Seguem existindo as lacunas porque as vidas das pessoas humildes não são registradas cuidadosamente em documentos, fotografias e relatos, nem as dores das mulheres humildes merecem muita atenção.

Quando o filho retorna, traz entusiasmo pelas paisagens e costumes do Jequitinhonha natal de Comadre São. Um interesse que é também desejo de se aproximar da mãe através da história dela. É, portanto, uma materialização amorosa da ligação com ela, uma explicitação do vínculo que os une, um grande consolo para Comadre São, que se despede.

***

Marleth Silva é jornalista formada pela UFPR e mestre em Comunicação pela Universidade de Westminster, na Inglaterra. É autora dos livros *Quem vai cuidar dos nossos pais?* e *Técnicas de redação e edição na imprensa.*